AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE PROJETOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO FUNDO AMAZÔNIA

Capacitar para Conservar — ECAM
Fortalecimento da Gestão
Ambiental na Amazônia — Imazon

JUNHO 2023

Avaliação de efetividade de Projetos de Ordenamento Territorial do Fundo Amazônia

Esta avaliação temática foi realizada por consultores/as independentes sob a coordenação da cooperação técnica entre o BNDES e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) GmbH. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as, não refletindo necessariamente a posição da GIZ ou do BNDES. As recomendações apresentadas não são prescritivas nem obrigatórias.

Equipe de avaliação

Consultores Independentes
Ana Cristina Barros
Rafael Luís Fonseca

Coordenação da Avaliação (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ GmbH)

Emily Brandão
Bernardo Anache

Identidade Visual e Diagramação

João Bosco Gouvea Ramos

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Brasil, junho de 2023

cooperação alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Por meio da:

giz Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

BNDES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO 6

1. INTRODUÇÃO 8

2. ANTECEDENTES 10

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO E FERRAMENTAS 15

3.1. Coleta de Dados e Informações 16

3.2. Análise Contrafactual 17

3.3. Estrutura do Relatório 17

4. RESULTADOS 18

4.1. Contribuições para efetividade do Fundo Amazônia (efeitos indiretos dos projetos) 19

4.1.1. Componente Monitoramento e Controle 19

4.1.2. Componente de Ordenamento Territorial 21

4.1.3. Componente Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos 24

4.1.4. Considerações sobre o tema 25

4.2. Efeitos diretos dos projetos 25

4.2.1. Componente Monitoramento e Controle 25

4.2.2. Componente Ordenamento Territorial 29

4.2.3. Componente Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos 33

4.3. Síntese da avaliação de efetividade dos projetos segundo os critérios da OCDE 34

5. GESTÃO E MONITORIA 36

6. CONCLUSÕES 37

7. LIÇÕES APRENDIDAS 39

8. RECOMENDAÇÕES 40

APÊNDICE I – SALVAGUARDAS DE CANCUN (REDD+) E CRITÉRIOS TRANSVERSAIS 42

APÊNDICE II – LISTA DE ENTREVISTADOS 46

APÊNDICE III – LISTA DOS MUNICÍPIOS DE ENTORNO USADA COMO CONTRAFACTUAL 47

APÊNDICE IV – RELATÓRIOS INDIVIDUAIS DOS PROJETOS 51

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (TDR) 74

VOLTE AO SUMÁRIO A QUALQUER MOMENTO! BASTA CLICAR NO ICONE

LISTA DE ABREVIAÇÕES

AAC	Agentes Ambientais Comunitários
AAV	Agentes Ambientais Voluntários
ACTS	Acordos de Cooperação Técnica
APA	Área de Proteção Ambiental
BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAD	Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CARF	Cadastro Rural Fundiário
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLUA	Climate and Land Use Alliance
CNI	Confederação Nacional da Industria
COFA	Comitê Orientador do Fundo Amazônia
ECAM	Equipe de Conservação da Amazônia
FIG	Federação Internacional de Guarda-Parques
GIZ	Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Ideflor-Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Ministério Público Estadual
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PEAA	Plano Estadual Amazônia Agora
PMV	Política dos Municípios Verdes do Pará
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
RAE	Relatório de Avaliação de Efetividade
RAR	Relatório de Avaliação de Resultados
REDD+	Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal)
SAF	Sistemas Agroflorestais

SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SESI	Serviço Social da Indústria
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SIGAM	Sistema Integrado de Gestão Ambiental Municipal
STN	Secretaria do tesouro Nacional
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TdR	Termo de Referência
TI	Terras Indígenas
UC	Unidades de Conservação
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do inglês United Nations Framework Convention on Climate Change
USAID	United States Agency for International Development

RESUMO EXECUTIVO

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia são submetidos a avaliações de efetividade após a sua conclusão, com objetivo de verificação de resultados, impactos e lições de cada caso e de seus componentes temáticos, sendo inspiração para o aprimoramento e fortalecimento do Fundo. Essas avaliações são realizadas por consultores/as independentes no âmbito do projeto de cooperação técnica entre a Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O presente relatório apresenta a avaliação de efetividade dos projetos *Capacitar para Conservar*, executado pela Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) entre 2014 e 2021, e *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), realizado entre 2015 e 2022. Suas contribuições para os objetivos gerais do Fundo Amazônia foram avaliadas, assim como seus efeitos para as componentes do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Ambos os projetos atendem à Componente Ordenamento Territorial, sendo que o projeto do Imazon apoiou também ações nas componentes Monitoramento e Controle e Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos.

São utilizados como referência para esta análise os seis critérios de avaliação de políticas públicas propostos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): relevância, coerência, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade. Complementarmente, analisa-se também a performance dos projetos frente a critérios transversais relativo à redução da pobreza, à equidade de gênero e às sete Salvaguardas de REDD+[1] pactuadas em Cancun.

Os projetos avaliados abordaram questões críticas para o Fundo Amazônia, tocando em três das componentes de seu Quadro Lógico. Seus objetivos, resultados e impactos visaram o fortalecimento institucional de prefeituras e de Unidades de Conservação (UCs), com capacidade de ação na ponta e geração de conhecimento sobre a temática fundiária.

A avaliação encontrou um *rol* de resultados mais amplo do que aqueles capturados pelos indicadores previstos nos projetos, incluindo perspectivas de impacto relevantes nas políticas de combate ao desmatamento. Fragilidades na estrutura do Quadro Lógico do Fundo Amazônia[2] e de seus indicadores, assim como no monitoramento dos projetos, parecem indicar que tanto os projetos quanto o Fundo perderam a oportunidade de contabilizar e discutir resultados importantes. Ilustram esse achado, por exemplo, os projetos de capacitação de pessoal que se desdobraram em iniciativas econômicas de emprego e renda local baseadas no uso e na conservação da biodiversidade, mas que não foram capturadas pelas métricas do projeto e do Fundo. Outro exemplo é o apoio do Fundo Amazônia estar associado a pelo menos um terço dos municípios que lograram sair da lista de maiores desmatadores. Trata-se um impacto importante, mas não havia previsão, no projeto, de enumerar prefeituras fortalecidas para gestão ambiental.

As métricas de formação de pessoal não conseguiram atestar efetividade nem no tempo dos projetos e nem com esta avaliação. Os/as profissionais das prefeituras não eram servidores/as efeti-

1. Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal)

2. Quadro Lógico do Fundo Amazônia. 2017. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/0.home/FA_Quadro_Logico_2017.pdf

vos/as, portanto, se sujeitavam à rotatividade, e as posições de atuação de comunitários/as, como prestadores/as de serviços para os parques, careceu de avanços na formalização das formas de contratação.

Os temas de municipalização da gestão e de formação de profissionais na ponta se destacam como merecedores de atenção do Fundo Amazônia para o desenvolvimento de teorias de mudança, indicadores diretos e indiretos e antecipação de riscos em uma eventual revisão do seu Quadro Lógico.

Os dois projetos analisados atenderam apropriadamente critérios da OCDE para avaliação de políticas públicas. Eles foram relevantes e coerentes com as políticas de combate ao desmatamento da Amazônia, entregaram o prometido e tiveram impacto positivo direto e indireto no campo, paras as pessoas e para a performance do Fundo, além de deixarem contribuições para o aprimoramento das políticas de combate ao desmatamento e de promoção do desenvolvimento com base na floresta. A sustentabilidade dos seus resultados, contudo, é dependente de novos projetos, que os executores têm viabilidade com seus próprios meios.

Os critérios de redução de pobreza, equidade de gênero e o conjunto de Salvaguardas de REDD+ foram bem atendidos, com uma ponderação: a Avaliação de Efetividade não detectou, em nenhum dos dois projetos, instrumentos de gestão de riscos para a própria execução e para a reversão de emissões evitadas. No que diz respeito ao direito à participação nas tomadas de decisão por povos e comunidades tradicionais, registra-se que o projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*, do Imazon, identificou um conflito no processo de consulta e tem compromissos com o devido processo de consulta livre prévia para eventual continuidade da atuação na área e no tema.

Este relatório, por fim, sistematiza oito recomendações sobre procedimentos operacionais e formas de maximizar a captura de resultados e impacto, no momento da concepção dos projetos e durante sua implementação.

1. INTRODUÇÃO

Em 2023, o Fundo Amazônia do BNDES completa 14 anos, tendo sido criado em 2008 e se tornado operacional no ano seguinte. Foram 102 projetos apoiados até então, com desembolso de R$ 1,4 bilhão, de um total comprometido de R$ 1,8 bilhão. Desses recursos, 39% foram alocados em projetos da sociedade civil, 31% para estados e 27% para a União. Dos projetos apoiados, 47 foram concluídos até 2021, sendo 10 deles apenas naquele ano[3].

A Avaliação de Meio Termo da Efetividade do Fundo Amazônia, publicada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e que analisou o período de 2008 a 2018, concluiu que existem evidências claras de suas contribuições para reduzir o desmatamento na Amazônia. Apontou, também, que o Fundo Amazônia é uma das políticas de governo que cumprem as etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de seus impactos, fechando, dessa forma, um ciclo[4]. Esse mesmo procedimento de avaliação de efetividade, *ex-post* e independente, aplica-se aos projetos concluídos. Isso é feito a cargo da cooperação entre a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Fundo Amazônia, com o objetivo de dar visibilidade aos resultados e às lições aprendidas desses projetos, além de promover a aprendizagem institucional do próprio Fundo. As avaliações de projetos encerrados também é uma demanda por parte dos doadores e atores da cooperação internacional para ações de monitoramento e avaliação.

Inicialmente, o foco estava voltado para as avaliações individuais dos projetos. Contudo, com o aumento no número de projetos finalizados, adotou-se também a avaliação em blocos temáticos, de acordo com os seus objetivos e componentes dos projetos. O desenho técnico dessas avaliações foi elaborado pelo BNDES com apoio da GIZ em 2016 e o Marco Conceitual das Avaliações Temáticas publicado em 2020 como adendo contratual da cooperação[5]. Até o momento, já foram realizadas 28 avaliações de efetividade, de projetos isolados ou agrupados, e seus resultados estão disponíveis ao público no website do Fundo Amazônia. Seus objetivos específicos são:

- Auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas, aos seus doadores, sobre o tipo de projeto apoiado e seus efeitos;
- Possibilitar a aprendizagem institucional do próprio Fundo Amazônia, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- Verificar a observância pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das Salvaguardas de Cancun acordadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para ações de REDD+;
- Verificar o alinhamento dos projetos com o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento, à época;
- Analisar as fortalezas e fragilidades da intervenção do projeto;
- Identificar desafios e lições aprendidas; e
- Constatar em que medida o projeto é relevante, coerente, eficiente, eficaz, sustentável e gera impactos.

3. Dados até 31 de dezembro de 2021, conforme 13º Relatório Anual do Fundo, publicado em junho de 2022. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/noticia/Relatorio-de-Atividades-do-Fundo-Amazonia-2021

4. Relatório de Avaliação de Meio Termo da Efetividade do Fundo Amazonia, de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Relatorio-Avaliacao-Meio-Termo-Fundo-Amazonia.pdf

5. Relatório de Atividades do Fundo Amazônia de 2020. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2020_port.pdf

Nesse contexto, o presente Relatório Preliminar de Efetividade apresenta a avaliação temática de dois projetos concluídos: *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia,* do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), e *Capacitar para Conservar*, da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) (Quadro 1). Ambos atendem à Componente Ordenamento Territorial do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, sendo que o projeto do Imazon apoiou também ações relativas às componentes Monitoramento e Controle e Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos. Os projetos abordam três temas centrais na agenda da Amazônia, como a municipalização da gestão ambiental, a gestão participativa de áreas protegidas e a regularização fundiária. Suas ações são voltadas para a formação de capacidades individuais e organizacionais e para produção de conhecimento.

Quadro 1: Dados básicos dos projetos avaliados

Executor	Título	Duração	Valor apoiado	Objetivos
ECAM	Capacitar para conservar	2014 – 2021	R$ 1.404.000,00	Formar agentes ambientais e gestores visando o fortalecimento das áreas protegidas no estado do Amapá.
Imazon	Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia	2015 – 2022	R$ 12.100.000,00	(i) Fortalecimento da gestão ambiental em municípios para o combate ao desmatamento; (ii) diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia; e (iii) aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação (UCs).

Fonte: Elaboração própria dos autores.

2. ANTECEDENTES

Dentre as especialidades do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) estão as tecnologias geoespaciais, que já produziram sistemas independentes de monitoramento do desmatamento e queimadas, sistemas de alerta de desmatamento, sistemas de previsão de risco e aplicativos como os desenvolvidos pela Terras App Solutions[6] – *spin off* do Instituto –, que abastece tomadores de decisão na avaliação da regularidade ambiental de imóveis rurais, como no caso das parcerias com Banco da Amazônia (BASA) e Ministério do Público do Pará.

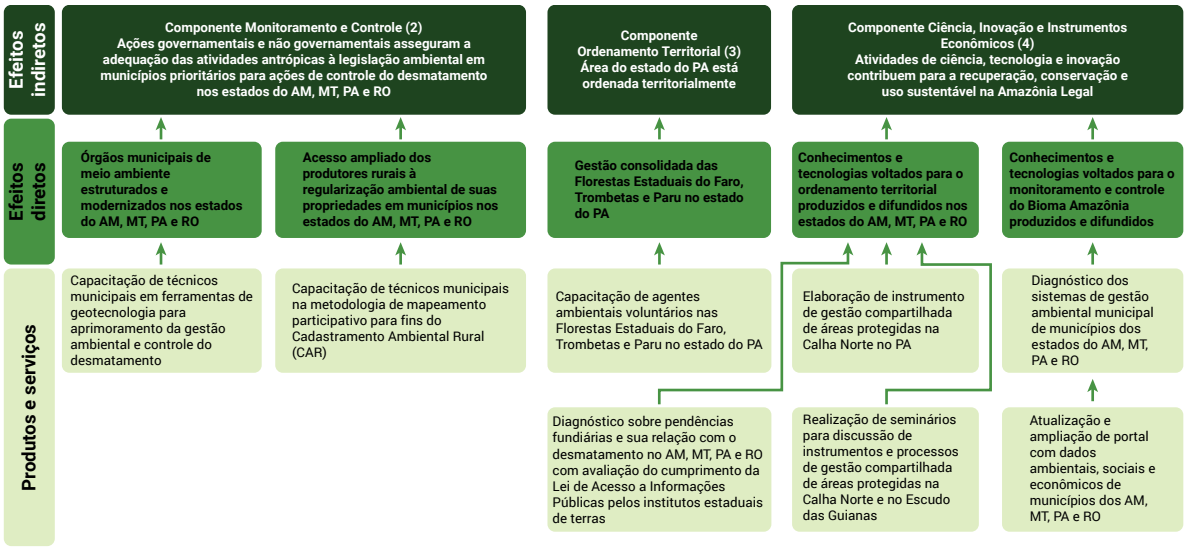
O Imazon teve um papel importante na parceria com o Governo do Estado do Pará, instrumentalizando a Política dos Municípios Verdes do Pará (PMV), voltada ao fortalecimento da atuação municipal contra o desmatamento. O Instituto mobilizou os governos de 11 municípios, além de produtores/as rurais e seus sindicatos, e instrumentalizou a aceleração da adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o monitoramento do desmatamento por meio de imagens de satélite. Esse foi seu primeiro contrato com Fundo Amazônia, de 2011 a 2014. À época, eram apoiadores do Imazon, Agência Norte Americana da Desenvolvimento (USAID), Google, Fundação Skoll, Fundação Gordon e Betty Moore e Fundo Vale.

Na sequência do projeto de apoio ao PMV, o Imazon aprovou, junto ao Fundo Amazônia, um segundo projeto na mesma temática, denominado *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*, que é um dos objetos desta avaliação de efetividade. O projeto foi uma expansão da sua abordagem para 38 municípios, em quatro estados (Pará, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia), agregando um componente de geração de conhecimento no tema da regularização fundiária (também área de *expertise* do Imazon) e reforço à consolidação das Unidades de Conservação (UCs) na região da Calha Norte do Rio Amazonas, também no Pará, onde contabiliza duas décadas de atuação.

O objetivo principal desse projeto era a "redução do desmatamento e da degradação florestal na Amazônia brasileira, com foco em ações voltadas ao aprimoramento da gestão ambiental municipal, à transparência da regularização fundiária e à consolidação de Unidades de Conservação". Além disso, busca aperfeiçoar a gestão ambiental em municípios com desmatamento crítico por meio da ampliação do uso de geotecnologias para gestão e monitoramento florestal. Questões como transparência de informações fundiárias e fortalecimento da implementação de UCs estaduais na Calha Norte também fizeram parte dessa iniciativa. A árvore lógica do projeto está apresentada na Figura 1.

6. Terras App Solutions é uma empresa fundada em agosto de 2014 para desenvolver aplicativos inovadores para gestão da propriedade rural, monitoramento de risco socioambiental e rastreabilidade de produtos agrícolas, florestais madeireiros e não-madeireiros. Saiba mais em: https://www.terras.agr.br

Figura 1: Árvore de objetivos do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* (Imazon)



Fonte: Fundo Amazônia/BNDES.

Foram R$ 12,1 milhões contratados, cujos rendimentos financeiros levaram ao valor total do projeto de R$ 12,7 milhões. Sua execução teve início em 2016, com o primeiro desembolso, e suas atividades encerradas em fins de 2019 depois de duas prorrogações formais (Quadro 2).

Quadro 2: Ficha técnica do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* (Imazon)

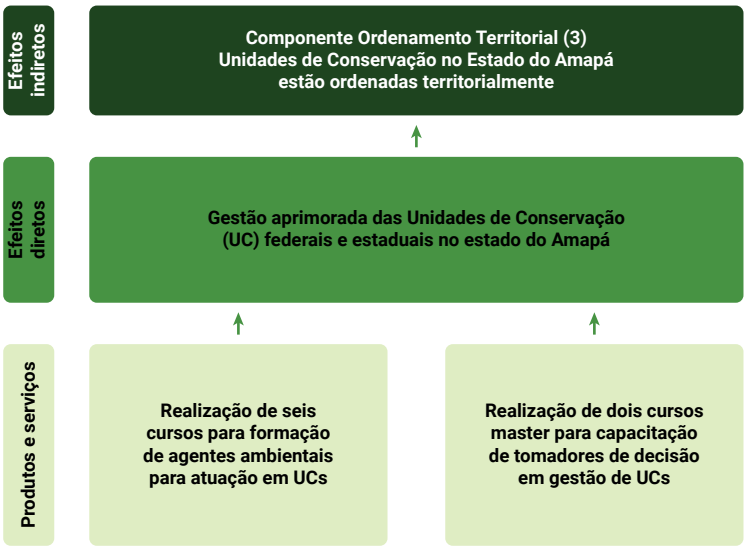
Projeto Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia	
Executor	Imazon
Período	2015 – 2022
Valor de Contrato:	R$ 12.104.865,00
Corrigido total:	R$ 12.717.365,00
Linha do Tempo	
Contratação	dez/2015
1º desembolso	fev/2016
Conclusão	dez/2018
Fim com prorrogação	dez/2019
Conclusão contrato	mar/2022
Avaliação de efetividade	dez/2022

Fonte: Elaboração própria dos autores

A Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) tem como missão promover ações inovadoras, motivadas pelo interesse da sociedade e alinhadas à conservação do meio ambiente visando o desenvolvimento comunitário. O foco principal de sua atuação são programas de formação na área socioambiental, treinamentos e projetos. Além de indígenas, a ECAM também atua com quilombolas, extrativistas e agricultores/as familiares.

Depois de quatro anos de negociações, o projeto *Capacitar para Conservar*, voltado para a de capacitação de agentes comunitários/as para as áreas protegidas do Amapá, foi contratado pelo Fundo Amazônia em fins de 2014, por R$ 1,4 milhão de reais, sendo esse projeto um dos objetos desta avaliação de efetividade. Seu objetivo era "Fortalecer a gestão de áreas protegidas no estado do Amapá por meio da capacitação de agentes ambientais e tomadores de decisão com a expectativa de impactar a gestão do sistema de áreas protegidas na Amazônia". Dois tipos de treinamentos foram promovidos, um para formação de guarda-parques e outro, mais avançado, para suas relações gerenciais e de interface com os/as gestores/as das UCs. A árvore lógica do projeto está apresentada naFigura 2 e a ficha técnica no Quadro 3.

Figura 2: Árvore de objetivos do projeto *Capacitar para Conservar* (ECAM).



Fonte: Fundo Amazônia/BNDES.

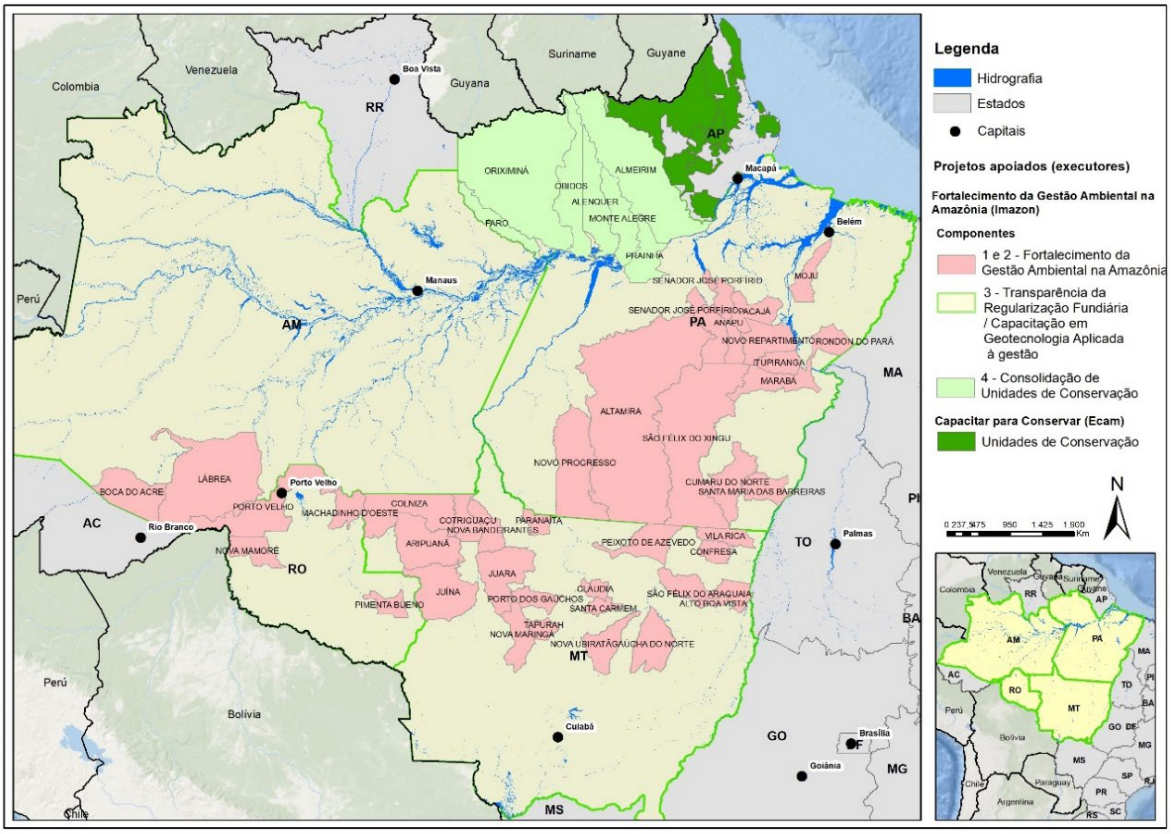
Quadro 3: Ficha técnica do projeto *Capacitar para Conservar* (ECAM)

Projeto Capacitar para conservar	
Executor	ECAM
Período	2014 - 2021
Valor de Contrato:	R$ 1.404.000,00
Linha do Tempo	
Contratação	dez/2014
1º desembolso	abr/2015
Conclusão	dez/ 2017
Conclusão contrato	dez/2021
Avaliação de efetividade	dez/2022

Fonte: Elaboração própria dos autores

A abrangência territorial dos projetos é bastante diferente. Enquanto o projeto do Imazon – *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* – possui ações dispersas em quatro estados da Amazônia Legal (AM, MT, PA e RO), o projeto do ECAM – *Capacitar para Conservar* – é restrito às UCs do estado do Amapá (Figura 3).

Figura 3: Territórios de atuação dos dois projetos avaliados.



Fonte: CNUC/MMA; IBGE; Imazon; Fundo Amazônia.

Temporalmente, os projetos tiveram um contexto peculiar, para além das restrições da pandemia da COVID-19, entre 2020 e 2022, que afetou o seu ciclo para conclusão. Ambos foram concebidos e negociados num período de queda nas taxas de desmatamento na Amazônia, quadro que começou a reverter a partir de 2015, praticamente no início da sua execução, tendo chegado a um pico em 2021. Os projetos enfrentaram também turbulências no próprio Fundo Amazônia, com a extinção das suas estruturas de governança, em 2018, e a suspensão de novas aprovações de projetos. Os desembolsos contratados foram mantidos, mas a mudança de governo no âmbito federal trouxe consigo uma nova forma de compreensão e atuação sobre o controle do desmatamento e o desenvolvimento sustentável na Amazônia, tendo viés que contribuía para uma visão desenvolvimentista em relação às potencialidades da Amazônia.

No contexto de enquadramento dos projetos avaliados no Quadro Lógico do Fundo Amazônia, suas contribuições são em três componentes, sendo elas: Ordenamento Territorial, Monitoramento e Controle e Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos. Na Componente Monitoramento e Controle, estão os dois primeiros objetivos do *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*, projeto do Imazon, voltados para as capacidades de gestão nas prefeituras selecionadas e as capacitações em tecnologias geoespaciais. Na Componente Ciência, insere-se o também o projeto desenvolvido pelo Imazon, no tema de regularização fundiária. Finalmente, na Componente Ordenamento Territorial, estão os projetos do Imazon e da ECAM, *Capacitar para Conservar,* os quais visam, de maneira semelhante, a capacitação de comunidades de entorno das UCs como forma de fortalecer a gestão. Desta forma, o relatório apresenta a análise dos projetos por cada um desses três eixos (Quadro 4).

Quadro 4: Enquadramento dos projetos avaliados no Fundo Amazônia

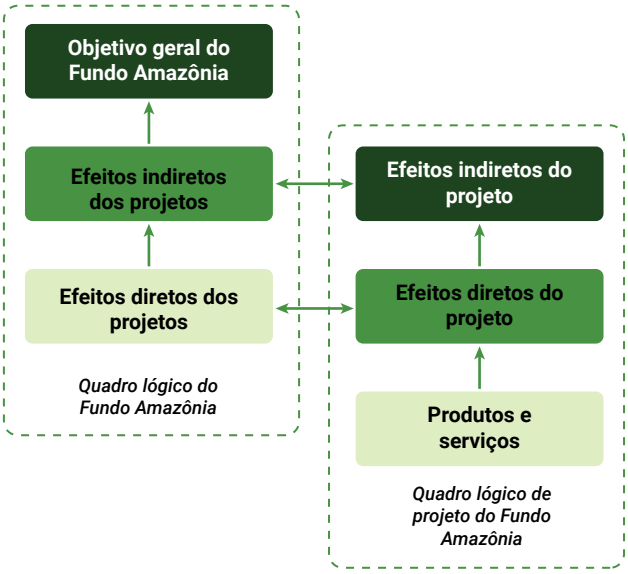
COMPONENTES DO FUNDO AMAZÔNIA ONDE SE ENQUADRAM OS PROJETOS					
Componente	**Monitoramento e Controle**		**Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos**	**Ordenamento Territorial**	
Executor do Projeto	Imazon	Imazon	Imazon	Imazon	ECAM
Ações previstas	Gestão Municipal	Capacitação em GEO para técnicos/as nos municípios	Pesquisa (Reg. Fundiária)	Formação de Agentes Ambientais Comunitários/as	Formação de Guarda-parques

Fonte: Elaboração própria dos autores.

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO E FERRAMENTAS

O objetivo principal desta avaliação de efetividade temática é verificar os resultados e impactos alcançados de forma agregada pelos dois projetos avaliados e seus efeitos de acordo com as três componentes do Fundo Amazônia em que se enquadram. Os projetos serão analisados, conforme a configuração do Quadro Lógico do Fundo Amazônia[7] na seguinte ordem: contribuição para o objetivo geral do Fundo; papel nos indicadores de efetividade e eficiência de cada componente, descendo um nível no Quadro Lógico; e resultados (produtos e serviços a serem entregues ou *outputs*), seus impactos e indicadores de resultados. Na Figura 4, a seguir, é possível observar como se dá a organização da inserção de projetos no Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Em cada um desses níveis, serão observados os indicadores do que passam pelo Programa Fundo Amazônia e projetos.

Figura 4: Quadro Lógico do Programa Fundo Amazônia e a correspondência dos projetos apoiados por ele.



Elaboração própria. Fonte: Quadro Lógico do Fundo Amazônia/BNDES. 2017.

Essa avaliação é pautada pela aplicação dos critérios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicados em 1991 e revisados em 2018 (Figura 5). Esses "seis critérios de avaliação – relevância, coerência, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade – fornecem as bases para apoiar uma avaliação consistente e de alta qualidade, funcionando como uma estrutura normativa usada para determinar o mérito ou valor de uma intervenção (política, estratégia, programa, projeto ou atividade). Eles servem como base sobre a qual os julgamentos avaliativos são feitos."[8]

7. Confira http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/

8. Evaluation Criteria. OECD (site). Disponível em: www.oecd.org/dac/evaluation/daccriteriaforevaluatingdevelopmentassistance.htm

Figura 5: Critério de Avaliação Aplicados pela OCDE.

Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Complementarmente, a avaliação de efetividade dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia deve observar também critérios transversais sobre a Redução da Pobreza e Equidade de Gênero e as Salvaguardas de Cancun definidas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para ações de REDD+.[9] Para alcance das reflexões, foram aplicados os métodos e ferramentas apresentados a seguir.

3.1. COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES

A coleta de informações para esta avaliação foi realizada entre dezembro de 2022 e março de 2023, de cinco formas principais:

(i) **Análise documental:** do pacote de documentos chamado de *memorandum,* das avaliações de efetividade, que contêm os termos de referência dos trabalhos e os relatórios produzidos ao longo do tempo de vida dos projetos, a saber:

- Descrição do projeto disponível no site do Fundo Amazônia;
- Relatórios de Desempenho (RED): relatórios periódicos preenchidos pelo beneficiário;
- Relatório de Avaliação de Resultados (RAR): preenchido pelo beneficiário e encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto com o último relatório de desempenho;
- Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE): elaborado pelo beneficiário, depois da conclusão do projeto;
- Material produzido pelo projeto, disponíveis no site do Fundo Amazônia.

(ii) **Pesquisa de dados secundários**: foram três as categorias de informações secundárias trazidas para esta análise: os dados de desmatamento e os dados orçamentários dos municípios utilizados para análise de efetividade e impacto, fruto das fontes oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Secretaria do Tesouro Nacional, respectivamente, e as listas oficiais do Ministério do Meio Ambiente para os municípios prioritários (ou com mais desmatamento).

(iii) **Enquete eletrônica:** visando avaliar a efetividade e sustentabilidade dos treinamentos, esta avaliação procedeu uma consulta eletrônica, via formulário enviado por e-*mail* aos/às participantes dos treinamentos do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*. Esse procedimento replica o que o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) fez no encerramento do projeto.

9. Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia. Marco Conceitual, janeiro de 2016. Disponível em: https://www.giz.de/en/downloads/Marco_Conceitual_Avaliacao.pdf

(iv) **Entrevistas remotas** e **missão de campo:** entre dezembro de 2022 e fevereiro 2023, a equipe de avaliadores/as, com suporte da GIZ e dos beneficiários, procedeu com entrevistas iniciais com os/as responsáveis pelos projetos, com atores externos indicados por eles e com uma seleção própria de especialistas e outros atores envolvidos. Os/as avaliadores/as e representantes da GIZ realizaram uma missão de campo extensiva em Belém - PA, com visitas à sede do Imazon e a parceiros, Universidade Federal do Pará (UFPA) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Pará (SEMAS-PA); na Calha Norte, com dois dias percorrendo o Parque Nacional de Monte Alegre e quatro comunidades do entorno; e em Macapá - AP, com visitas a órgãos públicos (Secretaria de Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instituto Federal do Amapá), locais de atuação dos/as agentes treinados/as pelo projeto *Capacitar para Conservar*, da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e SESI/CNI. A lista completa dos 39 entrevistados está disponível no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**.

3.2. ANÁLISE CONTRAFACTUAL

Sempre que possível, as análises dos resultados e seus impactos foram discutidas para "populações amostrais" diferentes dos projetos, numa busca de elemento contrafactual, um grupo de controle. Assim, na Componente Monitoramento e Controle do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*, no que tange ao fortalecimento da gestão municipal, foi realizada a análise contrafactual de duas formas:

- Adotou-se um grupo controle para as análises dos resultados do projeto de fortalecimento municipal do Imazon. As análises de desmatamento e despesas das prefeituras foram feitas comparativamente entre os municípios do projeto (n=38 municípios) e para um segundo grupo de municípios do entorno, ou municípios vizinhos. Foram 123 municípios selecionados pelo critério vizinhança, mantendo ambos os grupos na região denominada como Arco do Desmatamento (APÊNDICE III – LISTA DOS MUNICÍPIOS DE ENTORNO USADA COMO CONTRAFACTUAL).
- Analisou-se também a lista de municípios prioritários para ações de controle do desmatamento, classificando-os em dois grupos: aqueles atuantes no projeto e os não atuantes.

Com relação ao projeto *Capacitar para Conservar,* da ECAM, a análise contrafactual é bem complexa pois os resultados obtidos pela capacitação não são imediatos e podem ser a médio e longo prazo. Porém, para aflorar uma discussão, comparou-se o desmatamento em UCs do estado do Amapá com as áreas fora de UCs.

3.3. ESTRUTURA DO RELATÓRIO

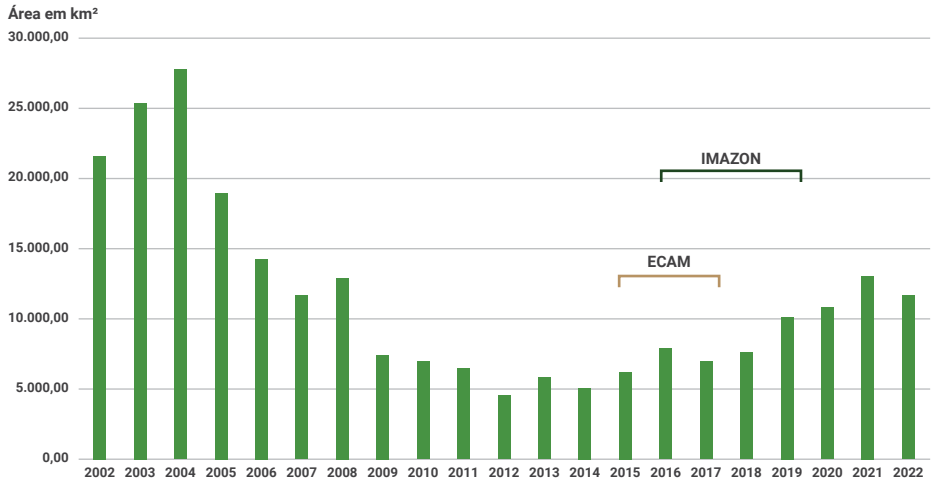
A avaliação de efetividade dos resultados começa com uma discussão do objetivo geral dos projetos e sua contribuição para os objetivos do Fundo Amazônia. Nesse ponto, realiza-se uma análise das dinâmicas de desmatamento, incluindo a discussão do contrafactual, buscando identificar efeitos do projeto no padrão de desmatamento dos municípios do projeto.

Na sequência, são analisadas as contribuições para os indicadores e a efetividade das componentes do Fundo Amazônia, tendo como base os indicadores propostos pelo seu Quadro Lógico, o que leva a uma discussão sobre a delimitação do problema a ser abordado expressa em todos os documentos dos projetos levantados na etapa de coleta de dados desta avaliação. Na próxima seção, observa-se os resultados dos projetos e seus respectivos impactos, conforme componentes alvo das intervenções.

4. RESULTADOS

O objetivo geral do Fundo Amazônia e, em consequência, dos projetos que apoia, é reduzir desmatamento na Amazônia com desenvolvimento sustentável. Na divulgação do seu último relatório anual em 2021, o Fundo registrou o aumento no desmatamento, uma tendência que vem se consolidando desde 2014. Nesse momento de inflexão das taxas do desmatamento, os projetos estavam em negociação e, durante seu curso, o desmatamento na região seguiu crescendo (Figura 6).

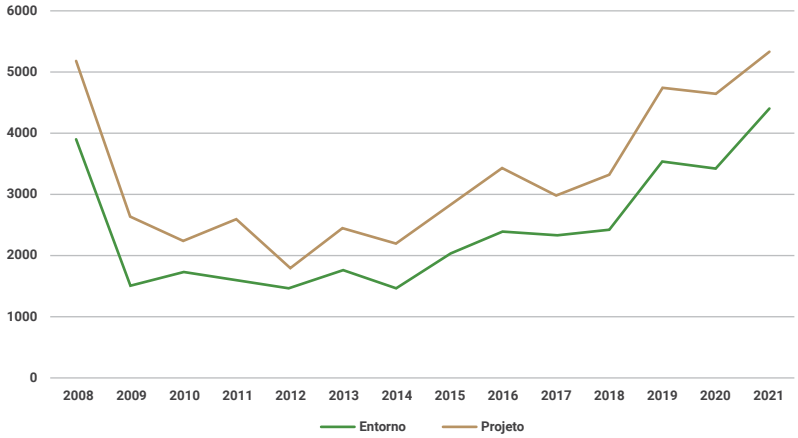
Figura 6: Evolução do desmatamento na Amazônia e *locus* temporal dos projetos analisados



Fonte: Elaboração própria dos autores.

Na análise do padrão de desmatamento nos municípios, buscou-se evidenciar os efeitos dos projetos nesse indicador. No caso do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), quando se compara o desmatamento nos municípios que estavam dentro da área de atuação do projeto com os municípios do entorno, não foi possível notar um efeito das ações do projeto no combate ao desmatamento. As curvas possuem a mesma tendência entre as duas áreas (Figura 7).

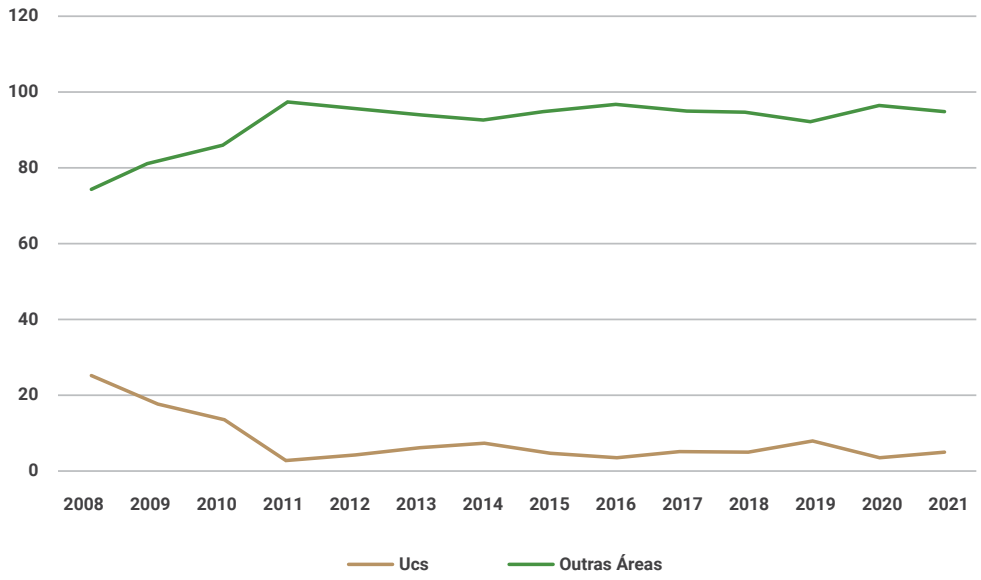
Figura 7: Desmatamento analisado nos municípios de atuação do projeto do Imazon.



Fonte: Elaboração própria dos autores.

No projeto *Capacitar para Conservar*, da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), ao se comparar o desmatamento ocorrido nas Unidades de Conservação (UCs) em relação ao resto da área do Amapá, também não se observa mudança de tendência devido as ações do projeto (Figura 8). Apesar das áreas desmatadas em UCs serem bem menores, a reta se mantém estável ao longo dos anos de execução do projeto.

Figura 8: Evolução do desmatamento em UCs do Amapá



Fonte: Elaboração própria dos autores

Para ambos os projetos avaliados, o combate direto ao desmatamento não foi o foco e tampouco o resultado principal a ser conquistado. Por outro lado, considerando a natureza das ações realizadas, como treinamentos e capacitações, pode-se inferir que, a longo prazo, eles podem colaborar sim para uma redução do desmatamento ilegal. Trata-se de um efeito indireto importante, do qual não foi possível notar resultados imediatos em campo, mas observa-se que geraram oportunidades para o desenvolvimento sustentável, como almeja o Fundo Amazônia.

4.1. CONTRIBUIÇÕES PARA EFETIVIDADE DO FUNDO AMAZÔNIA (EFEITOS INDIRETOS DOS PROJETOS)

Esta seção analisa a coerência e a relevância dos projetos avaliados para os objetivos do Fundo Amazônia, de acordo com o que seu Quadro Lógico indica de forma geral como efetividade. Essa análise é feita por Componente e seus indicadores, seguindo o Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

4.1.1. COMPONENTE MONITORAMENTO E CONTROLE

Na Componente Monitoramento e Controle, espera-se que os projetos agreguem para seu efeito indireto, enunciado como “Ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental”. Isso é medido utilizando três indicadores, sistematizados na Figura 9.

Figura 9: Indicadores do Quadro Lógico do Fundo Amazônia para a Componente Monitoramento e Controle

Fonte: Elaboração própria dos autores

A atuação do Imazon no fortalecimento das UCs na Calha Norte e o trabalho da ECAM no Amapá tiveram efeitos não capturados pelos indicadores de comando e controle. Porém, é relevante observar que a formação dos/as agentes ambientais comunitários/as (AACs) e dos/as guarda-parques no âmbito do projeto *Capacitar para Conservar* (ECAM) são instrumentais para a fiscalização, com relatos de apoio com conhecimento local sobre infratores, rotas de atuação e logística de acesso. Os/as AACs da Calha Norte tinham – e ainda têm – rotinas de monitoramento do Lago Grande de Monte Alegre, atuando preventivamente aos ilícitos da pesca, para citar um caso.

Já o projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*, do Imazon, ao trabalhar na integração da gestão entre prefeituras e gestores de UCs, também fomentou planos de monitoramento e atuação em missões de fiscalização, como se apresenta na seção a seguir. Esse projeto, com suas ações nos componentes de fortalecimento da gestão municipal e treinamento de pessoal, aproxima-se do indicador de municípios aptos a atuar na gestão ambiental, sendo esse um dos três indicadores da Componente Monitoramento e Controle.

As políticas de controle do desmatamento na Amazônia trouxeram o papel dos municípios para o centro do debate e das ações a partir das listas de municípios prioritários para controle do desmatamento, instituída em 2008. Isso fez deslanchar o Programa Municípios Verdes (PMV), do Pará, apoiado pelo Imazon. A parceria entre o Governo do Pará, a Prefeitura de Paragominas e o Imazon, por exemplo, tirou esse município da lista em 2010, enquanto era comum que a gestão municipal de meio ambiente fosse voltada apenas para ações como celebração pelo dia da árvore, palestras sobre lixo ou atividades secundarias vinculadas à saúde, turismo ou agricultura.

Monitorar o desmatamento e avançar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) eram as formas de sair da lista de embargos dos municípios prioritários. Era preciso, portanto, capacitar tecnicamente as prefeituras dotadas de arcabouço legal para tanto. Um primeiro projeto do Imazon apoiado pelo Fundo Amazônia já havia fortalecido a gestão em 11 municípios do Pará, e era o momento de alavancar suas lições para mais municípios e outros estados. Assim, o projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* se propôs a apoiar a construção de um portal na internet com indicadores municipais, confeccionando mapas básicos e oferecendo boletins de desmatamento, como um arcabouço de informações para a gestão, e a dar assessoria técnica à implementação do monitoramento do desmatamento e do CAR e à revisão de marcos regulatórios.

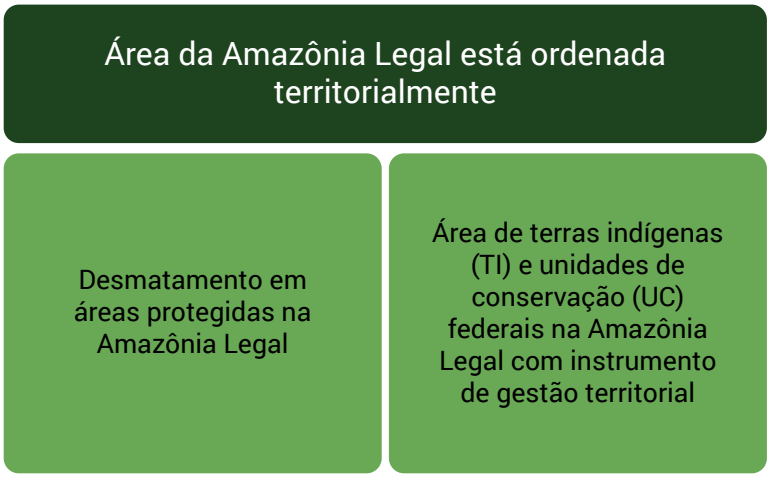
Esse escopo de atuação, ainda que relevante, não demonstra ter partido de um diagnóstico objetivo e público das capacidades das prefeituras e tampouco se aprofundou na sua Teoria da Mudança. Esta foi apresentada ao nível do projeto, como uma abordagem em três níveis (regional, estadual e municipal), sem especificar qual sua leitura sobre o problema da gestão municipal e os riscos de investir em treinamento de pessoal sem vínculo com o poder público municipal. Análises da descentralização das políticas públicas de outros setores poderiam ter enriquecido o projeto.

Assim, o projeto do Imazon apresentou como indicadores o treinamento de pessoal, sem contabilizar resultados na efetiva atuação dos órgãos municipais. Dessa forma, dados importantes de monitoramento e controle foram ignorados. Propõe-se, por exemplo, considerar o número de funcionários efetivos nas prefeituras, orçamento dedicado, detalhamento do arcabouço legal – que o projeto se propôs a fazer – ou com formas de controle supletivo do Estado sobre a atuação municipal, ou ainda, forma de transparência e participação na gestão.

4.1.2. COMPONENTE DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

A Componente Ordenamento Territorial é regida por um enunciado geral de efeito indireto que diz: *"Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente"*, com dois indicadores, um deles, com potencial sinergia com os projetos analisados.

Figura 10: Indicadores do Quadro Lógico do Fundo para a Componente Ordenamento Territorial



Fonte: Elaboração própria dos autores

O fortalecimento da gestão das Unidade de Conservação (UCs) e das Terras Indígenas (TIs) é uma das estratégias mais efetivas de controle do desmatamento[10 11]. A experiência do Bolsa Floresta do Amazonas indica também que as UCs podem funcionar efetivamente como ancoras de serviços públicos sociais, através da coordenação de políticas de transferência de renda, saúde, saneamento, educação, assistência social e promoção de atividades econômicas.

10. SZE, J.S., CARRASCO, L.R., CHILDS, D. et al. Reduced deforestation and degradation in Indigenous Lands pantropically. Nat Sustain, 2021. https://doi.org/10.1038/s41893-021-00815-2

11. SOARES-FILHO, B. Role of Amazon protected areas, especially the conservation units supported by ARPA, in reducing deforestation. Rio de Janeiro: Funbio, 2016. 23 p.

Dentre os seus desafios de implementação, está a integração das UCs com seu entorno, em uma via de mão dupla. De um lado, o poder público institui e implementa os objetivos e regras de uso desse território, respeitando espaços e promovendo práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais; de outro, a comunidade oferece serviços especializados e viabilizadores para a gestão governamental. Comunitários/as detêm conhecimento de trilhas e formas de acesso, padrões de uso, atributos ecológicos do meio, entre outros, dos quais dependem os/as gestores/as de UCs e as equipes de fiscalização.

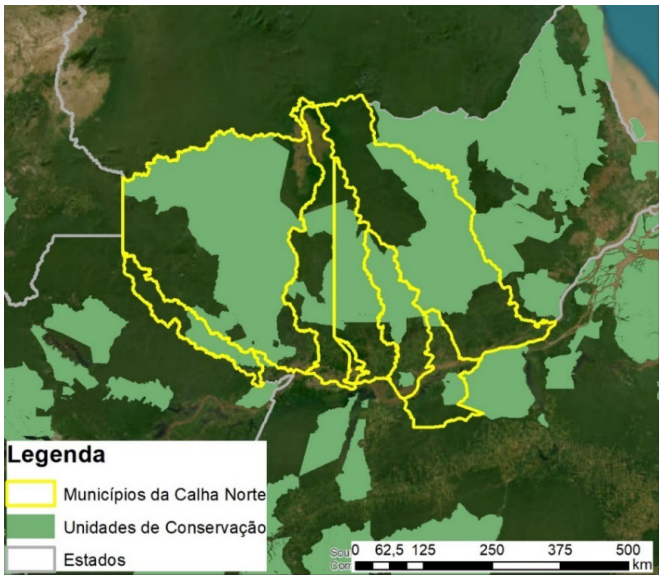
Ambos os projetos analisados focaram na formação e no fortalecimento de lideranças locais, comunitárias, como meio de promover a consolidação da gestão dessas áreas protegidas. O projeto do Imazon trazia o Programa de Formação de Agentes Ambientais Comunitários e o da ECAM uma formação especializada de guarda-parques, associada à federação internacional dessa categoria profissional.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e os órgãos de gestão de UCs nos estados são beneficiários dessas capacitações, dado que contratam esses serviços para realização da sua missão. A partir de 2018, foi instituído, no nível federal, o procedimento de contratação de Agentes Temporários Ambientais (ATAs), encampando essas categorias. Há, atualmente, aproximadamente 3.000 agentes atuando no país, com ciclos de contratações de dois anos.

A forma de contratação da mão-de-obra local é ainda um desafio. Predominam os contratos temporários, como os do ICMBio. Parte da formação tende a ser perdida com os ciclos de contratação. Nesse sentido, ambos os projetos deixaram legados de impacto com contribuições para políticas públicas, o que é apresentado nas conclusões e recomendações deste relatório. Contudo, essas contribuições para políticas públicas não foram previstas no escopo do projeto, seja como objetivo, seja como indicador. Assim, como no caso da Componente Monitoramento e Controle, recomenda-se que futuros projetos possam relatar com mais evidência resultados importantes alcançados que não foram planejados inicialmente ou mesmo revisar seus indicadores ao longo do projeto em conjunto com o Fundo Amazônia.

O projeto do Imazon tinha também objetivos de prover instrumentos de gestão territorial para a Calha Norte (Figura 11), como a gestão integrada das áreas protegidas no Mosaico de Áreas Protegidas da Calha Norte do Pará e planos estratégicos para colaboração e fiscalização envolvendo as prefeituras locais. Nesse escopo, notou-se que uma análise de riscos do território poderia ter reforçado a definição do problema e sua teoria de mudança com estratégias de gestão territorial que alimentariam o projeto.

Figura 11: Território da Calha Norte



Fonte: Elaboração própria dos autores

A Calha Norte do Pará, a margem esquerda do Rio Amazonas, tem mais de 22 milhões de hectares conservados no maior agrupamento contínuo de áreas protegidas formalmente reconhecidas, cujas ameaças incluem desenvolvimento de infraestrutura, como estradas, pequenas centrais hidrelétricas, garimpo ilegal e conflitos de uso. Em terra, o extrativismo ameaça índios isolados. Nos lagos, a ausência de acordo de pesca no Lago Grande de Monte Alegre prejudica a produtividade pesqueira e o sustento das famílias.

Nessa região, há densa rede de outras organizações e financiadores, atuando face a esses desafios da conservação. Uma avaliação do contexto institucional identificando outros atores do território teria ajudado o projeto *Capacitar para Conservar*, da ECAM, e o Fundo Amazônia a capturarem esses elementos da consolidação da gestão. Teria também ajudado na definição do nicho do projeto, complementaridades e sinergias potenciais. Assim, como no caso da Componente Monitoramento e Controle, recomenda-se que os projetos apresentem, de forma mais profunda, o problema a ser atacado, a sua importância relativa frente a outros riscos desses territórios, as abordagens possíveis, os atores do território e a sua relação com o Quadro Lógico.

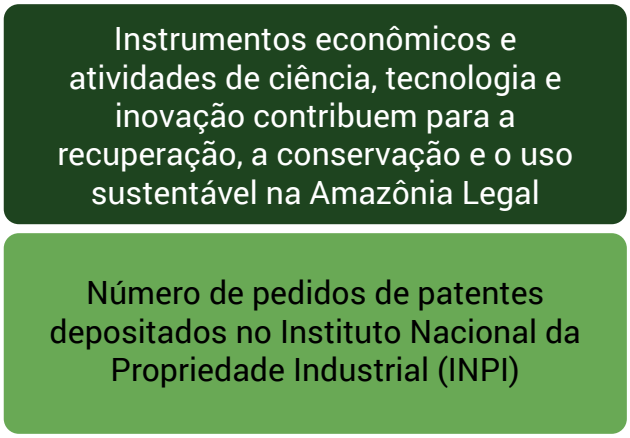
Nesse contexto, das 14 UCs localizadas no Amapá, área de atuação do projeto da ECAM, 9 possuem planos de manejo[12] elaborados e implementados. Esse fato revela uma oportunidade de se fortalecer a gestão dessas áreas no estado e mantê-las com a finalidade que possuem. No caso do projeto do Imazon, o apoio foi voltado especificamente às Florestas Estaduais do Faro, Trombetas e Paru, todas têm instrumento de gestão apoiados pelo Imazon, ou seja, o plano de manejo. Parte desses planos, como os da área apoiada pelo Imazon, não é atualizado desde 2010, revelando-se a necessidade e oportunidade para avaliação e revisão dos instrumentos. Dessa forma, tais projetos contribuíram para o Fundo Amazônia no desenvolvimento de capacidades para atuação em UCs que possuam instrumentos de gestão territorial, porém, concomitantemente, é permanente o desafio em se aperfeiçoar a gestão de áreas relevantes a conservação do bioma.

12. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) o "XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade"

4.1.3. COMPONENTE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

As contribuições da ciência e do conhecimento para os efeitos indiretos do componente são difíceis de tangibilizar, uma vez que seu indicador é específico para patentes. O efeito indireto é apresentado como "Instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável na Amazônia Legal", sendo os indicadores:

Figura 12: Indicador da Componente Ciência, Inovação e Instrumentos



Fonte: Elaboração própria dos autores

No terceiro e última Componente desta avaliação, o projeto do Imazon tem como tema central a regularização fundiária, gargalo da gestão do desmatamento, abordado sob o prisma da produção do conhecimento. Todo o conhecimento gerado é importante, mas de acordo com professor José Heder Benatti: "A produção acadêmica é uma semente, precisa de solo fértil para germinar". É necessário que existam condições para que o conhecimento seja aplicado e multiplicado.

O Imazon produziu um diagnóstico denominado Transparência de Órgãos Fundiários Estaduais na Amazônia Legal[13]. Esse diagnóstico, além dos resultados práticos, demonstrou que existem dificuldades acerca do acesso a informações fundiárias nos estados da Amazônia, o que torna latente o desafio em compreender o uso e interesse sobre a terra na Amazônia. Tal contribuição traz como orientação um Termo de Referência para Transparência Ativa de Órgão Fundiário Estadual, voltado para o apoio a geração de relatorias e informações.

A ECAM, apesar de não ter previsto entregas relativas à produção de conhecimento, o fez com relevância. A experiencia de capacitação de guarda-parques, sua abordagem pedagógica e lições das várias edições dos cursos estão sistematizadas em livro, com publicação apoiada pelo Fundo Amazônia. Nesse projeto, foram realizados dois cursos denominados "Guarda-parque: Intercâmbios de Experiências para a Gestão Territorial", que envolveram guarda-parques e gestores/as com atividades presenciais e de ensino a distância (EaD), visando a elaboração de plano estratégico de conservação para a região dos/as participantes[14].

13. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2018/10/REL_TrasnpFundiaria_FINAL_WEB_30out2018.pdf

14. Essa capacitação deu origem a publicação Olhares e diálogos para a gestão territorial: formação de guarda parques comunitários para a conservação em áreas protegidas. Disponível em: http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2018/12/novo-Livro_ECAM_Guardaparques_web.pdf. Mais informações em: http://ecam.org.br/projetos-sociais/

4.1.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

- Os projetos da ECAM e do Imazon abordaram questões críticas para a redução do desmatamento e gestão de UCs formando capacidades de ação na ponta, seja com prefeituras, gestores/as de UCs e comunidades.

- Ações de treinamento e capacitação não são sustentáveis. São requeridos esforços contínuos para atualização do conhecimento ou mesmo capacitação de novos atores. Profissionais das prefeituras não são servidores/as efetivos/as, portanto, se sujeitam à rotatividade, e as posições de atuação de comunidades, ainda que utilizadas pela máquina pública, carece de avanços na formalização das formas de contratação.

- Os projetos apoiados faziam parte do *rol* de especialidades das organizações proponentes, o que lhes conferiu robustez técnica e rede de parceiros, mas, ao mesmo tempo, perdeu-se a oportunidade de aprimorar a definição do problema em questão de sua Teoria de Mudança.

- Os temas de municipalização da gestão e formalização de servidores/as profissionais na ponta, desde quadro efetivo nos órgãos ambientais aos/às agentes ambientais e guarda-parques, merecem atenção do Fundo Amazônia em uma eventual revisão de seu Quadro Lógico.

4.2. EFEITOS DIRETOS DOS PROJETOS

4.2.1. COMPONENTE MONITORAMENTO E CONTROLE

O projeto do Imazon teve dois objetivos relativos ao fortalecimento dos órgãos ambientais em 38 munícipios selecionados a partir das listas de prioridades editadas pelo governo federal para controle de desmatamento. Um objetivo era voltado ao arcabouço legal e bases geográficas de informações, outro voltado as capacitações (Quadro 5).

Quadro 5: Efeitos diretos do projeto do Imazon para o monitoramento e controle

1. Fortalecer os órgãos ambientais em municípios com desmatamento crítico no PA, MT, AM e RO (R$4.236.105,00)

Produtos e serviços

- Diagnóstico do sistema de gestão ambiental municipal;
- Construção de portal com indicadores municipais;
- Assessoria técnica à implementação do monitoramento do desmatamento e do CAR;
- Apoio à revisão de marcos regulatórios
- Apoio a efetivação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente

2. Ampliar as capacidades de instituições com uso de geotecnologia como aliada nas rotinas da gestão ambiental no PA, MT, AM e RO (R$1.682.259,00)

Produtos e serviços

- Treinamentos em Geotecnologia básica para CAR, LAR e monitoramento do desmatamento; Fiscalização Ambiental; Gestão ambiental para atores de alto nível do governo.

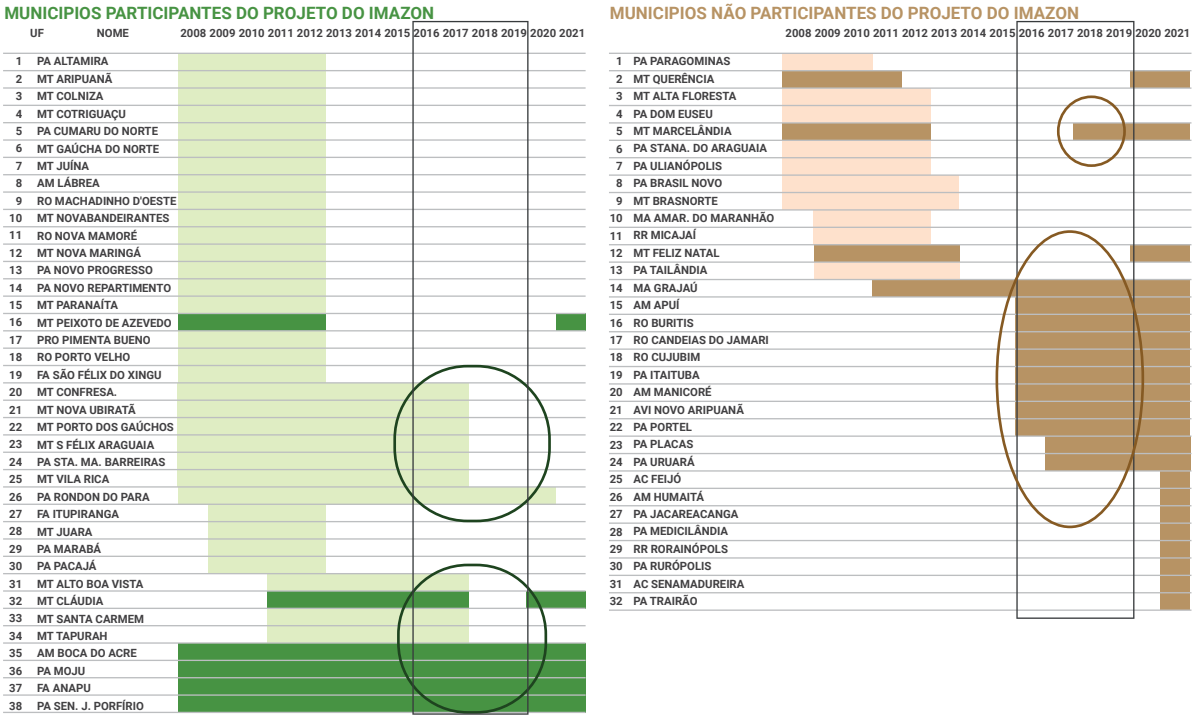
Fonte: Elaboração própria dos autores

4.2.1.1. IMPACTOS

A saída de municípios da lista dos maiores desmatadores é um importante impacto do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*. Projeta-se que o avanço no CAR e o monitoramento do desmatamento – serviços do projeto – tiveram uma contribuição significativa para isso. Ao todo, desde 2008, quando começaram a ser publicadas as listas dos maiores desmatadores, 70 municípios foram listados. Desses, 32 saíram da lista depois de alguns anos (47,5%), sendo que 10 (ou praticamente 1/3) saíram da lista durante esse projeto, apoiado pelo Fundo Amazônica, e como consequência dele.

Outra forma de análise é tomar o tempo do projeto, de 2016 a 2019. Havia 15 municípios participantes do projeto na lista de maiores desmatadores. Dez deles saíram da lista, cinco continuaram e um daqueles que saíram da lista acabou por retornar. Nesse mesmo período, havia 12 municípios que não participavam do projeto na mesma lista, sendo que nenhum deles deixou a condição de maior desmatador. A análise contrafactual reforça a tese do efeito do projeto do Imazon e do Fundo Amazônia. O Quadro 6 permite outras análises e todas corroboram com essa tese de impacto.

Quadro 6: Municípios das listas de maiores desmatadores na Amazônia, com ano de entrada e saída da lista e destaque para o tempo do projeto do Imazon apoiado pelo Fundo Amazônia (2016 a 2019)



Fonte: Elaboração própria dos autores

Registra-se, adicionalmente, dois outros impactos indiretos do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* no âmbito da Componente Monitoramento e Controle: as políticas de municipalização no Pará (do Programa Municípios Verdes ao Plano Estadual Amazônia Agora) e a atuação do Ministério Público do Estado (MPE) no fortalecimento das prefeituras e no controle do desmatamento.

Ao desenvolver capacidades locais nos municípios, o projeto reforçou e viabilizou o avanço das políticas do governo do Pará para gestão ambiental e envolvimento das prefeituras. Esse era o preceito do Programa Municípios Verdes, que foi incorporado pelo Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), que visa zerar as emissões derivadas do uso da terra até 2036. No âmbito do PEAA, a SEMAS-PA

considera a elegibilidade do município para atuação no CAR com os mesmos critérios que o tornam elegível para os repasses do ICMS-Verde: 70% de CAR inscrito na base e dois profissionais treinados pela SEMAS-PA. Atualmente, são 56 municípios habilitados.

Como impacto positivo indireto, o Ministério Público Estadual do Pará (MPE-PA) encontrou no Imazon seu parceiro técnico para atuação no controle do desmatamento e da gestão municipal. Com um termo de cooperação assinado, trabalham juntos num grupo de trabalho com os dez municípios de mais desmatamento no estado, com reuniões periódicas baseadas nos relatórios de alerta do Imazon, desenvolvendo e aplicando procedimento judicial com base em laudos técnicos automatizados e revisando falhas nas autuações do governo, para correção e efetividade. É fruto também dessa parceria o PREVISIA[15], modelo de previsão do risco de desmatamento.

Por fim, esta avaliação de efetividade buscou o impacto do projeto do Imazon no orçamento das prefeituras, usando como *proxy* as despesas com meio ambiente registradas na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A partir do grupo de 38 municípios do projeto e 123 selecionados no entorno, sistematizou-se os dados de 24 municípios participantes do projeto e 75 do entorno para analisar a variação das despesas entre 2018 e 2021. Há uma tendência indicativa de aumento do orçamento/despesas, mas não foi possível diferenciar os dois grupos. Assim, não se evidencia um aumento nas despesas ambientais nos municípios do projeto, o que poderia indicar contratações e serviços assumidos pelas prefeituras.

4.2.1.2. INDICADORES DE EFICÁCIA E EFETIVIDADE E ADERÊNCIA AO PLANO DE MONITORAMENTO DO FUNDO

Nesta última parte da análise da Componente Monitoramento e Controle, observou-se os indicadores de eficiência e eficácia do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* e sua aderência ao Quadro Lógico do Fundo Amazônia (Quadro 7). Os resultados planejados foram alcançados, por vezes, até superados. Contudo, constata-se que a aderência aos indicadores é precária. Outros resultados conquistados pelo projeto não são bem refletidos no Quadro Lógico do Fundo, comprometendo a contabilização de progressos e as oportunidades de análise e discussão.

Quadro 7: Indicadores de eficiência e eficácia da componente de fortalecimento municipal do projeto do IMAZON

- N° de servidores/as municipais capacitados/as em ferramentas de geotecnologia para aprimoramento da gestão ambiental e controle do desmatamento
  - ✓ Meta: 152 | Resultado alcançado: 263 (90 mulheres e 173 homens)
- N° de servidores/as municipais capacitados/as na metodologia de mapeamento participativo para fins de cadastramento ambiental rural
  - ✓ Meta: 76 | Resultado alcançado: 176 (60 mulheres e 116 homens)
- Nº de imóveis rurais inscritos no CAR
  - ✓ Meta: não definida | Resultado alcançado: de 72.200 (2015) para 121.708 (2019)
- Área de imóveis rurais inscritos no CAR
  - ✓ Meta: 80% da área cadastrável no CAR| Resultado alcançado: 84%

Fonte: Elaboração própria dos autores

15. A PrevisIA é uma plataforma que utiliza a inteligência artificial para indicar áreas sob risco de desmatamento na Amazônia. Confira em: https://previsia.org.br/

No Relatório de Avaliação de Resultados do Imazon, de março de 2021, já tendo sido encerrada a implementação do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia, resgatou-se a contribuição dos treinamentos para o CAR e este indicador passou a compor o quadro do projeto. Também nesse momento, se propôs a checagem da ocupação e a aplicação dos conhecimentos para o pessoal treinado. Isso se deu, portanto, depois da conclusão da implementação do projeto. Se, de um lado, isso indica a flexibilidade e atuação do/a gestor/a do projeto no Fundo Amazônia em capturar resultados não previstos, de outro lado, a revisão veio tardiamente e perdeu no refinamento das métricas.

De forma análoga, outros indicadores poderiam ter sido considerados para o projeto, se trazidos à tona na sua concepção. São exemplos disso o número de missões de fiscalização nos municípios ou de autos de infração que poderiam ter sido anotados (ver aqueles destacados em azul na matriz de aderência abaixo do Quadro 8).

Destaca-se que o próprio quadro de indicadores do Fundo Amazônia carece de revisão. Sua tônica em número de servidores/as treinados/as é uma simplificação da necessidade de órgãos ambientais mais fortes. É preciso considerar – e mensurar – sua forma de contratação, o orçamento operacional dos órgãos, seu arcabouço legal, serviços prestados, participação e transparência, entre outros. A revisão desses indicadores e uma dedicação maior de energia no momento da concepção dos projetos pode ser salutar para a maior efetividade do Fundo e seus projetos.

Quadro 8: Matriz de aderência dos indicadores e resultados do projeto

COMPONENTE MONITORAMENTO E CONTROLE			
Efeito indireto do componente: Ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental Indicador: Número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente Indicador: Número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local Indicador: Número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente			
EFEITOS DIRETOS DOS PROJETOS			
	1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas 2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades	X	Não mensurado pelo projeto, mas poderia ter sido.
INDICADORES DE RESULTADOS DOS PROJETOS DO FUNDO			
Eficácia	Órgãos ambientais fortalecidos (federais, estaduais e municipais)	X	Não mensurado. Poderia ter considerado 45 Prefeituras e suas Secretarias de Ambiente.
	Montante desembolsado para projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais (RS mil)		
	Servidores capacitados em gestão ambiental e/ou tecnologias de monitoramento do desmatamento	X	263 profissionais (173 homens e 90 mulheres) treinados, de 41 municipios (supera 73% a meta)
	Missões de fiscalização ambiental efetuadas	X	Não mensurado, mas poderia ter sido.
Efetividade	Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelos Corpos de Bombeiros Militares		
	Servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	X	Resultado reportado, mas não mensurado apropriadamente.
	Imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) - protocolo	X	Projeto não adotou este objetivo, mas reportou 121.708 imóveis inscritos no CAR
	Área de imóveis rurais inscritos no CAR - protocolo (hectares)	X	84% da área cadastrável nos municipios, ainda que não houvesse previsão no projeto.
	Área com cobertura vegetal recuperada para conservação ou regularização ambiental (regeneração em andamento)		
	Autos de infração lavrados por infrações contra a flora	X	Indicador não mensurado, mas poderia ter sido considerado.
Outros resultados planejados e/ou reportados, fonte para discussão de indicadores futuros			
	Transparência da municipalização da gestão	X	Portal de Gestão Municipal com diagnóstico individualizado e formacao de Conselho
	Normativa para gestao ambiental municipal	X	Revisões individualizadas do arcabouco legal municipal
	Estrutura mínima de gestão nas prefeituras	X	Atlas Municipais coletaneas de mapas em escala 1:50.000)
		X	Monitoramento municipal do desmatamento

Fonte: Elaboração própria dos autores

4.2.1.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

- O projeto avaliado apresentou um *rol* de resultados mais amplo do que aqueles capturados pelos indicadores e teve um impacto relevante nas políticas de combate ao desmatamento, estando associado a pelo menos 1/3 dos municípios que lograram sair da lista de maiores desmatadores.
- A Avaliação de Efetividade da Componente Monitoramento e Controle do projeto do Imazon revela a necessidade de elaboração de um modelo de municipalização a ser promovido pelo Fundo, amparado por inciativas, até aqui frustradas, de elaboração de relatórios diagnósticos que possam fornecer *baseline* e métricas de monitoramento e aprimoramento.
- Métricas de pessoal treinado são incompletas e frágeis pelo efeito de rotatividade, podendo ser complementadas por indicadores relativos a formas de contratação de pessoal e outros indicadores institucionais, como orçamento, planos estratégicos, arcabouço legal, serviços prestados, entre outros.
- O desenvolvimento de sistemas de informação e plataformas tecnológicas associadas a serviços públicos são desafiadores e merecem atenção especial do Fundo, tema explorado no item 4.2.3, que fala sobre a Componente Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos.

4.2.2. COMPONENTE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Esta seção vai analisar conjuntamente os projetos da ECAM e do Imazon, ambos enquadrados na Componente Ordenamento Territorial. Seus objetivos eram de fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação (UCs), por meio da formação de pessoal e apoio a gestão. O projeto *Capacitar para Conservar*, da ECAM, focado no estado do Amapá, e o projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia,* do Imazon, na Calha Norte do Rio Amazonas, no Pará (Quadro 9).

Quadro 9: Efeitos diretos para ordenamento territorial

1. ECAM. Fortalecer a gestão de áreas protegidas no estado do Amapá por meio da capacitação de agentes ambientais e tomadores/as de decisão com a expectativa de impactar a gestão do sistema de áreas protegidas na Amazônia (1,4 milhão de reais)

Produtos e serviços:
- Promoção de cursos de formação de Guarda-parques

2. Imazon. Fortalecer a capacidade de gestão e o nível de implementação das Unidades de Conservação Estaduais na Calha Norte do Pará, com a promoção do programa de agentes ambientais voluntários/as nas Florestas Estaduais de Faro, Trombetas e Paru. (R$1.591.946,00)

Produtos e serviços:
- Formação de agentes ambientais comunitários/as (AAC)
- Proposta de oficialização de um Programa Estadual de agentes ambientais comunitários/as
- Proposta de reconhecimento do Mosaico de Áreas Protegidas da Calha Norte no Pará
- Planejamento Estratégico do Mosaico Calha Norte (ICMBio e Ideflor-Bio)
- Plano de monitoramento e fiscalização da Calha Norte (7 prefeituras)

Fonte: Elaboração própria dos autores

4.2.2.1. IMPACTOS

O programa de formação de guarda-parques, desenvolvido no âmbito do projeto da ECAM no Amapá, teve início em 2005 e passou por 22 formações, sendo que o Fundo Amazônia financiou seu último ciclo no estado. Estima-se que já foram formados/as 450 profissionais, com reconhecimento da Federação Internacional de Guarda-Parques (FIG). Os/as formados/as reportam os benefícios do conhecimento sobre tipologia e regras de uso das diferentes categorias de UCs, assim como de técnicas de sobrevivência na selva, primeiros socorros, combate a incêndio e, especialmente, mediação de conflitos. O currículo adotado, refinado pelas parceiras institucionais do projeto, passou a ser valorizado nos editais de contratação de profissionais temporários/as do ICMBio, sendo esse um importante impacto do projeto.

Os relatórios e os/as entrevistados/as reportam também a promulgação de uma lei estadual ainda carente de regulamentação para efetividade, reconhecendo a profissão de guarda-parques e de legislações municipais no mesmo sentido. A equipe de avaliação não conseguiu evidenciar esse que seria um segundo impacto positivo relevante do projeto.

No caso do projeto do Imazon, o principal impacto é o conjunto de atividades de base comunitária realizadas pelos/as agentes, numa cultura que teve início com o projeto. A formação inclui o detalhamento de planos de trabalho, que são apoiados e monitorados pelo Imazon e permitem um engajamento social robusto. O Quadro 1010, a seguir, apresenta os planos de ação em curso durante a avaliação de efetividade, indicando o engajamento local, o método de extensão rural e a continuidade das atividades furto de outros financiadores.

Quadro 10: Sistematização dos Planos de Ação de 2022 dos Agentes Ambientais Comunitários da APA Paytuna Formados pelo Imazon

AACs participantes	Comunidades atendidas	Atividades previstas nos Planos de Trabalho, com nome do responsável, data e insumos necessários
5	1	Palestra sobre SAF e implantação de SAF
4	1	Palestras sobre: SAF, meliponicultora, caça e pesca ilegal
8	1	Regularização da Associação; Palestra sobre drogas, implantação de SAF e monitoramento dos lagos
8	4	Coleta de ovos de quelônios, construção de viveiros e palestras
11	6	Aceiros para proteção das roças; repartição de colmeias e discussão de técnicas de manejo; Palestras sobre SAF
6	1	Palestras nas escolas sobre caça e pesca ilegal
42 AACs	**14 comunidades, das 25 da APA Paytuna, município de Monte Alegre, Pará**	

Fonte: Elaboração própria dos autores

4.2.2.2. INDICADORES DE EFICÁCIA E EFETIVIDADE E ADERÊNCIA AO QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA

O projeto da ECAM, assim como o do Imazon, em sua atividade voltada para a gestão de UCs, têm ênfase no treinamento de pessoal e, assim, enfrentam os desafios da métrica de eficiência e eficácia dessa temática (Quadro 11).

Quadro 11: Indicadores de eficiência e eficácia da Componente Ordenamento Territorial dos projetos avaliados

1. **ECAM: Gestão aprimorada das Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais no estado do Amapá**

- Número de indivíduos formados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas - cursos de agentes ambientais
  - ✓ Meta: 150 | Resultado: 123 (36 mulheres e 87 homens)
- Número de indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas
  - ✓ Meta: 50 | Resultado: 38 (15 mulheres e 23 homens)
- Número de indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos
  - ✓ Meta: 200 | Resultado: 161 (51 mulheres e 110 homens)
- Extensão de áreas protegidas com gestão ambiental fortalecida e/ou com o controle de seu território fortalecido.
  - ✓ Meta: 18.7 milhões ha | Resultado final: 8.9 milhões ha (48% da meta)

2. Imazon: Aprimoramento da gestão das UCs na Calha Norte do estado do Pará

- N° de agentes ambientais voluntários/as formados/as e especificados por gênero
  - ✓ Meta: 30 | Resultado: 166 (72 mulheres e 94 homens)
- Extensão de áreas protegidas com gestão ambiental fortalecida e/ou com o controle de seu território fortalecido (indicador de efetividade)
  - ✓ Meta: 7,6 milhões de ha | Resultado: 22 milhões de hectares

Fonte: Elaboração própria dos autores

A dificuldade de mensurar o uso efetivo dos conhecimentos é exponenciada pela não pactuação desse monitoramento no início dos treinamentos. Adicionalmente, a relação entre capacitação de pessoal e engajamento comunitário com a gestão das UCs carece de uma especificação mais precisa de territórios de abrangência de alguma forma pautados em evidências concretas.

Outro ponto a destacar é que o engajamento e a formação local, especialmente no Programa de Agentes Ambientais Comunitários, alavancam o desenvolvimento de atividades geradoras de renda como forma de promover a conservação, como os sistemas agroflorestais (SAFs), a criação de abelhas ou o turismo ecológico. Esse indicador não é capturado pelo Quadro Lógico do Fundo Amazônia, mas tem potencial de impacto expressivo.

Em análise da aderência dos indicadores dos projetos com o Quadro Lógico do Fundo Amazônia, encontrou-se registros que poderiam ser aprimorados, à época, pelos gestores dos projetos, registros que poderiam ser adicionados e novos indicadores que poderiam ser considerados num momento de revisão das métricas do Fundo Amazônia (Quadro 12).

Quadro 12: Aderência dos indicadores e resultados dos projetos ao Quadro Lógico do Fundo Amazônia

COMPONENTE DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Efeito indireto: Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente Indicador: Desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal Indicador: Área de terras indigenas (MI) e unidades de conservação (UC) federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial		
EFEITOS DIRETOS DOS PROJETOS		
1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas		
2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	X	Não mensurado pelo projeto, mas poderia ter sido.
3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas		
4 Áreas de terras com organização do território definida por meio do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas		
INDICADORES DE RESULTADOS DOS PROJETOS DO FUNDO		
Eficácia: Unidades de conservação apoiadas	X	Não previsto e não mensurado, mas poderia ter sido.
Eficácia: Terras indigenas apoiadas		
Eficácia: Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (total)	X	166 + 161 = 327 agentes ambientais com guarda-parques formados
Eficácia: Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (indigenas)		
Efetividade: Indivíduos de etnia indígena diretamente beneficiados pelo apoio do Fundo Amazônia		
Efetividade: Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizandoo os conhecimentos adquirido.	X	Reportado mas não mensurado.
Efetividade: Áreas de unidades de conservação criadas (km²)		
Efetividade: Extensão de áreas protegidas com infraestrutura, gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km²)	X	Área reportada é o total das áreas da UCs, merecendo calibracao e esclarecimento do nexo causal
Outros resultados planejados e/ou reportados, fonte para discussão de indicadores futuros		
Instrumentos de gestão territorial desenvolvidos e/ou implementados	X	(i) proposta de reconhecimento do Mosaico; (ii) Planejamento Estratégico de fiscalização do Mosaico; (iii) Promoção dos Acordos de Pesca (Lago Grd Monte Alegre); e (iv) Logistica e inteligencia local para fiscalização.
Aprimoramento de políticas públicas	X	Critério para edital de contratação de Agentes Ambientais Temporários do ICMbio e minutas de normativa para contracao de pessoal
Projetos de geração de renda local a partir da conservação e uso da biodiversidade	X	Inumeras atividades economicas no entorno, ecoturismo, moitoramento da biodiversidade

Fonte: Elaboração própria dos autores

Ocre: registros incompletos que poderiam ter sido revistos, à época, pelos gestores dos projetos

Azul: registros que poderiam ser adicionados

4.2.2.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

- O Fundo Amazônia apoiou a continuidade de projetos de formação e engajamento social, por meio de programas de formação de guarda-parques e agentes ambientais comunitários/as, derivados em propostas de políticas públicas para formalização dessas ocupações profissionais fundamentais para a gestão de áreas protegidas.
- Os projetos de formação, especialmente o de agentes ambientais comunitários/as, geraram iniciativas econômicas de emprego e renda local, baseadas no uso e na conservação da biodiversidade, não capturadas pelas métricas do projeto e do Fundo.
- A formação de pessoal traz consigo o desafio da mensuração da aplicação do conhecimento, o que pode ser otimizado a partir da estruturação do projeto e da pactuação de formas de colher essas informações ao longo do tempo.

4.2.3. COMPONENTE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

A última Componente em que se inserem os projetos analisados – Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos – trata do tema de regularização fundiária sob a égide da produção acadêmica ou de conhecimento. Não é um objetivo de geração de resultados em campo sobre a regularização fundiária, mas o avanço no entendimento dessa temática e da performance dos órgãos de terra dos estados (Quadro 13).

Quadro 13: Efeitos diretos para produção de conhecimento:

Ampliar o conhecimento e a transparência fundiária sobre recursos florestais nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia (R$2.399.279,00)

Produtos e serviços:

- Publicações e atividades acadêmicas a ser de:
  - análise da situação fundiária em quatro estados;
  - avaliação de entraves à regularização fundiária;
  - avaliação da transparência de informações de processos de regularização fundiária;
  - disseminação estratégica de resultados.

Fonte: Elaboração própria dos autores

4.2.3.1. IMPACTO

A produção de conhecimento a partir do projeto Imazon e a sua divulgação intensiva trouxe luz para a agenda da regularização fundiária e, pelo menos no estado do Pará, projetos adicionais de captação de recursos trazem esse tema como prioritário. O Fundo Floresta do Pará, com recursos do banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), tem um capítulo específico para o tema de regularização fundiária, por exemplo.

4.2.3.2. INDICADORES E MATRIZ DE ADERÊNCIA

O indicador de número de publicações adotado pelo projeto é insuficiente para capturar suas contribuições. Como já apontado, o número de pesquisadores/as atuantes poderia ter sido capturado (Quadro 14).

Quadro 14: Indicadores de eficiência e eficácia da componente de regularização fundiária/produção de conhecimento do IMAZON

- N° de publicações científicas, pedagógicas ou informativas
  - ✓ Meta: 9 | Resultado alcançado: 23

Fonte: Elaboração própria dos autores

Finalmente, o sistema tecnológico para informação fundiária desenvolvido e não utilizado abre uma discussão importante quanto à cooperação com órgãos de governo e o desenvolvimento de plataformas e sistemas para os serviços públicos. Nesse mesmo projeto, o Imazon viu frustrada a iniciativa de oferecer o Sistema Integrado de Gestão Ambiental Municipal (SIGAM) à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará (SEMAS-PA).

Resulta dessa análise de efetividade a recomendação de que projetos de desenvolvimento de sistemas de tecnologia para serviços públicos sejam pactuados especificamente com o órgão a ser beneficiado. Ademais, recomenda-se que, nos casos de insucesso, o projeto tenha como recurso oferecer a tecnologia desenvolvida a outros usuários e torná-la pública e acessível para outros desenvolvedores (Quadro15).

Quadro 15: Matriz de aderência dos indicadores do projeto de geração de conhecimento do Imazon

COMPONENTE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS		
Efeito indireto: Instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável na Amazônia Legal Indicador: Número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)		
EFEITOS DIRETOS DOS PROJETOS		
4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	X	publicacoes e eventos, sem métrica para utilização.
4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados monitoramento dos resultados dos projetos		
INDICADORES DE RESULTADOS DOS PROJETOS DO FUNDO		
Eficácia: Valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica (R$ milhões)		
Eficácia: Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica durante a execução dos projetos	X	Não mensurado ou reportado
Efetividade: Famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais		
Efetividade: Publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas	X	27 publicações científicas, pedagógicas ou informativas voltadas para o ordenamento territorial da amazonia
Efetividade: Patentes solicitadas ou depositadas		

Fonte: Elaboração própria dos autores

4.3. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DOS PROJETOS SEGUNDO OS CRITÉRIOS DA OCDE

Os projetos *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* (Imazon) e *Capacitar para Conservar* (ECAM) trataram de temas pertinentes aos objetivos do Fundo Amazônia, com bom enquadramento em suas componentes, demonstrando relevância e coerência. Esses projetos deram continuidade às ações dessas organizações, sendo maiores que o contrato com o Fundo, e puderam contar com um acúmulo de conhecimento e rede de relações dos executores.

Ambos os projetos estavam inseridos em políticas públicas em curso e prioritárias para a agenda do controle do desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável. Visaram avançar nas agendas do fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação (UCs), da participação dos municípios na gestão do uso da terra na Amazônia e da regularização fundiária, nesse contexto tratada como tema acadêmico.

As UCs são tidas mundialmente como a forma mais efetiva de controlar a perda de cobertura floresta, junto com o reconhecimento das Terras Indígenas (TIs). Adicionalmente, a descentralização das políticas públicas, compartilhando responsabilidades e meios entre as três esferas de governo, é uma diretriz nacional, que orienta o combate ao desmatamento desde 2008.

Os projetos entram nessas temáticas trazendo, como meios, a formação de pessoal, inspirando discussões urgentes e necessárias quanto ao fortalecimento do serviço público com concursos, planos de carreira e inovações na forma de contratação intensiva de mão-de-obra na ponta, como no caso de agentes comunitários/as e guarda-parques. Como a máquina pública pode contratar e gerir milhares de profissionais como esses/as na Amazônia e no país? A pergunta foi aberta, ao mesmo tempo em que formou, na prática, agentes dessas ocupações.

A presente avaliação evidenciou **eficácia** na execução. "Foi entregue o prometido" e ainda se fez mais. As métricas do Fundo Amazônia, com seu Quadro Lógico, e as ferramentas de revisão e relatoria apresentaram um quadro subestimado das contribuições de cada um desses projetos. Desafios não foram ultrapassados, como os das tentativas de produção de sistemas tecnológicos para órgãos públicos, mas não diminuem a importância de ter sido tentado e o legado que o processo de construção deixou em cada parceiro institucional. Há, por certo, que se rever procedimentos para o futuro, visando evitar essas perdas e maximizar o uso dos produtos gerados a partir dos recursos do Fundo.

O quesito **eficiência** foi o mais difícil de analisar. Os projetos cumpriram seus cronogramas, com um adiamento regulamentar padrão. Não foi possível, contudo, atestar que foram a opção de melhor custo-benefício. Diferentemente de editais competitivos, esses projetos foram recepcionados pelo Fundo Amazônia como fruto de "demanda espontânea". Um tipo de *benchmark* poderia ser solicitado na concepção dos projetos, não apenas para comparação de custos, mas para abastecer uma definição de nicho institucional dos executores e do Fundo e para abrir possibilidades de exploração de sinergias com outros executores e financiadores, na escala dos projetos.

O **impacto** dos projetos foi perceptível localmente, nas políticas públicas municipais, estaduais e federais, e, consequentemente, nos impactos das ações do Fundo Amazônia. Destaque para a saída dos municípios das listas dos maiores desmatadores, criando modelos a serem seguidos por outros. A formação de agentes ambientais e guardas-parques, além da atuação nas suas funções, abriram um leque a atividades locais geradoras de renda baseadas no uso sustentável dos recursos naturais e pautaram, junto aos governos federais e estadual, propostas de política públicas a serem alimentadas até sua efetivação. São exemplos a proposta de criação do Mosaico da Calha Norte, a Instituição do Programa Estadual de Agentes Ambientais Comunitários no Pará, o reconhecimento de guarda-parques como uma profissão no estado do Amapá e a revisão da política de contratação dos agentes ambientais temporários do ICMBio e IBAMA, abrindo a possibilidade de contratos permanentes.

Perderam na **sustentabilidade**. Os produtos e serviços dos projetos, por si só, não têm duração no tempo. Formação de pessoal é um ato contínuo e o apoio técnico aos municípios, quando estes não têm corpo funcional concursado, é um esforço contínuo. As organizações proponentes, contudo, conferem essa sustentabilidade na sua busca constante por novos projetos e novos financiamentos. Possivelmente, a reflexão sobre a aplicação desses critérios possa inspirar os projetos a buscarem ações e soluções que promovam a sustentabilidade.

Uma das importantes lições desta Avaliação de Efetividade é que os critérios OCDE poderiam ser adotados como elementos das concepções dos projetos, certamente enriquecendo os seus planos e suas ações. Não se identifica qualquer perda nessa recomendação.

5. GESTÃO E MONITORIA

Os projetos reportaram nas entrevistas terem mantidos estruturas colegiadas de gestão e monitoramento e bom nível de interação com o BNDES.

No projeto da *Capacitar para Conservar*, da ECAM, o grupo de organizações proponentes da ementa dos cursos se reunia ao final de cada edição para avaliar a performance do ciclo e dos/as alunos/as. Esse acompanhamento próximo da implementação era viabilizado pelo fato que os/as representantes das organizações parceiras eram os/as instrutores/instrutoras dos cursos. A administração financeira e logística era da ECAM, que abastecia essas reuniões colegiadas.

Já o projeto do Imazon tinha um/a coordenador/a para cada componente e reuniões colegiadas de seguimento periodicamente. Não havia parceiros relevantes para a gestão macro do projeto. Um/a coordenador/a sistematizava os resultados e relatórios e mantinha a interlocução com o banco.

Do ponto de vista do BNDES, a gestão do contrato demanda acompanhamento das entregas. Além dos três tipos de relatório previstos, a prática indica a realização de um relatório de acompanhamento por ano, com um evento de interação. Em casos extremos de riscos de implementação, essa frequência pode se intensificar. Esse não foi o caso dos projetos em curso, que tiveram interação padrão, uma maior intensidade quando provocada pelo próprio executor.

Ainda que o Fundo Amazônia esteja aberto a apoiar elementos de fortalecimento institucional, como a atualização de conselhos, auditorias ou outros procedimentos administrativos, esse “pacote” não foi demandado pelos executores dos projetos.

Os/as entrevistados/as-executores indicaram que o acompanhamento realizado pelo BNDES foi detalhado, no entanto mais focado na escala das atividades do que nos resultados, ou impacto. Essa questão pode ser ilustrada, por exemplo, com a produção de um vídeo educativo, em que cumprir com o quesito de duração de cinco a sete minutos era mais importante do que avaliar se o vídeo foi feito em parceria com a Secretaria de Educação Estadual para veiculação pública.

Nesta Avaliação de Efetividade, identificou-se oportunidades para melhoria no processo de gestão de resultados e indicadores. Entende-se que há limitações para as capacidades da equipe gestora do Fundo Amazônia, dado o volume de trabalho da gestão dos contratos e o número de projetos, além das demandas de captação e governança. Ao mesmo tempo, a compreensão técnica sobre os objetos dos projetos e políticas públicas relacionadas abre um amplo leque de conhecimentos que não pode ser exigido do/a gestora. Assim, recomenda-se que o Fundo adote procedimentos de Revisão de Meio Termo realizadas por especialistas para uma determinada classe de tamanho de projeto. Essas revisões têm o potencial de, com um olhar externo especializado, oferecer avaliação parcial de efetividade e recomendações para o alcance de resultados e otimização de impacto e sustentabilidade.

6. CONCLUSÕES

A Avaliação de Efetividade indica que os dois projetos analisados – *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* (Imazon) e *Capacitar para Conservar* (ECAM) – atenderam apropriadamente critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para avaliação de políticas públicas. Os projetos avaliados foram relevantes e coerentes com as políticas de combate ao desmatamento da Amazônia e entregaram o prometido, se não mais ainda e que não foi capturado pelo Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Não tendo sido fruto de chamadas competitivas, foram os únicos que apresentaram o escopo dos projetos acolhidos pelo Fundo Amazônia, impedindo uma análise custo-benefício da escolha. Vale dizer, tiveram impacto positivo direto e indireto no campo, para as pessoas e para a performance do Fundo. A sustentabilidade dos seus resultados, contudo, é dependente de novos projetos, que os executores precisam viabilizar com seus próprios meios.

Os dois projetos analisados atenderam bem aos critérios de redução de pobreza, equidade de gênero e ao conjunto de Salvaguardas de REDD+, com uma exceção e uma ponderação. A Avaliação de Efetividade não detectou, em nenhum dos dois projetos, instrumentos de gestão de riscos para a própria execução e para a reversão de emissões evitadas (Salvaguarda 6). Sobre o direito a participação nas tomadas de decisão por povos e comunidades tradicionais (Salvaguarda 4), registra-se que o projeto do Imazon identificou um conflito no processo de criação do Mosaico de Áreas Protegidas da Calha Norte do Pará, o que anuncia que, numa eventual retomada da proposta, dependendo de financiamento, o devido processo de consulta livre prévia e informada deverá ser realizado.

Sobre os indicadores de efetividade do Fundo Amazônia, os projetos da ECAM e do Imazon abordaram questões críticas para a redução do desmatamento e gestão de Unidades de Conservação (UCs) formando capacidades de ação na ponta, seja com prefeituras, gestores/as de UCs e comunidades.

Ações de treinamento e capacitação não são sustentáveis, elas requerem esforços contínuos para atualização do conhecimento ou mesmo capacitação de novos atores. Por outro lado, os/as profissionais das prefeituras não são servidores/as efetivos/as, portanto, se sujeitam à rotatividade, e as posições de atuação de comunidades, ainda que utilizadas pela máquina pública, carece de avanços na formalização das formas de contratação.

Os projetos apoiados faziam parte do rol de especialidades das organizações proponentes, o que lhes conferiu robustez técnica e rede de parceiros, mas, ao mesmo tempo, perdeu-se a oportunidade de aprimorar a definição do problema em questão e sua Teoria de Mudança.

Os temas de municipalização da gestão e formalização de servidores/as profissionais na ponta, desde o quadro efetivo nos órgãos ambientais aos/às agentes ambientais e guarda-parques, merece atenção do Fundo Amazônia em uma eventual revisão de seu Quadro Lógico.

Sobre a Componente Monitoramento e Controle, o projeto do Imazon apresentou um rol de resultados mais amplo do que aqueles capturados pelos indicadores e teve um impacto relevante nas políticas de combate ao desmatamento, estando associado a pelo menos 1/3 dos municípios que lograram sair da lista de maiores desmatadores.

A Avaliação de Efetividade dessa mesma componente do projeto do Imazon revela a necessidade de elaboração de um modelo de municipalização a ser promovido pelo Fundo Amazônia, amparado por inciativas, até aqui frustradas, de elaboração de relatórios diagnósticos que possam fornecer *baseline* e métricas de monitoramento e aprimoramento. Métricas de pessoal treinado são incompletas e frágeis pelo efeito de rotatividade, podendo ser complementadas por indicadores relativos a formas de contratação de pessoal e outros indicadores institucionais, como orçamento, planos estratégicos, arcabouço legal, sérvios prestados, entre outros.

O desenvolvimento de sistemas de informação e plataformas tecnológicas associadas a serviços públicos são desafiadores e merecem atenção especial do Fundo Amazônia.

Por fim, no que diz respeito à Componente Ordenamento territorial, o Fundo Amazônia apoiou a continuidade de projetos de formação e engajamento social, através de programas de formação de guarda-parques e de agentes ambientais comunitários/as, do projeto da ECAM, derivados em propostas de políticas públicas para formalização dessas ocupações profissionais fundamentais para a gestão de áreas protegidas.

Os projetos de formação, especialmente de agentes comunitários/as, geraram iniciativas econômicas de emprego e renda local, baseadas no uso e na conservação da biodiversidade, não capturadas pelas métricas do projeto e do Fundo Amazônia. A formação de pessoal traz consigo o desafio da mensuração da aplicação do conhecimento, o que pode ser otimizado a partir da estruturação do projeto e da pactuação de formas de colher essas informações ao longo do tempo.

7. LIÇÕES APRENDIDAS

Esta avaliação de efetividade derivou algumas lições sobre a operação do Fundo Amazônia, das quais destacam-se cinco, que serão apresentadas a seguir.

A primeira lição é sobre a ação de capacitação de pessoal. Esse foi um objetivo comum aos dois projetos avaliados e como contribuição a pelo menos duas componentes. De importância crítica para os objetivos do Fundo Amazônia, a capacitação é difícil de ser mensurada e o projetos não estavam prontos para isso, ainda que tenham feito esforços pós-encerramento para capturar sua efetividade. Fica o aprendizado que capacitações e treinamentos podem se beneficiar da pactuação antecipada da necessidade de monitorar os caminhos profissionais do público treinado.

A capacitação de pessoal teve efeito no fortalecimento de prefeituras e da gestão de Unidades de Conservação (UCs). Municípios beneficiados pelos projetos do Fundo Amazônia tiveram melhor performance de saída da lista de maiores desmatadores. Deriva-se daí um reforço da complementaridade da atuação da sociedade civil e do poder público, em que a agilidade e a capacidade técnica de organizações civil permitiram o fortalecimento a gestão pública. A segunda lição, portanto, é que o Fundo Amazonia alimenta e colhe resultados da relação sociedade-governo.

Ficou claro, ainda, que os projetos apoiados permitiram a formulação de propostas de políticas públicas visando aprimorar a capacidade do governo. Essas propostas, de impacto, não foram antecipadas como objetivo dos projetos e não mereceram atenção por parte do Fundo. Essa é a terceira lição, que inspira a possibilidade de que o Fundo Amazônia tenha formas de destacar as contribuições para a implementação e para a desenho de políticas públicas, tanto no decorrer dos projetos quanto ao final, no momento de reportar resultados, impacto e sustentabilidade.

A quarta lição aprendida foi de que o enquadramento dos projetos no Quadro Lógico do Fundo Amazônia funciona como uma porta de entrada, mas não encerra as contribuições que os projetos podem fazer, de forma prevista ou como resultado não antecipado. Os projetos, a despeito do seu enquadramento, contribuíram para mais de uma componente do Fundo. Contribuíram também para mais indicadores do que o previsto no projeto inicial.

De forma análoga, explorando a importância da concepção e do detalhamento dos projetos, notou-se uma frágil caraterização do problema a ser atacado, análise de entorno e teoria de mudança. Assim, fica a quinta lição de que vale a pena rever os procedimentos objetivos de detalhamento dos projetos assim como adotar ferramentas que capturem resultados e indicadores não previstos no decorrer da execução.

Encerra-se com a sexta e última lição e que resume boa parte dos pontos mencionado, focando no entendimento enviesado que se detectou sobre o papel do BNDES como gestor dos projetos do Fundo Amazônia. Notou-se uma percepção de que os/as gestores/as do BNDES, muitas vezes, representavam um custo transacional elevado de exigências contábeis e administrativas no detalhe. Enquanto isso, é clara a conclusão desta análise de efetividade que a gestão dos projetos do Fundo pode ter um caráter estratégico, apoio e abertura para captura de múltiplos resultados, alavancagem de contribuições para políticas públicas e de *feedback* para as estratégias do Fundo Amazônia sobre novas áreas de atuação e apoio.

8. RECOMENDAÇÕES

A partir dessa avaliação de efetividade, derivou-se oito recomendações para o aprimoramento do Fundo Amazônia, sendo duas recomendações gerais para a efetividade do Fundo, duas para o desenho dos projetos, visando maximizar a performance de captura de resultados e impacto, duas sobre temas específicos e, por fim, outras duas operacionais.

i. A principal recomendação, de caráter geral sobre o Fundo Amazônia, versa sobre a aderência dos resultados e indicadores dos projetos ao seu Quadro Lógico. Recomenda-se, ao Comitê Orientador do Fundo (COFA) e ao Departamento de Gestão do Fundo Amazônia no BNDES, que considerem realizar revisão dos indicadores de efeito direto e indireto de cada Componente. Enquanto isso não é realizado e aprovado pelas instâncias decisórias do Fundo Amazônia, recomenda-se que os/as gestores/as do Fundo e os/as proponentes/beneficiários/as de projetos façam uma revisão sobre sua aderência e monitorem "indicadores potenciais", cujo exercício servirá para abastecer uma revisão formal do processo.

ii. De forma análoga, recomenda-se, ao COFA e aos doadores do Fundo Amazônia, adotar o procedimento de Revisão de Meio Termo da implementação de projetos de uma determinada classe de tamanho, com vistas a maximizar a identificação e leitura de seus resultados e impacto e para minimizar riscos.

iii. Para o desenho dos projetos, recomenda-se, ao Departamento de Gestão do Fundo Amazônia no BNDES, que, nos editais, na aprovação e na negociação dos projetos, se dedique maior atenção à definição do problema a ser abordado e sua relação objetiva com o Quadro Lógico do Fundo, Teoria da Mudança e riscos associados.

iv. Recomenda-se, também, ao Departamento de Gestão do Fundo Amazônia no BNDES, adotar os critérios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como guia e elemento explícito na avaliação das cartas consulta e contratos de financiamento submetidos ao Fundo.

São recomendações sobre temas específicos nos projetos a serem apoiados:

v. O tema das capacitações é crítico para o sucesso do Fundo Amazônia e suas métricas merecem uma revisão que considere a dificuldade de verificação *ex-post* da aplicação dos conhecimentos e que controle os efeitos de rotatividade de pessoal, num cenário de contratos temporários e nomeações políticas transitórias. São caminhos possíveis para o Departamento de Gestão do Fundo Amazônia no BNDES a atenção ao desenho da metodologia dos projetos para pactuação antecipada de formas de verificar a aplicação dos conhecimentos adquiridos ou a dispensa consciente deste indicador.

Associado a isso, recomenda-se ao COFA estruturar uma chamada de projetos que promovam a efetividade das ocupações profissionais nos órgãos públicos de gestão ambiental, estimulando concursos, planos de carreira para os servidores e arranjos inovadores de contratação de serviços na ponta, como para agentes comunitários e guarda-parques. Outras formas de fortalecimento da gestão podem ser consideradas, observando que a proposta é que o Fundo Amazonia haja como catalizador das decisões relativas ao orçamento público.

vi. Projetos de desenvolvimento de sistemas de tecnologia para serviços públicos requerem pactuação específica com o órgão a ser beneficiado. Recomenda-se esse procedimento ao Departamento de Gestão do Fundo Amazônia no BNDES. Ademais, recomenda-se que, nos casos de insucesso, o projeto tenha como recurso oferecer a tecnologia desenvolvida a outros usuários e torná-la pública e acessível para outros desenvolvedores.

Não menos importante, duas recomendações operacionais para os projetos e para as revisões de efetividade:

vii. Recomenda-se, ao Departamento de Gestão do Fundo Amazônia no BNDES, adotar um padrão entre os relatórios de acompanhamento dos projetos para apresentar datas e valores dos projetos, considerando seus principais marcos, quadro de monitoramento, assim como a matriz de aderência aos indicadores do Fundo.

viii. E, por fim, recomenda-se, ao Departamento de Gestão do Fundo Amazônia e aos cooperantes técnicos da GIZ, padronizar o *Memorandum*, como fonte de informações para avaliações de efetividade dos projetos adicionando ao pacote: a carta consulta submetida pelo beneficiário; o Quadro Lógico do projeto; o plano de monitoramento e relatório financeiro final, além dos relatórios de desempenho e avaliação de efetividade.

APÊNDICE I — SALVAGUARDAS DE CANCUN (REDD+) E CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

Os dois projetos analisados atenderam bem aos critérios de redução de pobreza, equidade de gênero e ao conjunto de Salvaguardas de REDD+, com uma exceção e uma ponderação. A Avaliação de Efetividade não detectou, em nenhum dos dois projetos, instrumentos de gestão de riscos para a própria execução e para a reversão de emissões evitadas. No que diz respeito ao direito a participação nas tomadas de decisão por povos e comunidades tradicionais, registra-se que o projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* identificou um conflito no processo de criação do Mosaico de Áreas Protegidas da Calha Norte do Pará e anuncia que, numa eventual retomada da proposta, dependendo de financiamento, o devido processo de consulta livre previa e informada deverá ser realizado.

Salvaguardas de REED+

Salvaguarda	Atende	Observação
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes		
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	Ambos os projetos realizaram capacitações que podem colaborar para redução de desmatamento. No caso do projeto do Imazon, isso fica mais evidente com as ações focadas em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento.
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	Os projetos atuaram para consolidação de unidades de conservação, estando alinhado a politica do Sistema Nacional de Unidades de Coservação.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Em parte	As ações não possuiam o objetivo real de redução das emissões. Porém, uma vez que os resultados dos projetos podem colaborar para reduriz o desmatamento, é possível inferir que colaboram indiretamente para a redução das emissões.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional		
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	Os projetos realizaram articuçaões entre esferas municipais, estaduais e federais. Também contou com articulações com entidades da sociedade civil. Em alguns casos, a responsabilidade de ações foram compartilhadas

Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	Os projetos com as Unidades de Conservação (UCs), por exemplo, atuaram diretamente na articulação entre o ICMBio, órgão federal, e os órgãos estaduais de gestão das UCs (Instituto Florestal do Amapá, à época) e IdeflorBio, no Pará, com planos e ações de campo conjuntos.
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas		
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Em parte	O projeto do Imazon teve uma contribuição para o aumento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de vários municipios. Embora o CAR não seja um instrumento de posse da terra, ele auxilia no mapeamento do uso e ocupação do terrório por pequenos agricultores.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Em parte	Os projetos tiveram foco na capacitação e também em ações de uso da informação para gestão do território. O resultado disso é, de forma indireta, uma influência para o uso sustentável dos recursos. Por exemplo, algumas pessoas capacitadas pelos projetos podem atuar em ações de monitoramento da biodiversidade e de recursos naturais.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Em parte	Não foi contemplado nos projetos a participação de forma direta de povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares. No entanto, foi detectada a participação de comunitários/as e agricultores/as familiares em capacitações ou mesmo como beneficiários/as no caso da realização do CAR.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Em parte	Como resultado da capacitação realizada para formação de agentes comunitários/as foi identificado, em entrevistas, que houve uma mudança do olhar da comunidade (ou pelo menos das pessoas capacitadas) sobre a importância do território e da conservação dos recursos para manutenção da própria comunidade.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16		
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Não	Os projetos não tiveram foco específico em ações que demandavam representantes para ações. As capacitações, de forma geral, eram abertas e sua participação estimulada de forma geral.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Não	Não foram previstos instrumentos participativos para gestão especificamente com povos indígenas e comunidades locais.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Não	Não era foco dos projetos.

Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Em parte	As capacitações eram abertas e sua participação estimulada. Porém, não houve uma divulgação de material e informações específicas para comunidades. No caso do projeto do Imazon, houve a produção de muito conteúdo, mas com foco para o público técnico e/ou gestores/as públicos/as.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Não	Os projetos não apresentaram mecanismos concretos de monitoramento de resultados.
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A consolidação de áreas protegidas era objeto central dos projetos e seus resultados alcançados através de capacitação profissional, engajamento comunitário e planejamento integrado da atuação governamental.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Não	Não eram previstas atividades de recuperação de áreas degradas.
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Não	Não eram previstas atividades de restauração e reflorestamento de áreas, embora tenham sido relatados a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) por pessoas capacitadas pelo projeto do Imazon.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	Não	Não foi previsto uma contribuição para estabelecer modelos de recepuração com ênfase no uso econômico. O unico resultado indireto foi a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) por pessoas capacitadas pelo projeto do Imazon.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	Não	Os projetos não reportaram, em relatórios e entrevistas, procedimentos de gestão de riscos, seja de execução, seja de reversão de resultados de emissões.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Não	Não foram detectados padrões possíveis de deslocamento de emissões do projeto para outras áreas.

Critérios Transversais

	Critérios transversais	Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Em parte	Os projetos não previram alternativas econômicas para valorizar a floresta em pé e o uso sustentavel dos recursos. Porém, ambos promoveram atividades econômicas geradoras de emprego e renda baseadas na conservação e no uso sustentável da biodiversidade.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Em partes	Os projetos da ECAM e Imazon não tinham objetivos específicos de redução de pobreza, mas contribuíram para a ocupação formal da população associada as UCs, como guarda-parques, e com a ocupação voluntária, como agentes comunitários/as.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Não	Não era foco dos projetos a atuação em cadeias de valor.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	Os projetos deram atenção às questões de gênero, incluído tratamento específico a esses públicos e relatando discussões em grupo sobre essa temática, incluindo questões de assédio, durante a realização dos treinamentos.
	Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	Foi estimulada a participação de mulheres para formação de agentes comunitários/as. Isso foi identificado no levantamento em campo.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Sim	Os projetos tiveram articulação com várias políticas municipais, estaduais e federais. As políticas de consolidação de UCs foram mais evidentes, porém também foi identificado articulação em planos de ação de combate ao desmatamento, Cadastro Ambiental Rural (CAR), monitoramento da biodiversidade e fiscalização ambiental.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Não	Não era foco dos projetos.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Não	Não era foco dos projetos.

APÊNDICE II — LISTA DE ENTREVISTADOS

1. Airton Ferreira Gonçalves Neto – Presidente da Associação de Guarda Parques do Amapá
2. Alyne Vieira – SESI/CNI
3. André Ferro – BNDES/Fundo Amazônia
4. Andreia Pinto – Coordenadora do Imazon
5. Arlison Kleber – Equipe de Conservação da Amazônia
6. Arnaldo Junior - Coordenador do Programa Municípios Verdes (PMV) na SEMAS-PA
7. Brenda Brito - Imazon
8. Cristiane Russo – UNB
9. Dirck Mattos – Procurador do Ministério Público do Estado do Pará
10. Edimilson Pinheiro – Chefe da UC (ARPA)
11. Euryandro Ribeiro Costa - Coordenador de Gestão de Conservação de Biodiversidade, da SEMA-AP
12. Iranildo da Silva Coutinho – Chefe da ESEC Maraca-Jipioca, do ICMBio/AP
13. Jakeline Pereira - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)
14. Jaqueline de Carvalho Peçanha – diretora geral do núcleo de execução do Programa Municípios Verdes (PMV), ex-secretária de meio ambiente de Paragominas
15. Joanísio Mesquita - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade- SEMAS-PA, em Santarém (ex gestor das Florestas Estaduais de Faro, Paru e Trombetas)
16. José Heder Benatti – Professor UFPA
17. José Henrique Pego de Oliveira - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cotriguaçu/MT
18. Josimar Costa (Fidel) - ex-Prefeitura Municipal de Boca do Acre / AM
19. Julio Augusto Zorzal dos Santos - SESI/CNI
20. Lucídio - AAC
21. Manoel Amaral – coordenador do Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB para Pará e Amapá
22. Manoel – AAC (filho/neto Salvador)
23. Marcos Almeira – Diretor de Desenvolvimento Florestal / SEMA-AP
24. Maria de Lurdes Ramos – Assessora na SEMA-AP
25. Mazinho de Brito Silva – Guia, funcionário terceirizado do Parque
26. Nilson Pinto e Lena Pinto – Presidência do IDEFLOR-Bio
27. Patrícia Messias – Chefe do PEMA/Ideflor - Bio
28. Paulo Amaral – Imazon
29. Paulo Russo – ICMBio
30. Rafael Almeida – BNDES/Fundo Amazônia
31. Raquel Pereira - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cotriguaçu/MT
32. Rejane Vilanova – Imazon
33. Richard Lopes Pinheiro - - Guarda Parque – Parque Zoo Botanico (com grupo de outros)
34. Rodolpho Zaluth – Secretário Adjunto de Regularização Ambiental/SAGRA/SEMAS
35. Salvador Maciel Parente – AAC
36. Socorro Almeida – Diretora de Unidades de Conservação do IDEFLOR-Bio
37. Wesley Pacheco – Diretor da Equipe de Conservação da Amazônia

APÊNDICE III — LISTA DOS MUNICÍPIOS DE ENTORNO USADA COMO CONTRAFACTUAL

Município	UF	Área (km²)
Ariquemes	RO	4426,57
Cacoal	RO	3793,00
Espigão D'Oeste	RO	4518,04
Guajará-Mirim	RO	24856,88
Ji-Paraná	RO	6896,65
Rio Crespo	RO	1717,64
Rolim de Moura	RO	1457,81
Vilhena	RO	11699,15
Alto Paraíso	RO	2651,82
Buritis	RO	3265,81
Campo Novo de Rondônia	RO	3442,01
Candeias do Jamari	RO	6843,87
Chupinguaia	RO	5126,72
Cujubim	RO	3863,95
Itapuã do Oeste	RO	4081,58
Parecis	RO	2548,68
Primavera de Rondônia	RO	605,69
São Felipe D'Oeste	RO	541,65
Vale do Anari	RO	3135,11
Acrelândia	AC	1811,61
Bujari	AC	3034,87
Manoel Urbano	AC	10630,60
Senador Guiomard	AC	2320,17
Sena Madureira	AC	23759,51
Porto Acre	AC	2604,42
Apuí	AM	54240,55
Canutama	AM	33642,73
Humaitá	AM	33111,14
Itamarati	AM	25260,43
Manicoré	AM	48315,02
Novo Aripuanã	AM	41179,66
Pauini	AM	41624,66
Tapauá	AM	84946,04

Abaetetuba	PA	1610,65
Abel Figueiredo	PA	614,13
Acará	PA	4344,38
Baião	PA	3759,83
Bannach	PA	2956,65
Barcarena	PA	1310,34
Bom Jesus do Tocantins	PA	2816,60
Brasil Novo	PA	6362,58
Breu Branco	PA	3941,90
Conceição do Araguaia	PA	5829,48
Curionópolis	PA	2369,10
Dom Eliseu	PA	5268,81
Eldorado do Carajás	PA	2956,69
Goianésia do Pará	PA	7023,95
Igarapé-Miri	PA	1996,79
Ipixuna do Pará	PA	5215,56
Itaituba	PA	62042,47
Jacareacanga	PA	53304,56
Jacundá	PA	2008,32
Mocajuba	PA	871,17
Nova Ipixuna	PA	1564,18
Ourilândia do Norte	PA	14410,57
Parauapebas	PA	6885,79
Placas	PA	7173,19
Portel	PA	25384,96
Porto de Moz	PA	17423,02
Redenção	PA	3823,81
Rurópolis	PA	7021,32
Santana do Araguaia	PA	11591,44
São Domingos do Araguaia	PA	1392,46
São Geraldo do Araguaia	PA	3168,38
São João do Araguaia	PA	1279,89
Tailândia	PA	4430,48
Trairão	PA	11991,09
Tucumã	PA	2512,59
Tucuruí	PA	2084,29
Uruará	PA	10791,41
Vitória do Xingu	PA	3089,54
Araguacema	TO	2774,51

Caseara	TO	1680,01
Formoso do Araguaia	TO	13431,86
Lagoa da Confusão	TO	10563,18
Açailândia	MA	5805,16
Cidelândia	MA	1462,81
Vila Nova dos Martírios	MA	1190,01
Água Boa	MT	7549,31
Alta Floresta	MT	8955,41
Apiacás	MT	20489,02
Bom Jesus do Araguaia	MT	4266,64
Brasnorte	MT	15968,36
Campinápolis	MT	5978,99
Campo Novo do Parecis	MT	9428,59
Canabrava do Norte	MT	3449,04
Canarana	MT	10855,18
Castanheira	MT	3713,47
Comodoro	MT	21484,98
Diamantino	MT	8263,40
Feliz Natal	MT	11661,51
Guarantã do Norte	MT	4725,28
Ipiranga do Norte	MT	3422,02
Itanhangá	MT	2909,75
Itaúba	MT	4521,79
Juruena	MT	3207,84
Lucas do Rio Verde	MT	3674,60
Luciara	MT	4282,73
Marcelândia	MT	12285,49
Matupá	MT	5228,27
Nova Santa Helena	MT	2385,61
Nova Mutum	MT	9536,81
Novo Mundo	MT	5800,76
Novo Horizonte do Norte	MT	920,05
Paranatinga	MT	24166,63
Novo Santo Antônio	MT	4394,78
Porto Alegre do Norte	MT	3971,72
Querência	MT	17799,99
São José do Rio Claro	MT	4525,30
São José do Xingu	MT	7465,56
Rondolândia	MT	12658,34

Santa Cruz do Xingu	MT	5623,39
Santa Rita do Trivelato	MT	4747,04
Santa Terezinha	MT	6466,22
Sapezal	MT	13614,55
Serra Nova Dourada	MT	1490,79
Sinop	MT	3990,87
Sorriso	MT	9293,63
Tabaporã	MT	8439,05
Terra Nova do Norte	MT	2399,74
União do Sul	MT	4590,63
Vera	MT	3058,36
Nova Monte Verde	MT	5139,31

APÊNDICE IV — RELATÓRIOS INDIVIDUAIS DOS PROJETOS

I – PROJETO FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

FICHA DO PROJETO

Título do projeto:	Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia
Instituição responsável:	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)
Período do projeto:	2015-2022
Escopo territorial:	Diversos municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.
Beneficiários:	População local e servidores/as dos municípios constantes na lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como sendo prioritários para atividades de prevenção e controle do desmatamento e moradores/as das Unidades de Conservação (UCs) abrangidas pelo projeto na Calha Norte do Pará.
Objetivo:	Apoiar: (i) o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia; (ii) estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia; e (iii) o aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação (UCs) na Calha Norte do estado do Pará.
Valor total do projeto:	R$ 12.717.670,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R$ 12.104.865,00

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES.

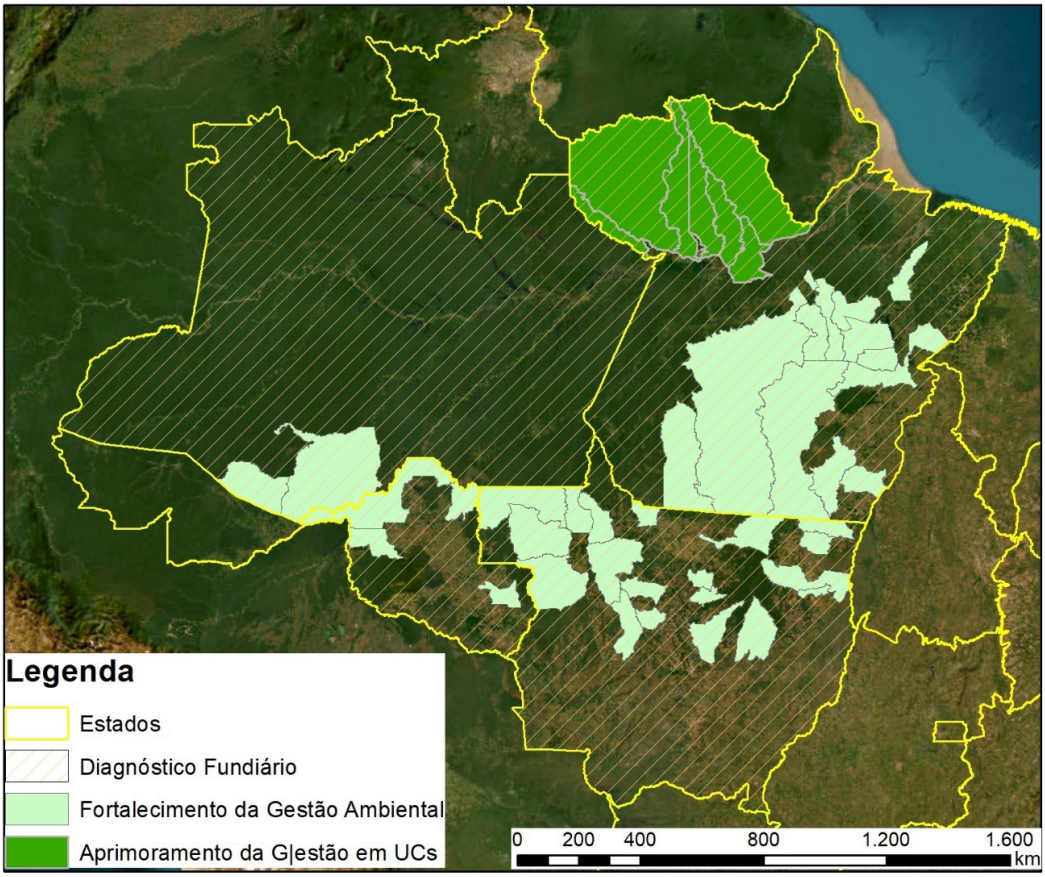
1. RESUMO DO PROJETO

A taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal caiu 77% no período de 2004 a 2015, de 27.772 km² para 6.207 km². Algumas iniciativas do governo brasileiro foram indutoras dessa redução, entre as quais se destaca o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm). A sociedade civil organizada também foi ator importante nesse sentido, sendo que uma das instituições atuantes no tema é o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), com atividades de pesquisa e de apoio à formulação de políticas públicas relacionadas ao uso do solo e à conservação dos recursos naturais na Amazônia, notadamente no estado do Pará.

O projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* capacitou funcionários/as públicos/as dos municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento no bioma Amazônia, no uso de geotecnologia e no monitoramento florestal. Também foi fornecida assistência técnica a esses municípios para o aprimoramento da sua gestão ambiental.

Foi elaborado, a partir desse projeto, um diagnóstico da situação fundiária nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas que possibilitem avançar na regularização fundiária, além de promover uma maior transparência às atividades realizadas nessa temática. O projeto também atuou no fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação (UCs) estaduais na Calha Norte do Pará.

Figura I: Área de atuação do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*.



Fonte: Elaboração própria dos autores

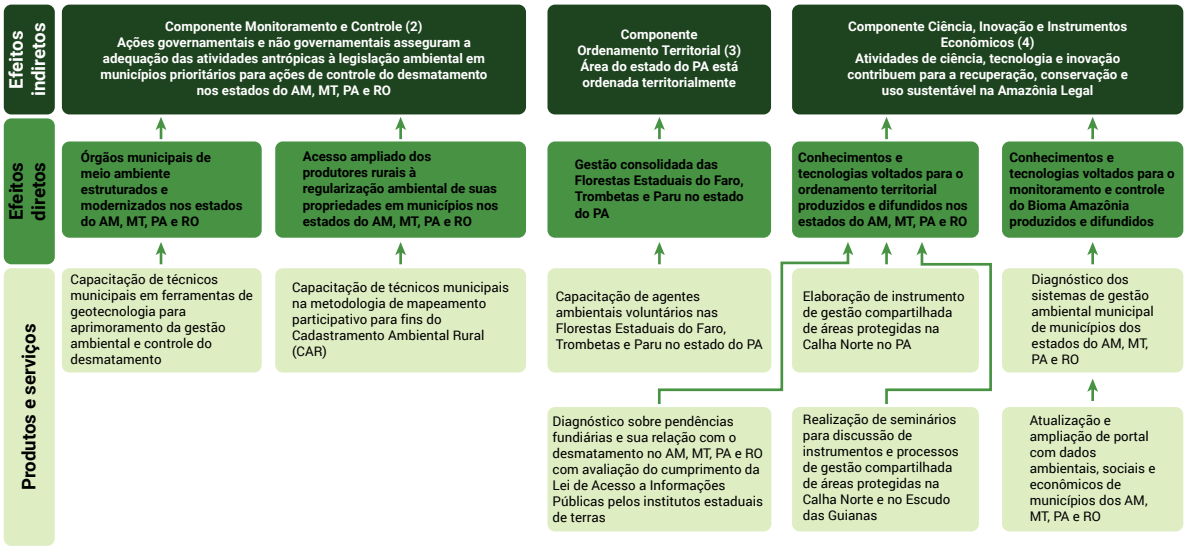
2. LÓGICA DE INTERVENÇÃO

O projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* se insere nos componentes Monitoramento e Controle (2), Ordenamento Territorial (3) e Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seus efeitos diretos foram assim definidos: (i) órgãos municipais de meio ambiente estruturados e modernizados nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia; (ii) acesso ampliado dos/as produtores/as rurais à regularização ambiental de suas propriedades em municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia; (iii) gestão consolidada das florestas estaduais do Faro, Trombetas e Paru, no estado do Pará; e (iv) conhecimentos e tecnologias voltados para o monitoramento, controle e ordenamento territorial produzidos e difundidos nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Por meio de ações voltadas ao aprimoramento da gestão ambiental municipal, à transparência da regularização fundiária e à consolidação de UCs estaduais, o projeto visou contribuir para o objetivo geral do Fundo Amazônia de "redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal"." (Figura II).

Figura II: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*.



Fonte: undo Amazônia/BNDES

3. METODOLOGIA

Os critérios e as metodologias utilizadas na avaliação de efetividade do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* seguiram os procedimentos apresentados do Relatório de Desenho da Avaliação da Efetividade.

A coleta de informações para esta avaliação foi realizada entre dezembro de 2022 e março de 2023, de cinco formas principais:

a. **Análise documental:** do pacote de documentos das avaliações de efetividade chamado de *memorandum,* que contêm os termos de referência do trabalho e os relatórios produzidos ao longo do tempo de vida dos projetos, a saber:
   - Descrição do projeto disponível no site do Fundo Amazônia;
   - Relatórios de Desempenho (RED): relatórios periódicos preenchidos pelo beneficiário;
   - Relatório de Avaliação de Resultados (RAR): preenchido pelo beneficiário e encaminhado ao BNDES junto com o último relatório de desempenho;
   - Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE): elaborado pelo beneficiário depois da conclusão do projeto;
   - Materiais produzidos pelos projetos, disponíveis no site do Fundo Amazônia.

b. **Pesquisa de dados secundários:** foram três as categorias de informações secundárias trazidas para a análise: os dados de desmatamento e os dados orçamentários dos municípios, que foram utilizados para análise de efetividade e impacto, fruto das fontes oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Secretaria do Tesouro Nacional, respectivamente; e as listas oficiais do Ministério do Meio Ambiente para os municípios prioritários (ou com mais desmatamento).

c. **Enquete eletrônica:** visando avaliar a efetividade e a sustentabilidade dos treinamentos, esta avaliação procedeu uma consulta eletrônica, via formulário enviado por e-mail aos/às participantes dos treinamentos do projeto. Esse procedimento repete o que o Imazon fez no encerramento do projeto.

d. **Entrevistas remotas**: entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023, a equipe de avaliadores/as, com suporte da GIZ e dos beneficiários, procedeu entrevistas iniciais com os/as responsáveis dos projetos, com atores externos indicados por eles/as, com uma seleção própria de especialistas e com outros atores envolvidos.

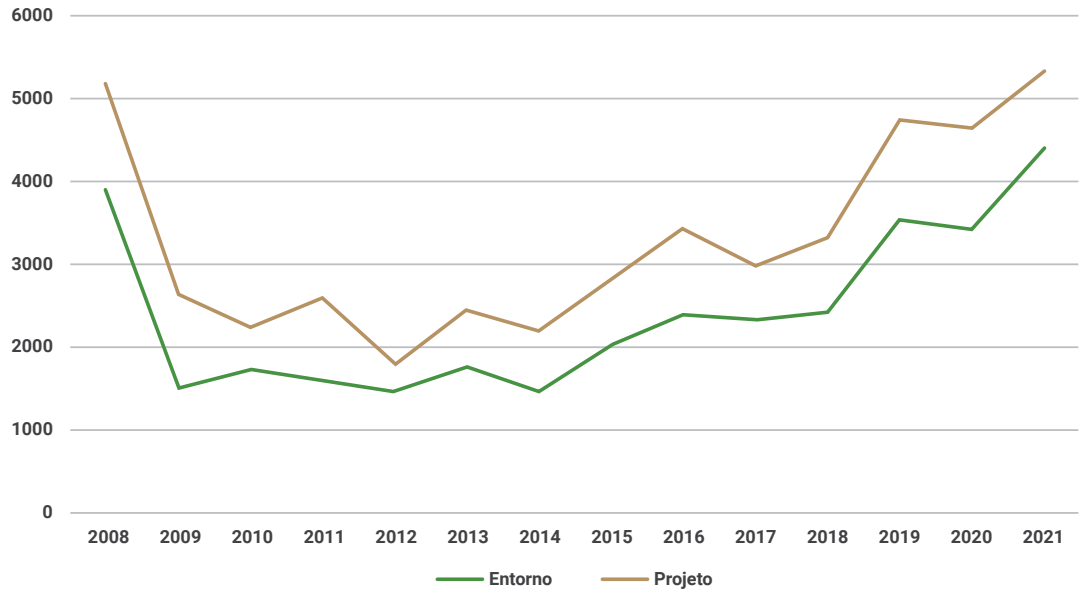
e. **Missão de campo:** os/as avaliadores/as e representantes da GIZ realizaram uma missão de campo extensiva a Belém (PA), com visitas a sede do Imazon e a parceiros, Universidade Federal do Pará (UFPA) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAS-PA); e a Calha Norte, com dois dias percorrendo o Parque Nacional de Monte Alegre e quatro comunidades do entorno.

4. RESULTADOS

4.1. OBJETIVO DO FUNDO AMAZÔNIA

O objetivo geral do Fundo Amazônia e, em consequência, dos projetos que apoia, é reduzir desmatamento na Amazônia, com desenvolvimento sustentável. No caso do projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia*, quando se compara o desmatamento nos municípios que estavam dentro da área de atuação do projeto com o dos municípios do entorno, não é possível notar um efeito das ações do projeto no combate ao desmatamento. As curvas possuem a mesma tendência entre as duas áreas (Figura III).

Figura III: Desmatamento analisado nos municípios de atuação do projeto do Imazon



Fonte: Elaboração própria dos autores.

Para o projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia,* o combate direto ao desmatamento não foi o foco e tampouco o resultado principal a ser conquistado. Por outro lado, considerando a natureza das ações realizadas, como treinamentos e capacitações, pode-se inferir que, a longo prazo, eles podem colaborar para uma redução do desmatamento ilegal. É um efeito indireto importante, mas impossível de se notar resultados imediatos em campo.

4.2. COMPONENTE MONITORAMENTO E CONTROLE

Os resultados foram expressivos com relação à Componente Monitoramento e Controle, tendo as metas de pessoal treinado sido superadas. De forma resumida, o quadro evidenciado por esta avaliação de efetividade traz o seguinte balanço:

- O diagnóstico da gestão ambiental municipal foi realizado, mas não sistematizado em relatório ou outra publicação analítica. As "fichas técnicas" individualizadas integraram o Portal do Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia (descrito no tópico a seguir). No diagnóstico foram analisados dados de 45 municípios, sendo 7 da Calha Norte e 38 prioritários originalmente previstos. Outras iniciativas de relatórios de avaliação das capacidades de gestão municipal foram mencionadas, como o produzido com apoio da Climate and Land Use Alliance (CLUA) para 2013 e outro apoiado pelo Fundo Amazônia, por meio do Programa Municípios Verdes (em vias de publicação), ambos para o Pará. Uma terceira iniciativa de avaliação de capacidades municipais está planejada para ser realizada pelo Imazon em parceria com o Ministério Público Estadual. Essas avaliações são importantes e merecem atenção por oferecerem meios de mensurar a evolução do papel dos municípios na gestão ambiental na Amazônia, com definição de indicadores e *baseline*, e por permitirem a discussão informada sobre caminhos para a descentralização.

- O portal "Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia" foi lançado na web (http://gestaoambiental.org.br/) contendo as fichas-técnicas com o diagnóstico individual sobre a gestão municipal, estatísticas e boletins de desmatamento, base cartográfica, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e informações do ordenamento fundiário. Observa-se que não há monitoramento continuado do número de visitantes no portal.

- Um sistema informatizado para gestão ambiental municipal, com aplicações para validação do CAR, Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e acompanhamento da regularização, foi elaborado com recursos de outros financiadores, porém seu repasse para o governo foi reportado como resultado do projeto. Elaboração e repasse são atividades distintas e complementares, sendo saudável a integração. O Sistema Integrado de Gestão Ambiental Municipal (SIGAM) e seus códigos-fontes foram entregues à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS - PA) que, no âmbito de suas ações com o Programa Municípios Verdes (PMV), disponibilizaria o sistema a 20 municípios. Houve desafios na integração técnica e tecnológica desse sistema com a prática da SEMAS-PA e o seu uso não foi continuado.

- Não há relato sistematizado sobre o apoio à formação dos Conselhos e sua continuidade, a não ser pelo caso de Boca do Acre, no Amazonas, que foi um *case* de sucesso no fortalecimento da gestão (Box I).

- Um total de 263 profissionais se beneficiaram de 17 programas de treinamento oferecidos pelo projeto, superando largamente a meta do projeto, com mensuração do balanço de gênero, reportado como sendo 173 homens e 90 mulheres. Ao longo do projeto, os cursos foram aprimora-

dos e passaram a ser realizados em polos no interior, com módulos e protocolos desenvolvidos para adequação das capacidades tecnológicas locais. Além das aplicações de análise de desmatamento e CAR, a capacitação incluiu procedimentos para *download* de aplicativos, uso de *software* livre, GPS, padrões de instalações locais (bases, cabos, requisições mínimas para uso de determinados *softwares*).

- O projeto buscou monitorar a aplicação dos conhecimentos adquiridos nos treinamentos, por meio de enquetes via e-mail, em novembro de 2021. Essa consulta obteve 38 respostas (14% do total de alunos/as) e não pode ser extrapolada para o universo do público atingido, dado que responder a um pequeno questionário eletrônico é um sinal de engajamento com a agenda, o que vicia a amostra. Contudo, esse grupo de respondentes indicou, em 100% dos casos, que os conhecimentos estavam sendo aplicados e que praticamente a metade deles (17 indivíduos) já havia deixado suas posições na prefeitura. A avaliação repetiu o procedimento e enviou uma consulta eletrônica nos moldes daquela realizada pelo Imazon. A enquete eletrônica feita pela equipe da Avaliação de Efetividade obteve 30 respostas, com 100% de confirmação de participação no(s) treinamento(s). Dos/as respondentes, 70% reportaram atuar na área ambiental e 50% no serviço público, a mesma taxa encontrada pelo Imazon em 2021. Assim, esta avaliação pode assegurar que a capacitação e a aplicação dos conhecimentos se revelam em pelo menos 15 servidores/as públicos/as.

Embora não houvesse no projeto ações diretas de inserção de imóveis rurais no CAR, os relatórios concluíram que os treinamentos em geotecnologia contribuiriam para seu avanço, evocando esse resultado e seus respectivos indicadores no Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A meta do projeto foi considerada como aquela especificada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) na política de municípios prioritários, ou seja, atingir 80% do território dos municípios excetuadas as UCs de domínio público e as Terras Indígenas (TIs) homologadas.

No início do segundo ano do projeto (2017), o percentual de área com CAR nos 38 municípios-alvo era de 77% da área cadastrável. No final do projeto, a área cadastrada reportada era de 84% do total da área cadastrável dos 38 municípios-alvo, superando a meta preestabelecida. Quanto ao número de imóveis inscritos, os dados brutos do Sicar para os 38 municípios mostram que a quantidade de CAR passou de 72.200 em 31/12/2015 para 121.708 em 31/12/2019, o que corresponde a um aumento de 69% no número de inscrições entre o início e o fim do projeto.

Box I: O avanço do monitoramento do desmatamento em Boca do Acre (Amazonas)

Boca do Acre é um município na fronteira do desmatamento da BR-317, no Amazonas. Na época do projeto, era a única prefeitura que fazia monitoramento de desmatamento e contagem de focos de calor no estado, fruto do apoio do Fundo Amazônia por meio do projeto do Imazon. Era referência local e abasteceu os procedimentos de monitoramento do governo, a partir de um diálogo qualificado com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado.

Foi considerado o melhor caso de gestão municipal do Amazonas, num pronunciamento do Secretário ao Conselho Estadual de Meio Ambiente. Operava com sete técnicos da prefeitura, quatro homens e três mulheres, nomeados pelo prefeito. Usava as informações espaciais e os relatórios de desmatamento oferecidos pelo Imazon para conquistar apoio da Polícia Federal e do órgão fiscalização do estado, atraindo missões de combate à ilegalidade para o seu território.

Nesse período, ativou o Conselho Municipal de Meio Ambiente e, com parceria do Ministério Público Federal, reativou o Fundo Municipal para coleta de taxas. Chegou a formatar minutas de projeto de lei para a atuação de fiscais no município.

A partir do primeiro "mutirão do CAR" promovido no município, em 2017, passou a agregar outros serviços públicos em "mutirões de políticas públicas", com assistência social, assistência técnica, apoio à organização produtiva e assistência de saúde, levados à população ao longo do Rio Purus e Rio Acre.

Com as bases cartográficas oferecidas pelo projeto, atualizou o mapa de ramais de Boca do Acre e entorno, contabilizando mais de 4.000 quilômetros (incluindo ramais que chegavam em outros municípios) e número de pontes necessárias. Isso permitiu o planejamento do acesso ao interno, com estratégias de logística e priorização de melhorias de infraestrutura. A política local descontinuou esses serviços.

4.3. COMPONENTE DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

O projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* foi bem-sucedido e executou objetivos e atividades propostas. O projeto formou 166 agentes ambientais comunitários/as (AAC) – 72 mulheres e 94 homens –, com base numa metodologia testada que inclui 90 horas em módulos gerais e específicos para educador/a ambiental, monitor/a ambiental e extensionista em produção sustentável.

Projetos educacionais e produtivos de base comunitária, foram realizados pelos/as AACs, com base em seus "planos de trabalho" e com acompanhamento do Imazon. Eles incluíram educação ambiental (palestras em escolas, comunidades e residências), mutirões comunitários para limpeza de trilhas e praias, rondas periódicas para monitoramento de embarcações, pesca e praias (quelônios), mapeamento de árvores de copaíba e de castanha-do-pará, manejo de tracajá (coleta, incubação e soltura dos ovos) e instalação de unidades produtivas no modelo de Sistemas Agroflorestais (SAFs). O Imazon estima que a população diretamente beneficiada pela atuação dos/as AACs seja de 3.800 pessoas, distribuídas entre 970 famílias.

Os relatórios indicam que os/as AACs permaneceram ativamente engajados/as em 2021, mesmo um ano depois do fim do projeto. Reporta, ainda, que, passado o período da pandemia, as atividades foram retomadas, com palestras sobre a prevenção do escalpelamento, sustentabilidade, ações de "fiscalização", implantação de SAFs e coleta de ovos de quelônios e preparação de viveiros.

Dentre os resultados obtidos pela atuação dos/as AACs, destaca-se dos relatórios:

- Em Faro - PA, ocorreu a construção da sede comunitária, como base para o turismo, equipada com placa solar e conexão via satélite, qualificação profissional para o turismo, identificação das trilhas do território com áreas de coleta de copaíba, tucumã e a proteção dos lagos. O relatório do Imazon reporta que o treinamento "funcionou tão bem que os lagos dessa região sobre os mais saudáveis no alto rio Nhamundá, dentro da UC."

- Em Oriximiná - PA, as comunidades estavam voltadas para a proteção dos quelônios, dentro do projeto *Pé de Pinche*, que coleta ovos, faz a incubação e a soltura.

- Nas comunidades do Ariramba, localizadas em área desafetada da Floresta Estadual do Trombetas (FLOTA) - PA, o projeto apoiou os quilombolas no reconhecimento do seu território, utilizando técnicas de uso do GPS, informando sua luta pelo reconhecimento, cuja parte está reconhecida pelo Estado (antes do projeto), outra parte em discussão com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Durante a missão de campo, os/as avaliadores/as participaram de uma atividade de comunitária com palestra sobre melinopolinicultura, com mais de 30 participantes. Essa foi uma demonstração que a cultura do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia permanece, fruto de apoio financeiro adicional obtido pelo Imazon. Durante essa reunião, pode-se também evidenciar uma dupla de agentes que atuam na fiscalização do Lago Grande de Monte Alegre preparando-se para sua missão periódica de fiscalização contra a pesca ilegal.

Com base na experiência e visando corrigir dificuldades do modelo de contratação dos/as AACs, o projeto elaborou e propôs, ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio), uma minuta de Instrução Normativa (IN) para implementação do Programa de Agentes Ambientais Comunitários do Pará. O Ideflor-Bio confirma que a IN está na sua pauta de avaliação para encaminhamento.

Em um segundo bloco temático de resultados, o projeto também avançou em instrumentos de apoio à gestão territorial integrada, como:

- a proposta de reconhecimento do Mosaico de Áreas Protegidas da Calha Norte no Pará, incluindo TIs, UCs federais e UCs estaduais, que foi submetida ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Registra-se que houve conflitos com comunidades indígenas e quilombolas, que apontaram precariedade no processo de consulta. Esse processo não evoluiu, tendo encontrado também baixa receptividade no MMA. Em reuniões recentes dos conselhos das UCs, a proposta foi retomada e há perspectivas de realização do procedimento de consulta as comunidades.

- o planejamento estratégico do Mosaico Calha Norte, com ações integradas entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ideflor-bio foi realizado à época e as entrevistas evidenciaram que persiste a prática de atuação conjunta no patrulhamento das UCs. Uma UC do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) tem papel especial nessa colaboração.

- o plano de monitoramento e fiscalização da Calha Norte, com ações integradas entre os nove municípios que compõem o território, que atuaram em conjunto durante o projeto também foi ativo, mas mudanças no quadro de pessoal das prefeituras descontinuou a colaboração.

4.4. COMPONENTE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Sendo a Componente Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos dedicada a geração de conhecimento, os resultados contratados e entregues, pelo projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia,* são relativos a número de publicações e eventos de divulgação, o que, em ambos os casos, teve metas largamente superadas.

No Quadro Lógico do Fundo Amazônia, o número de pesquisadores envolvidos é uma medida, mas o projeto não adotou esse indicador e esta Avaliação de Efetividade não logrou obter dados exatos sobre os profissionais envolvidos durante as entrevistas.

No mérito das pesquisas, houve importantes revelações, como:

- Os mapas fundiários da Amazônia Legal, com localização e quantificação de: (i) áreas destinadas, (ii) áreas pendentes de regularização (que já possuem demandas por destinação) e (iii) áreas não destinadas por jurisdição.
- Identificação da situação atual (*baseline*) de que 58% da Amazônia Legal possui definição fundiária formal, sendo 43% na forma de áreas protegidas, nas categorias de terras indígenas (TIs) (23%), unidades de conservação (UCs) (20%) e territórios quilombolas (0,2%); 8% de imóveis privados e 8% assentamentos de reforma agrária. Finalmente, florestas públicas destinadas, mas sem especificação sobre a categoria da destinação, ocupam 2% do território.
- Precariedade na transparência nos nove órgãos fundiários da Amazônia analisados, que têm menos de 30% das informações disponibilizadas de forma satisfatória.

O projeto do Imazon também investiu, sem sucesso, na produção de um sistema tecnológico para cadastrar, informar e regularizar as terras do Estado, em parceria com o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA). A parceria ruiu e o sistema desenvolvido não foi utilizado. O Imazon entregou códigos fontes e registra alguns relatos internos de que o exercício de construção do sistema agilizou o processo que o órgão deslanchou internamente para construir seu sistema atualmente em uso, o SICARF. A atividade não era prevista no desenho do projeto e o investimento estimado em R$ 1,5 milhão resultou da negociação com o BNDES para realocar rendimentos e recursos liberados pela entrada de outros financiadores na carteira do Imazon. Bem-sucedido ou não, a flexibilidade inteligente na gestão do orçamento precisa entrar nos painéis de resultados de indicadores.

4.5. RELACIONAMENTO COM INSTITUIÇÕES

O projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* teve êxito nas relações com instituições de todas as esferas administrativas. Com relação aos municípios alvos, foram firmados Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com os governos de 24 municípios, visando a implementação das ações de promoção do fortalecimento da gestão ambiental municipal.

Com relação as instituições estaduais, o projeto firmou um ACT com o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) para a elaboração e implantação do Cadastro Rural Fundiário (CARF). Também foi celebrado um ACT com o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio) para o desenvolvimento dos componentes temáticos relativos à gestão e ao monitoramento de UCs estaduais do Pará, por meio de apoio técnico e científico. E no estado do Amazonas, foi firmado um ACT com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente para implantação do Programa Municípios Sustentáveis – MS Amazonas, por meio de ações conjuntas de capacitação, assessoria técnica, intercâmbio de informações e transferência de tecnologia aplicados à gestão ambiental.

Além desses ACTs foram estabelecidas parcerias informais com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e com as secretarias municipais de Meio Ambiente de Oriximiná, Óbidos e Monte Alegre, bem como com a Secretaria Municipal de Agricultura de Oriximiná, todas no estado do Pará, que apoiaram o processo de formação e de monitoramento das atividades dos agentes ambientais voluntários nesses respectivos municípios.

5. GESTÃO E MONITORIA

O projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* tinha um/a coordenador/a para cada componente e reuniões colegiadas de seguimento, que ocorriam periodicamente. Não havia parceiros relevantes para a gestão macro do projeto. Um/a coordenador/a sistematizava os resultados e relatórios e mantinha a interlocução com o BNDES.

Do ponto de vista do BNDES, a gestão do contrato demanda acompanhamento das entregas. Além dos três tipos de relatório previstos, a prática indica a realização de um relatório de acompanhamento por ano, com um evento de interação. Em casos extremos de riscos de implementação, essa frequência pode se intensificar. Esse não foi o caso dos projetos em curso, que tiveram interação padrão e uma maior intensidade, provocada pelo próprio executor.

Ainda que o Fundo Amazônia esteja aberto a apoiar elementos de fortalecimento institucional, como a atualização de conselhos, auditorias ou outros procedimentos administrativos, esse "pacote" não foi demandado pelos executores dos projetos.

Os/as entrevistados/as-executores/as indicaram que o acompanhamento realizado pelo BNDES foi detalhado, mais focado na escala das atividades do que nos resultados, ou impacto. Essa questão pode ser ilustrada, por exemplo, com a produção de um vídeo educativo. Cumprir o quesito de duração de cinco a sete minutos para confirmar a realização com um "sim ou não" era mais importante que avaliar se o vídeo era de produção doméstica ou se feito em parceria com a Secretaria de Educação Estadual para veiculação pública.

6. CONCLUSÕES

Esta Avaliação de Efetividade indica que o projeto *Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia* atendeu apropriadamente critérios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para avaliação de políticas públicas e foi relevante e coerente com as políticas de combate ao desmatamento da Amazonia. Sobre os indicadores de efetividade do Fundo Amazônia, o projeto abordou questões críticas para a redução do desmatamento e gestão de Unidades de Conservação (UCs) formando capacidades de ação na ponta, seja com prefeituras, gestores de UCs e comunidades.

Sobre as ações realizadas inseridas na Componente Monitoramento e Controle, o projeto do Imazon apresentou resultados importantes. Ao todo 439 servidores/as municipais foram capacitados/as em ferramentas de geotecnologia para aprimoramento da gestão ambiental e controle do desmatamento ou em metodologia de mapeamento participativo para fins de cadastramento ambiental rural.

Também foram disponibilizados dados e informações continuamente para serem aplicados na gestão ambiental dos municípios. A disponibilização de informações ambientais aos/às gestores/as municipais foi um ponto relevante do projeto, uma vez que alguns municípios apresentavam carência de informações e recursos para compreenderem seu próprio território em questões fundiárias e de áreas protegidas.

Por outro lado, o projeto teve dificuldades com relação ao desenvolvimento do sistema para validação do CAR e de gestão ambiental municipal. Plataformas tecnológicas associadas a serviços públicos é um tema desafiador e merece atenção especial do Fundo Amazônia, pois há a necessidade de internalização da ferramenta aos processos da instituição parceira.

No que diz respeito à Componente Ordenamento Territorial, foram formados/as 166 agentes ambientais comunitários/as (AAC). Projetos educacionais e produtivos de base comunitária foram realizados pelos/as AACs, sendo uma forma interessante de escalar a capacitação e impactar diversas comunidades. Estima-se que a população diretamente beneficiada pela atuação dos/as AACs seja de 3.800 pessoas, distribuídas entre 970 famílias.

Já no que tange a Componente Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos, tem-se que o número de publicações resultantes do projeto foram 23, superando em muito a meta de 9 publicações.

De forma geral, a sustentabilidade dos resultados é baixa e os resultados tendem a serem dissipados com o tempo caso não tenha esforços de manutenção. Ações de treinamento e capacitação requerem esforços contínuos para atualização do conhecimento ou mesmo capacitação de novos atores. Os/as profissionais das prefeituras não são servidores/as efetivos/as, portanto, se sujeitam à rotatividade, e as posições de atuação de comunidades, ainda que utilizadas pela máquina pública, carece de avanços na formalização das formas de contratação.

Um dos pontos fortes do projeto foi o estabelecimento de cooperações com instituições governamentais e não-governamentais, que são partes da estrutura de governança dos territórios ou que atuam consistentemente na região. Novas ações de mesma natureza podem se beneficiar dessa estrutura de mecanismos legais já estabelecidos.

7. SALVAGUARDAS DE REDD+ E CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

SALVAGUARDAS DE REDD+

Salvaguarda	Atende	Observação
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.		
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	O projeto teve ações focadas em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento.
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	O projeto atuou para consolidação de UCs, estando alinhado a politica do Sistema Nacional de Unidades de Coservação.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Em parte	As ações não possuiam o objetivo real de redução das emissões. Porém, uma vez que os resultados dos projetos podem colaborar para reduzir o desmatamento, é possível inferir que colaboram indiretamente para a redução das emissões.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional.		

Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	O projeto realizou articuçaões entre esferas municipais, estaduais e federais. Também contou com articulações om entidades da sociedade civil. Em alguns casos, a responsabilidade de ações foram compartilhadas.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	A produção de conteúdo disponibilizado em diversas publicações contribuiu com informações que podem ser aplicadas na gestão territorial. Também houve capacitações especificas sobre o tema.
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.		
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Em parte	O projeto do Imazon teve uma contribuição para o aumento do Cadastro Ambiental Rural – CAR de vários municipios. Embora o CAR não seja um instrumento de posse da terra, ele auxilia no mapeamento do uso e ocupação do terrório por pequenos/as agricultores/as.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Em parte	O projeto teve foco na capacitação e também em ações de uso da informação para gestão do território. O resultado disso é, de forma indireta, uma influência para o uso sustentável dos recursos. Por exemplo, algumas pessoas capacitadas pelos projetos podem atuar em ações de monitoramento da biodiversidade e de recursos naturais.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Em parte	Não foi contemplado, de forma direta, a participação de povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores/as familiares. No entanto, foi detectado a participação de comunitários/as e agricultores/as familiares em capacitações ou mesmo como beneficiários no caso da realização do CAR.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Em parte	Como resultado da multiplicação do conhecimento realizado pelos/as Agentes Ambientais Comunitários/as, estima-se que foram diretamente beneficiada 3.800 pessoas, distribuídas entre 970 famílias.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.		
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/ tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Não	O projeto não teve foco específico em ações que demandavam representantes para ações. As capacitações, de forma geral, eram abertas e sua participação estimulada de forma geral.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Não	Não foi previsto instrumentos participativos para gestão especificamente com povos indígenas e comunidades locais.

Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Não	Não era foco do projeto.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Em parte	As capacitações eram abertas e sua participação estimulada. Porém, não houve uma divulgação de material e informações específicas para comunidades. Houve a produção de muito conteúdo, mas com foco para o público técnico e/ou gestores/as públicos.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Não	O projeto não apresentou mecanismos concretos de monitoramento de resultados.
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A consolidação de áreas protegidas era objeto central dos projetos e seus resultados alcançados através de capacitação profissional, engajamento comunitário e planejamento integrado da atuação governamental.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Não	Não eram previstas atividades de recuperação de áreas degradadas.
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Não	Não eram previstas atividades de restauração e reflorestamento de áreas.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	Não	Não foi previsto uma contribuição para estabelecer modelos de recepuração com ênfase no uso economico. O único resultado indireto foi a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) por pessoas capacitadas
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+.		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	Não	O projeto não reportou em relatórios e entrevistas procedimentos de gestão de riscos, seja de execução, seja de reversão de resultados de emissões.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Não	Não foram detectados padrões possíveis de deslocamento de emissões do projeto para outras áreas.

CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Em parte	O projeto não previu alternativas econômicas para valorizar a floresta em pé e o uso sustentavel dos recursos. Porém, promoveu atividades econômicas geradoras de emprego e renda baseadas na conservação e no uso sustentável da biodiversidade.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Em partes	Não houve objetivos específicos para redução de pobreza, mas as capacitações podem ter contribuído para ampliar chances dos capacita dos no mercado de trabalho.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Não	Não era foco do projeto a atuação em cadeias de valor.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	Os projeto incentivou a participação de mulheres nas capacitações.
	Como os projetos contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	Foi estimulada a participação de mulheres para formação de agentes comunitários/as. Isso foi identificado no levantamento em campo.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Sim	As politicas de consolidação de UCs foram mais evidentes, porém também foi identificada articulação em planos de ação de combate ao desmatamento, CAR, monitoramento da biodiversidade e fiscalização ambiental.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Não	Não era foco do projeto.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Não	Não era foco do projeto.

II — PROJETO CAPACITAR PARA CONSERVAR

FICHA DO PROJETO

Título do projeto:	Capacitar para conservar
Instituição responsável:	Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)
Período do projeto:	2014-2021
Escopo territorial:	Áreas protegidas no estado do Amapá
Beneficiários:	Gestores/as e membros dos conselhos de gestão de Unidades de Conservação da Natureza (UCs) e moradores/as dessas UCs e seus entornos
Objetivo:	Formar agentes ambientais e gestores/as visando o fortalecimento das áreas protegidas no estado do Amapá
Valor total do projeto:	R$ 1.404.360,67
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R$ 1.404.360,67

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES.

1. RESUMO DO PROJETO

As Unidades de Conservação da Natureza (UCs) têm um papel estratégico na redução do desmatamento. Porém, a gestão dessas unidades constitui um grande desafio em toda a Amazônia, dadas as dimensões de seus territórios e a limitação de recursos disponíveis para sua conservação. Essa questão tem particular relevância no estado do Amapá, dada a representatividade das UCs na área total de seu território (62% de todo o estado).

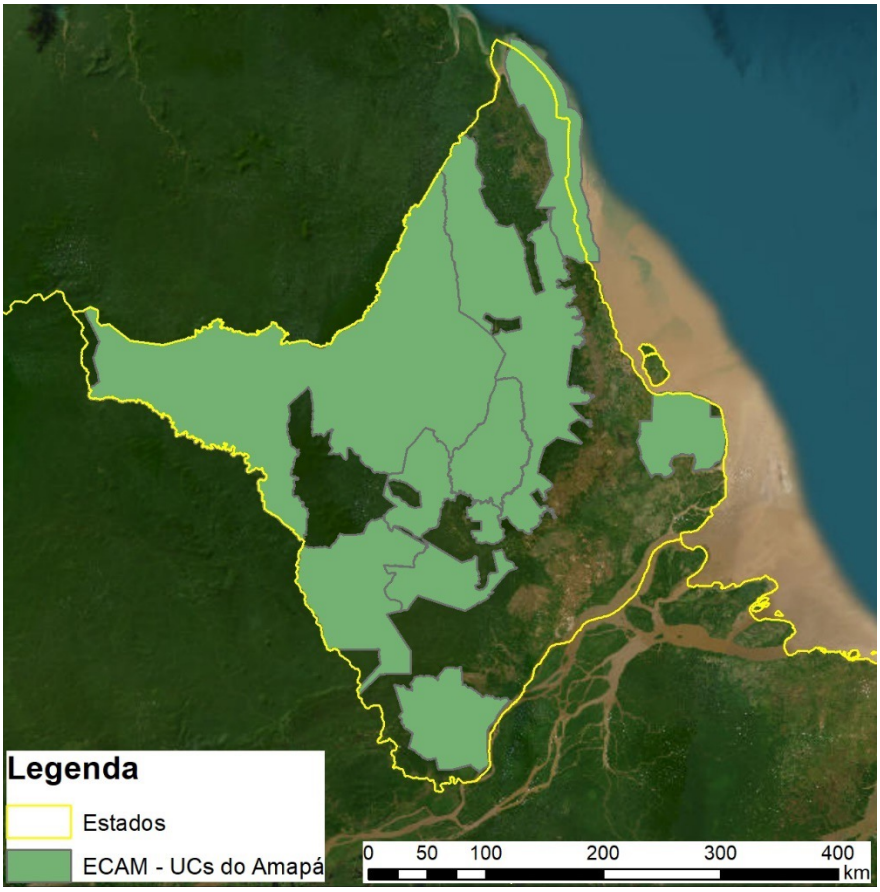
As UCs do estado do Amapá são federais, estaduais e municipais, tanto de proteção integral quanto de uso sustentável. O objetivo básico das UCs de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais. Já o objetivo básico das UCs de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

O projeto *Capacitar para Conservar* teve como objetivo formar agentes ambientais e gestores/as, visando a consolidação da gestão das áreas protegidas no estado do Amapá. Para tanto, foram estruturados cursos de formação e capacitação de agentes ambientais e guarda-parques, voltados a um público amplo, e cursos avançados com foco no aprimoramento da implementação de políticas públicas em UCs, especificamente para gestores/as e membros dos conselhos de gestão das UCs.

A organização responsável pela execução do projeto foi a Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) criada em 2002 e que atua junto a povos indígenas e comunidades tradicionais, visando à conservação do meio ambiente e ao manejo sustentável de seus territórios. A ECAM realiza projetos nos estados do Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Pará.

Para apoiá-la na definição dos temas a serem ministrados, na divulgação junto ao público interessado e na realização dos cursos, a ECAM contou com a parceria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá (Sema-AP) e do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF).

Figura I: Localização da área de atuação do projeto *Capacitar para Conservar* da ECAM



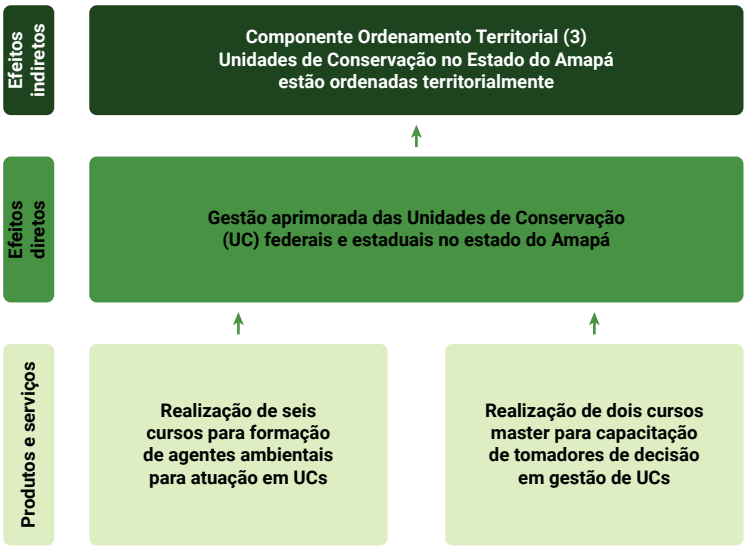
Fonte: Elaboração própria dos autores

2. LÓGICA DE INTERVENÇÃO

O projeto *Capacitar para Conservar* insere-se na Componente Ordenamento Territorial (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seu efeito direto foi assim definido: "Gestão aprimorada das Unidades de Conservação (UC) federais e estaduais no estado do Amapá".

A capacitação de agentes ambientais e gestores/as na proteção de UCs envolve o treinamento de pessoas que ali atuam. Isso contribui para a redução da perda de cobertura vegetal nessas áreas protegidas e, portanto, para o objetivo geral do Fundo Amazônia de "redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia".

Figura II: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto Capacitar para Conservar.



Fonte: Fundo Amazônia/BNDES.

3. METODOLOGIA

Os critérios e as metodologias utilizadas nesta avaliação de efetividade do projeto *Capacitar para Conservar* seguiram os procedimentos apresentados no Relatório de Desenho da Avaliação da Efetividade.

A coleta de informações para esta avaliação foi realizada entre dezembro de 2022 e março de 2023, de cinco formas principais:

a. **Análise documental:** do pacote de documentos das avaliações de efetividade chamado de *memorandum*, que contêm os termos de referência do trabalho e os relatórios produzidos ao longo do tempo de vida dos projetos, a saber:
   - Descrição do projeto disponíveis no site do Fundo Amazônia
   - Relatórios de Desempenho (RED): relatórios periódicos preenchidos pelo beneficiário
   - Relatório de Avaliação de Resultados (RAR): preenchido pelo beneficiário e encaminhado ao BNDES junto com o último relatório de desempenho;
   - Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE): elaborado pelo beneficiário, depois da conclusão do projeto
   - Materiais produzidos pelos projetos, disponíveis no site do Fundo Amazônia.

b. **Pesquisa de dados secundários:** dados de desmatamento;

c. **Entrevistas remotas**: entre dezembro de 2022 e fevereiro 2023, a equipe de avaliadores/as, com suporte da GIZ e dos beneficiários, procedeu com entrevistas iniciais com os/as responsáveis/as pelos projetos, com atores externos indicados por eles/as, com uma seleção própria de especialistas e com outros atores envolvidos.

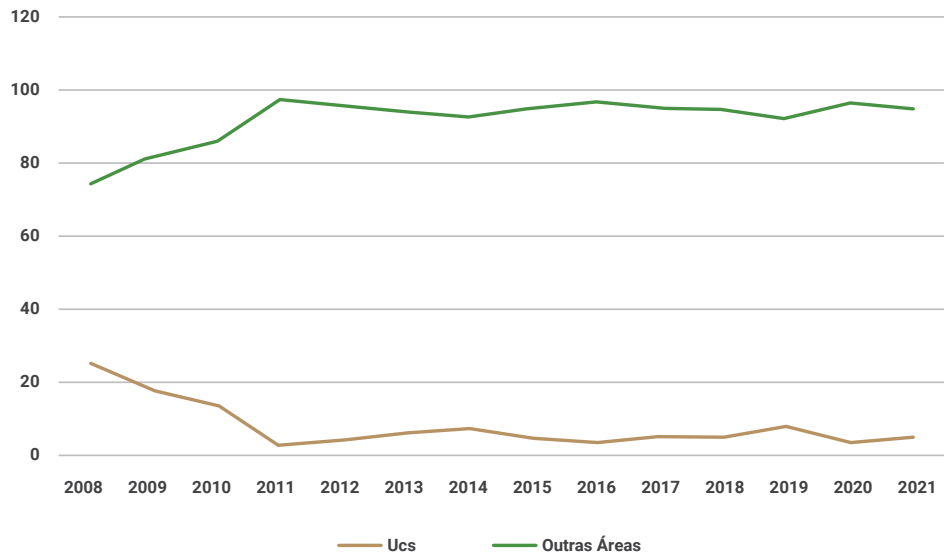
d. **Missão de campo:** os/as avaliadores/as e representantes da GIZ realizaram uma missão de campo extensiva a Macapá (AP), com visitas a sede do ECAM e a parceiros.

4. RESULTADOS

4.1. OBJETIVO GERAL DO FUNDO

O objetivo geral do Fundo Amazônia e, em consequência, dos projetos que apoia, é reduzir desmatamento na Amazônia, com desenvolvimento sustentável. No caso do projeto *Capacitar para Conservar*, quando se compara o desmatamento ocorrido nas UCs do Amapá em relação ao resto da área do estado também não se observa uma mudança de tendencia devido as ações do projeto (Figura III). Apesar das áreas desmatadas em UCs serem bem menores, a reta se mantém estável ao longo dos anos de execução do projeto.

Figura III: Evolução do desmatamento em Unidades de Conservação do Amapá



Fonte: Elaboração própria dos autores

Para correta interpretação do gráfico apresentado, é importante ressaltar que o combate direto ao desmatamento não foi o foco e tampouco o resultado principal a ser conquistado no projeto *Capacitar para Conservar*. Por outro lado, considerando a natureza das ações realizadas, como treinamentos e capacitações, pode-se inferir que, a longo prazo, o projeto pode colaborar sim para uma redução do desmatamento ilegal. É um efeito indireto importante, mas impossível de se notar resultados imediatos em campo.

4.2. COMPONENTE DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

O projeto *Capacitar para Conservar* logrou concluir a formação de 123 guarda-parques/agentes ambientais, em seis edições do curso, além de realizar mais duas edições do "Curso Master", avançado em conteúdo de gestão, atendendo 38 pessoas[16]. O projeto alcançou todo o estado do Amapá a

16. Como relatado no item sobre efeitos indiretos, a experiencia da ECAM e parceiros na formação de guarda-parques foi publicada no livro *Olhares e diálogos para a gestão territorial: Formação de Guarda-parques comunitários para a conservação em áreas protegidas*, descrevendo o processo de formação de guarda-parques desde a origem, já tendo formado 450 indivíduos.

partir de um de amplo leque de colaboração entre a ECAM, ICMBio, Sema-AP, secretarias municipais, UNIFAP, Instituto de Pesquisas Científicas e Ecológicas do Amapá (Iepa), Associação de Guarda-Parques do Amapá (AGPA), Associação Brasileira de Guarda-parques (ABG), Federação Internacional de Guarda-parques (FIG), World Wildlife Fund (WWF) e o Núcleo de Educação Científica do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (NecBio/IB/UnB).

O projeto reporta, ainda, que 16 UCs no estado do Amapá foram beneficiadas com a atuação de guarda-parques formados/as pelo projeto, mas a avaliação de efetividade não obteve evidências disso.

A confirmação da aplicação dos conhecimentos e da atuação dos/as profissionais treinados também não foi feita de forma sistemática. Os registros dos relatórios, assim como os achados da missão de campo e das entrevistas, evidenciaram vários casos isolados que ilustram a aplicação dos treinamentos. Seis guarda-parques formados/as pelo projeto atuam no BioParque da Prefeitura de Macapá, selecionados/as por concurso (outros/as seis, também contratados/as, formaram-se em edições anteriores dos treinamentos). Relatos também dão conta de que as Unidades da Reserva Extrativista (Resex) do Cajari, a Estação Ecológica de Maracá e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha, têm guarda-parques com ligação ao projeto avaliado. As atribuições dos/as guarda-parques são várias, com destaque para o monitoramento da biodiversidade em unidade federal e manutenção e apoio em empreendimentos de turismo de base comunitária.

O fortalecimento da Associação de Guarda-Parques do Amapá (AGPA) foi reportado no projeto, mas não evidenciado durante a avaliação de efetividade, exceto pela presença do seu presidente em reuniões. Não há uma sede física ou website da AGPA, que também não dispõe de uma contabilidade dos seus associados, governança ou projetos.

O amplo conteúdo programático dos cursos favoreceu a articulação de parcerias e representou uma oportunidade de construção de redes de contato e conhecimento para os/as participantes. Também merecem destaque os investimentos do projeto *Capacitar para Conservar* nos itens associados à comunicação, permitindo à ECAM realizar os módulos à distância previstos nos cursos master para gestores.

4.3. RELACIONAMENTO COM INSTITUIÇÕES

Ao longo da execução do projeto *Capacitar para Conservar*, a ECAM conseguiu atrair e mobilizar diversos parceiros além dos já anteriormente mencionados, com destaque para a Federação Internacional de Guarda-parques (FIG), a Associação Brasileira de Guarda-parque (ABG), o Instituto de Pesquisas Científicas e Ecológicas do Amapá (Iepa), o World Wildlife Fund (WWF) e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que emitiu certificados para os alunos que concluíram os cursos ministrados pelo projeto.

5. GESTÃO E MONITORIA

O projeto *Capacitar para Conservar* possuía uma participação ativa de instituições que, além de proporem ementas, colaboravam na avaliação da performance do ciclo e dos/as alunos/as. Esse acompanhamento próximo da implementação era viabilizado pelo fato que os/as representantes das organizações parceiras eram os/as instrutores/as dos cursos. A administração financeira e logística era da ECAM.

6. CONCLUSÕES

Esta Avaliação de Efetividade indica que o projeto *Capacitar para Conservar* atendeu apropriadamente os critérios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para avaliação de políticas públicas e foi relevante e coerente com as políticas de combate ao desmatamento da Amazonia. Sobre os indicadores de efetividade do Fundo Amazônia, o projeto abordou questões críticas para a redução do desmatamento e gestão de Unidades de Conservação (UCs), focando as ações na formação de guarda-parques.

Foram capacitadas 322 pessoas em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas. Em relação à abrangência territorial das UCs às quais os/as alunos/as selecionados/as para as ações de capacitação deveriam estar vinculados, a meta ficou abaixo do esperado. Isso se explica pelas exigências da seleção pública, na qual não foi possível garantir que todas as UCs do estado tivessem representantes.

O projeto foi implementado em fases, o que permitiu à ECAM realizar ajustes para potencializar os resultados esperados. Na formação das primeiras turmas, por exemplo, identificou-se que a participação das mulheres em resposta aos editais estava baixa. Esse fato acabou sendo objeto de um módulo específico de debate na terceira turma, à qual foi solicitada a tarefa de divulgação do edital para o público feminino de suas localidades após o retorno às comunidades. Essa ação resultou no aumento significativo da participação de mulheres nas turmas subsequentes.

De forma geral, a sustentabilidade dos resultados é baixa e os resultados tendem a serem dissipados com o tempo caso não haja esforços de manutenção. Ações de treinamento e capacitação requerem esforços contínuos para atualização do conhecimento ou mesmo capacitação de novos atores. Profissionais formados/as em comunidades, ainda que utilizados/as pela máquina pública, precisam de avanços na regulamentação para possibilitar a contratação desses/as profissionais.

Um resultado extremamente importante obtido pelo projeto foi a incorporação de seus conteúdos em iniciativas de política pública regional, tais como: i) a adoção do currículo desenvolvido pelo projeto como um dos critérios de contratação pelo ICMBio para novos/as brigadistas de UCs; ii) a utilização dos conhecimentos adquiridos em ações para geração de renda aliadas à conscientização sobre a conservação da biodiversidade; e iii) o fortalecimento institucional da Associação de Guarda-parques do Amapá (AGPA).

7. SALVAGUARDAS DE REDD+ E CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

SALVAGUARDAS DE REDD+

Salvaguarda	Atende	Observação
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.		
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	O projeto realizou diversas capacitações que podem colaborar, mesmo que de forma indireta, para redução de desmatamento.
A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	O projeto atuou para consolidação de UCs, estando alinhado à politica do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Em parte	As ações não possuiam o objetivo real de redução das emissões. Porém, uma vez que os resultados podem colaborar para reduzir o desmatamento, é possível inferir que colaboram indiretamente para a redução das emissões.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional.		
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	O projeto realizou articulações entre esferas municipais, estaduais e federais. Também contou com articulações com entidades da sociedade civil. Em alguns casos, a responsabilidade de ações foram compartilhadas.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	O projeto atuou diretamente na articulação entre o ICMBio, órgão federal, e os órgãos estaduais de gestão das UCs (Instituto Florestal do Amapá, à época) e IdeflorBio, no Pará, com planos e ações de campo conjuntos.
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.		
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Não	O projeto não teve foco em questões fundiárias.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Em parte	As capacitações realizadas na formação de guarda-parques colaborou para o uso sustentável de recursos naturais. Por exemplo, pessoas capacitadas pelo projeto podem atuar em ações de monitoramento da biodiversidade e de recursos naturais.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Em parte	Não foi contemplado de forma direta a participação de povos indígenas, comunicadas tradicionais ou agricultores familiares. Embora pessoas de comunidades tenham participado das capacitações realizadas pela Ecam.

Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Em parte	A formação de guarda-parques que são moradores/as da região colabora para o efeito multiplicador, com a conscientização da comunidade sobre a conservação dos recursos presentes no território.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.		
De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/ tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Não	O projeto não teve foco específico em ações que demandavam representantes para ações. As capacitações, eram abertas e sua participação estimulada de forma geral.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Não	Não foi previsto instrumentos participativos para gestão especificamente com povos indígenas e comunidades locais.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Não	Não era foco do projeto.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Em parte	As capacitações eram abertas e sua participação estimulada. Porém não houve uma divulgação de material e informações específicas para comunidades.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Não	O projeto não apresentou mecanismos concretos de monitoramento de resultados.
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A consolidação de áreas protegidas era objeto central do projeto e seus resultados foram alcançados por meio de capacitação profissional, engajamento comunitário e planejamento integrado da atuação governamental.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Não	Não eram previstas atividades de recuperação de áreas degradas.
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Não	Não eram previstas atividades de restauração e reflorestamento de áreas.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	Não	Não foi previsto uma contribuição para estabelecer modelos de recepuração com ênfase no uso economico.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	Não	O projeto não reportou nos relatórios e entrevistas procedimentos de gestão de riscos, seja de execução, seja de reversão de resultados de emissões.

7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Não	Não foram detectados padrões possíveis de deslocamento de emissões do projeto para outras áreas.

CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Em parte	O projeto não previu alternativas economicas para valorizar a floresta em pé e o uso sustentavel dos recursos. Porém, promoveu atividades econômicas geradoras de emprego e renda baseadas na conservação e no uso sustentável da biodiversidade.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Em partes	O projeto não tinha objetivos específicos de redução de pobreza, mas contribuiu para a ocupação formal da população associada às UCso, como guarda-parques.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Não	Não era foco do projeto a atuação em cadeias de valor.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	O projeto trabalhou questões de gênero, incluído tratamento específico a esses públicos e relatando discussões em grupo sobre essa temática, incluindo questões de assédio, durante a realização dos treinamentos.
	Como os projetos contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	Foi estimulada a participação de mulheres para formação de agentes comunitários/as. Isso foi identificado no levantamento em campo.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Sim	O projeto teve articulação com várias politicas municipais, estaduais e federais. As politicas de consolidação de UCs foram mais evidentes, porém também foi identificado monitoramento da biodiversidade e fiscalização ambiental.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Não	Não era foco do projeto.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Não	Não era foco do projeto.

ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA (TDR)

Projeto:	Cooperação com o Fundo Amazônia/ BNDES
PN:	15.2132.7-001.00
***Output* + atividade:**	3 + 3.5
Objetivo:	Avaliar a efetividade de dois projetos dedicados a gestão territorial no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE PROJETOS DE GESTÃO TERRITORIAL NO ÂMBITO DO FUNDO AMAZÔNIA/BNDES

1. INTRODUÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

No âmbito do projeto de cooperação entre a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)/Fundo Amazônia, umas das ações apoiadas pela GIZ é a avaliação de efetividade *ex-post* dos projetos, com o objetivo de dar visibilidade aos resultados e lições aprendidas desses projetos, além de promover a aprendizagem institucional do próprio Fundo Amazônia (FA).

A Avaliação de projetos encerrados também é uma demanda por parte dos doadores e atores da cooperação internacional para ações de monitoramento e avaliação, por meio de uma avaliação externa e independente.

Até o momento, já foram realizadas avaliações de 28 projetos concluídos cujos resultados estão disponíveis ao público no *website* do Fundo Amazônia[17]. Além disso, em 2019, foi realizada a avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia[18], compreendendo o período de 2008 a 2018. A avaliação foi realizada por uma equipe de consultores independentes, com a coordenação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU). Concomitante à avaliação, foram elaborados dois estudos temáticos complementares, que serviram de subsídios para a avaliação, sendo um estudo dedicado à distribuição de benefícios do Fundo Amazônia e outro, dedicado aos projetos de Cadastro Ambiental Rural (CAR) apoiados pelo Fundo Amazônia.

Nesse contexto, o presente TdR tem por finalidade a avaliação temática de dois projetos encerrados na componente (3) Ordenamento Territorial do Quadro Lógico do Fundo Amazônia[19], com o seguinte efeito indireto: "Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente". Um dos projetos também apoiou ações nos eixos de (2) Monitoramento e Controle e (ii) (4) Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos. Os projetos e respectivos executores são: "Capacitar para Conservar" da Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) e "Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia" do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

17. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/
18. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/
19. http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/0.home/FA-Arvore_de_objetivos_2018.pdf

Os projetos serão avaliados em conjunto, e se espera que ao final, possam ser compreendidos os resultados e impactos alcançados por eles, a fim de identificar possíveis caminhos para maior eficiência, eficácia e sustentabilidade de projetos nas componentes supracitadas. Busca-se assim compreender os impactos agregados dos projetos, de modo a identificar desafios e gerar recomendações aos atores envolvidos.

1.1. CONTEXTO DOS PROJETOS

Nas últimas duas décadas, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) orientou atividades voltadas para a redução do desmatamento na Amazônia em órgãos públicos, além de contar com o apoio de organizações da sociedade civil na implementação de ações voltadas para essa finalidade.

Além dessas ações, outras foram dedicadas a criação e fortalecimento da gestão em áreas protegidas[20] e fortalecimento de órgãos públicos para a gestão ambiental e territorial, onde as regularizações fundiária e ambiental, e a destinação de terras para conservação e preservação, tornaram-se relevantes para o ordenamento territorial, visando o uso de normas e instrumentos como zoneamentos ou planos frente ao avanço da ocupação desordenada e grilagem de terras.

Nesse contexto, o projeto Capacitar para Conservar da Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) tinha por objetivo formar agentes ambientais e gestores visando o fortalecimento da gestão em áreas protegidas municipais, estaduais e federais no estado do Amapá, com a redução da carência de recursos humanos capacitados. Destaca-se que o Amapá possui cerca de 70% do seu território coberto por 19 unidades de conservação, sendo 12 federais, 5 estaduais e 2 municipais, que totalizam 8.847.135.56 hectares[21]. As UCs estão espacialmente distribuídas em 15 dos 16 municípios amapaenses. O projeto ocorreu de dezembro de 2014 a dezembro de 2021 e contou com o apoio de R$1.404.306,67 milhões.

Para o alcance de seu objetivo, o projeto promoveu capacitações para gestão de UCs. Elas foram divididas em duas categorias e realizadas por meio de seleção pública. Uma foi voltada para formação de agentes ambientais e guarda-parques, tendo como público-alvo pessoas que atuam com proteção e moradores das UCs. Foram realizados seis cursos que envolveram discussões sobre cartografia básica, noções de GPS, resgate aquático, legislação ambiental, mudanças climáticas, prática de vigilância e prevenção e combate a incêndios. Nessa ocasião, foram formadas 123 pessoas para a gestão de florestas públicas.

A outra capacitação foi voltada para cursos avançados – denominados cursos *master* – visando alcançar tomadores de decisão, gestores e conselheiros de UCs e agentes ambientais com alto desempenho na capacitação anteriormente citada. Nesse caso, foram realizados dois cursos denominados "Guarda-parque: Intercâmbios de Experiências para a Gestão Territorial", que envolveram guarda-parques e gestores com atividades presenciais e de ensino a distância (EaD), visando a elaboração de plano estratégico de conservação para a região dos/as participantes[22]. O total de

20. Áreas protegidas são espaços que garantem a integridade ecossistêmica, a biodiversidade e recursos naturais. Nesse contexto, as unidades de conservação (UCs), tem por finalidade limitar quaisquer atividades que venham causar impactos ao seu ambiente. Elas podem ser identificadas como UCs de proteção integral, que garantem a preservação da paisagem ou UCs de uso sustentável, que são aquelas que asseguram o direito de permanência e uso para populações tradicionais e povos indígenas.

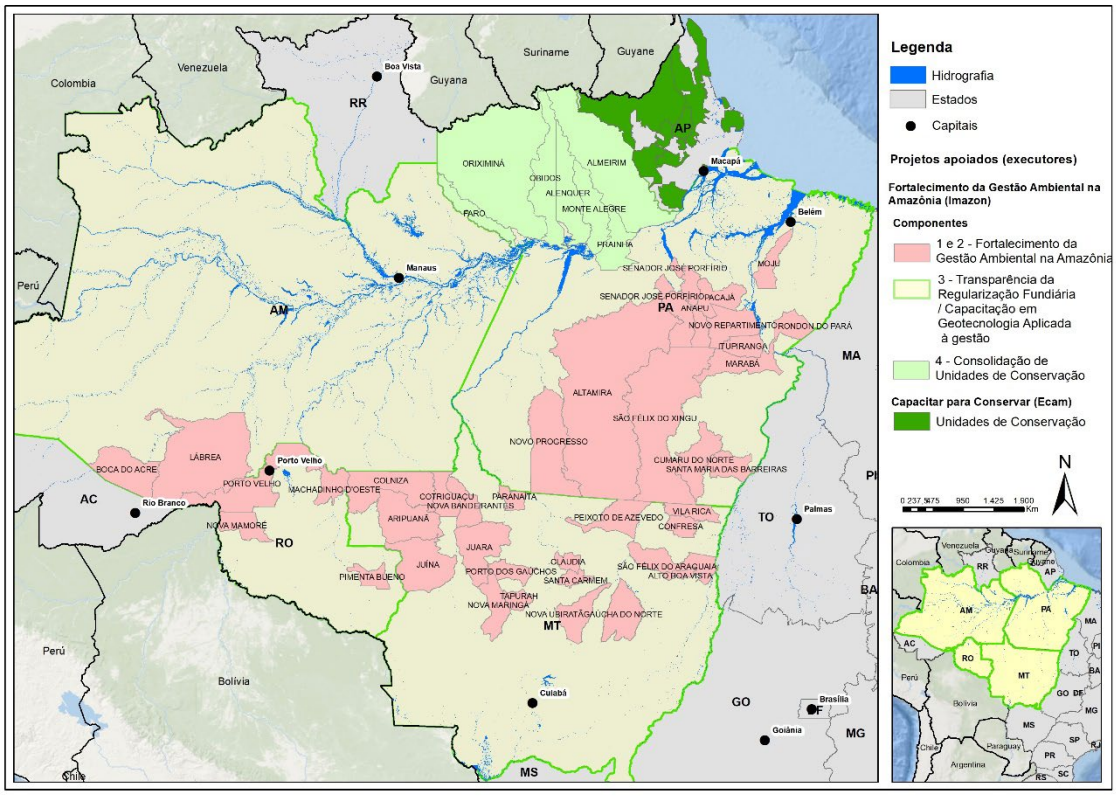
21. Disponível em: https://sigdoc.ap.gov.br/public/arquivo/396a7af6-a604-48a6-be77-0b65ee0088d3/download

22. Essa capacitação deu origem a publicação "Olhares e diálogos para a gestão territorial: formação de guarda parques comunitários para a conservação em áreas protegidas", disponível em: http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2018/12/novo-Livro_ECAM_Guardaparques_web.pdf. Mais informações em: http://ecam.org.br/projetos-sociais/

capacitados foi de 38 pessoas. Os territórios selecionados para o curso foram: Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha, Araguari, Cunani, Florestas do Amapá, Mapinguari, Parna do Tumucumaque, Rebio do Lago Piratuba e Rebio Parazinho. Destaca-se ainda, que o projeto impactou cerca de 8,9 milhões de hectares de UCs com sua atuação.

Para execução do projeto, a Ecam contou com a parceria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Secretaria estadual de meio ambiente (SEMA-AP) e Instituto Estadual de Florestas (IEF), Federação Internacional de Guarda-parques (FIG), a Associação Brasileira de Guarda-parque (ABG), Associação de Guarda-parques do Amapá (AGPA) o Instituto de Pesquisas Científicas e Ecológicas do Amapá (Iepa) e o *World Wildlife Fund* (WWF).

Figura 1. Localização dos projetos apoiados. Elaboração própria. Fonte: CNUC/MMA; IBGE; Imazon; Fundo Amazônia.



Já o projeto Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia[23], implementado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), teve por objetivo: i. fortalecer a gestão ambiental em municípios prioritários para a prevenção e controle do desmatamento; ii. realizar estudos para fomentar diagnósticos fundiários do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, destacando-se o fortalecimento atividades de regularização fundiária no Pará; e iii. aprimorar a gestão das UCs na Calha Norte do Pará. Assim, o projeto ocorreu nos estados citados, contado com o apoio de R$12.104.865,00 milhões. Ele ocorreu entre dezembro de 2015 e março de 2022[24].

23. Mais informações em: https://gestaoambiental.org.br

24. Destaca-se que entre 2011 e 2014, o Imazon teve um projeto apoiado pelo Fundo, voltado para mobilização de onze municípios paraenses, além do governo do estado, com a finalidade de fortalecer a adesão ao Cadastro Ambiental Rural e fomentar ações de monitoramento por meio de dados geográficos para Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Para alcançar seus objetivos, o projeto capacitou 263 funcionários públicos municipais para realização de ações de controle do desmatamento e gestão ambiental com uso de geotecnologias. Um total de 176 pessoas foram capacitadas em metodologia de mapeamento participativo visando a realização de Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que facilitou a inscrição de 121.708 imóveis.

Além disso, foram realizados diagnósticos sobre transparência, leis e práticas de regularização fundiária nos quatro estados, com a finalidade proporcionar insumos para a formulação de políticas públicas, tendo como foco a regularização fundiária. Além disso, apoiou na formação de 166 agentes ambientais para atividades de monitoramento nas Florestas Estaduais do Faro, Trombetas e Paru na Calha Norte do Pará, que totalizam cerca de 22 milhões de hectares.

O projeto teve como parceiros 24 munícipios por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT), além do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). Além de um ACT para gestão das UCs com o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), que também tinha como partes a Conservação Internacional do Brasil (CI Brasil); Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam); Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé); Instituto Floresta Tropical (IFT); e Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora).

Em suma, os projetos acima, tiveram por finalidade fortalecer a atuação pública e da sociedade civil na gestão de território, visando o uso sustentável desses, associado a redução do desmatamento.

2. PROPÓSITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

O objetivo principal dessa avaliação de efetividade temática é medir os resultados e impactos alcançados pelos projetos e seus efeitos, levando em conta a relevância, eficiência, eficácia e a sustentabilidade das mudanças geradas pelos dois projetos de gestão territorial no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

Todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia seguem um quadro lógico individualizado no qual são definidos resultados (produtos e serviços a serem entregues ou outputs), efeitos diretos da intervenção (objetivos específicos ou *outcomes*) e efeitos indiretos (objetivos gerais ou *impacts*) a serem alcançados. Trata-se da lógica de intervenção do projeto, também chamada de teoria de mudança, por representar um modelo de pensamento que explica como se espera que o projeto ocasione uma mudança desejada. Os quadros lógicos dos projetos podem ser visualizados no tópico 3.2 ou no website do Fundo Amazônia[25].

Os objetivos específicos dessa avaliação são:

- Auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas aos seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus efeitos;
- Possibilitar a aprendizagem institucional do próprio Fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- Verificar a observância pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das salvaguardas de Cancun acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de REDD+;

25. Fonte: http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/

- Verificar o alinhamento dos projetos com o PPCDAm[26] e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento;
- Analisar as fortalezas e fragilidades da intervenção do projeto;
- Identificar desafios e lições aprendidas; e
- Constatar em que medida o projeto é relevante, eficiente, eficaz, sustentável e gera impactos.

2.1. DESCRIÇÃO DA TAREFA: OBJETO E FOCO DA AVALIAÇÃO

Para alcançar os objetivos identificados no tópico anterior, serão observados os projetos alvo dessa avaliação, implementados entre 2014 e 2022. Dessa forma, o foco da avaliação são as áreas de intervenção dos projetos e a observação de seus efeitos diretos e indiretos explicitados nas árvores de objetivos apresentadas no tópico seguinte (3.2). Assim, deverão ser observados os seguintes resultados trabalhados:

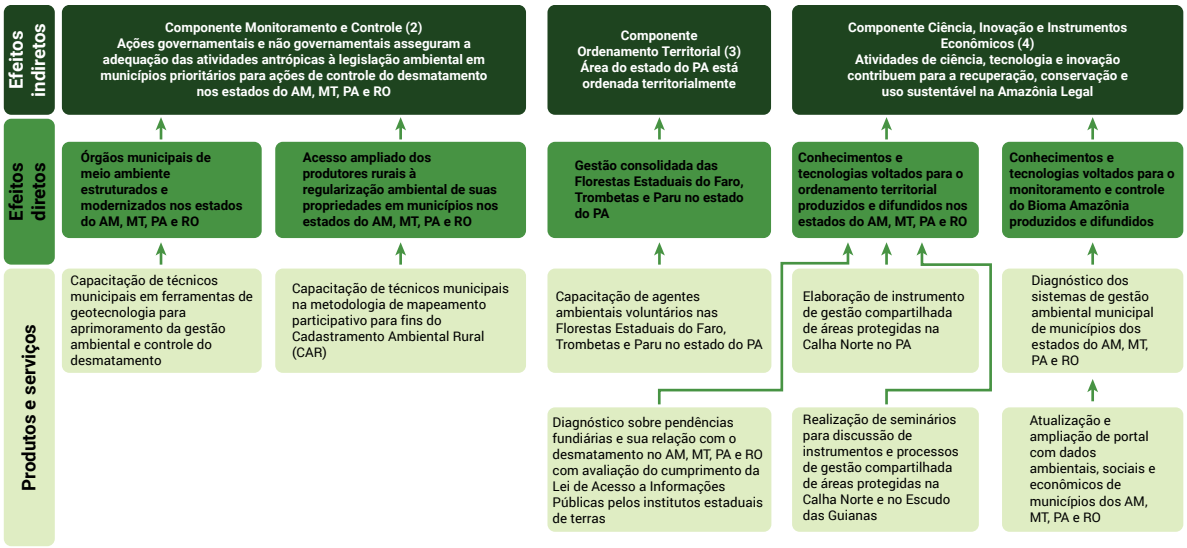
a. Apoiar a atuação de órgãos públicos municipais e estaduais com insumos voltados para governança, monitoramento e controle na gestão ambiental e fundiária, visando o uso sustentável de recursos e redução do desmatamento;
b. Fortalecer a implementação de instrumentos de gestão fundiária e ambiental nos estados alvo dos projetos;
c. Fortalecer a cooperação entre instituições governamentais e não governamentais voltada para governança de áreas protegidas e territórios prioritários para prevenção do desmatamento;
d. Fortalecer a capacidade de gestão de unidades de conservação no estado do Amapá e Calha Norte no Pará;
e. Capacitar recursos humanos em cursos de gestão ambiental.

2.2. A LÓGICA DE INTERVENÇÃO

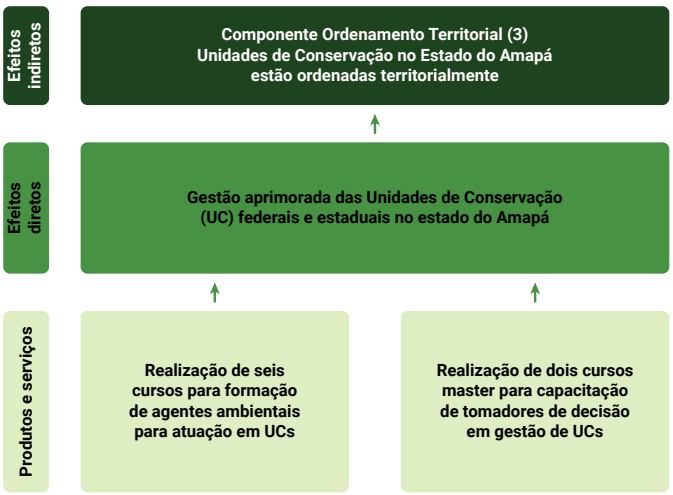
Os quadros lógicos dos projetos abordados no início dessa seção, dão origem a árvore de objetivos do projeto, que apresenta os efeitos indiretos, diretos e produtos e serviços de cada um, facilitando assim a visualização para seu acompanhamento e avaliação. Seguem abaixo as árvores de objetivos dos projetos a serem avaliados.

Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto **Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia**

26. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm.



Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto **Capacitar para conservar:**



2.3. PERGUNTAS-CHAVE E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação de efetividade temática dos dois projetos de gestão territorial obedecerá às orientações e os critérios especificados no documento Avaliação de Efetividade dos projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual e seu respectivo adendo.

A avaliação de efetividade também abrangerá as ações dos eixos de monitoramento e controle (2) e de ciência e inovação (4) implementadas no âmbito do projeto "Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia".

Esses critérios estão baseados na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e nas salvaguardas de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que foram definidas pela Convenção-Quadro (no Anexo I da Decisão 1/CP 1641 e as orientações da Decisão 12/CP 17), e nos critérios transversais selecionados. Cada critério adota um roteiro básico de perguntas orientadoras a serem aplicadas e respondidas na avaliação dos projetos e que

deverão ser complementadas no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade (1º Produto a ser apresentado pela equipe de avaliadores), conforme a equipe de avaliação julgar necessário. Como nessa avaliação serão avaliados dois projetos diferentes, serão selecionadas as perguntas orientadoras que fazem sentido de acordo com os objetivos de cada projeto, e essas podem ser complementadas por perguntas específicas por projeto, se julgado necessário.

Abaixo, segue a tabela resumo de critérios e respectivas perguntas orientadoras:

2.3.1. CRITÉRIOS DA OCDE, TEMAS TRANSVERSAIS E QUESTÕES AVALIATIVAS

Critérios	Perguntas orientadoras
Relevância	• Em que medida os objetivos do projeto ainda são válidos no momento da sua finalização? • As atividades e os resultados imediatos do projeto são coerentes com o alcance dos objetivos definidos para o projeto? • As atividades e os resultados imediatos do projeto são coerentes com os efeitos e os impactos esperados?
Eficácia	• Os objetivos diretos (específicos) do projeto foram ou serão cumpridos? • Quais são os principais fatores que influenciam o cumprimento ou não dos objetivos diretos (específicos)?
Eficiência	• Qual é a relação custo-benefício das atividades realizadas? • Os meios aplicados se encontram em uma relação razoável com os resultados obtidos? • Os objetivos foram alcançados dentro do prazo? • Existem formas alternativas de obter os mesmos resultados com menos custos/meios?
Impacto	• Quais foram as principais mudanças geradas como resultado do projeto? • Quais principais efeitos alcançados que contribuíram no alcance do objetivo? • Que ações ou eventos externos ao projeto contribuíram para o alcance das mudanças observadas? • O projeto fez alguma diferença para os(as) beneficiários(as)? • O projeto tem escala na região ou influencia outras iniciativas?
Sustentabilidade	• Em que medida os benefícios do projeto perduram após o término do financiamento do Fundo Amazônia? • Quais foram os principais fatores que influenciaram o alcance ou não da sustentabilidade do projeto? • Quais os riscos que devem ser monitorados para garantir a sustentabilidade alcançada?
Critérios transversais	
Redução da pobreza	• Em que medida o projeto influenciou positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos(as) beneficiários(as) que vivem na sua área de atuação?
Equidade de gênero	• O projeto conseguiu integrar questões de gênero nas suas estratégias e intervenções ou tratou do assunto de forma isolada? Como? • Havia separação por gênero na coleta de dados para o planejamento e o monitoramento do projeto? • Como o projeto contribuiu para a equidade de gênero?

2.3.2. SALVAGUARDAS DE REDD+ E QUESTÕES AVALIATIVAS

Critérios	Perguntas orientadoras
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes	• O projeto mostrou estar alinhado com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento? • A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais o projeto demonstrou alinhamento? Em quais aspectos? • O projeto contribuiu ou poderá vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional.	• Em que medida o projeto promoveu a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais? • Em que medida o projeto contribuiu para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.	• Em que medida o projeto influenciou os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação? • Em que medida o projeto influenciou o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação? • Se o projeto teve como beneficiários(as) diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo do projeto? • Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16	• De que forma o projeto garantiu o consentimento prévio, livre e informado, e a forma local ou tradicional de escolha dos(as) representantes dos(as) seus(suas) beneficiários(as) (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)? • Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão o projeto aplicou durante a tomada de decisão? • Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos do projeto foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos(as) beneficiários(as), evitando uma concentração de recursos? • Em que medida o projeto proporcionou ao público em geral e aos(às) seus(suas) beneficiários(as) o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações do projeto? • O projeto conseguiu montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? O projeto monitorou e divulgou de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?

5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16[27] não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais	• Como o projeto contribuiu para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas? • Como contribuiu para a conservação de florestas naturais e biodiversidade? • Os investimentos em projetos de geração de renda foram proporcionais ao aumento de áreas sob regime de manejo e, efetivamente, contribuíram para evitar desmatamentos? • O projeto contribuiu para a recuperação de áreas desmatadas e/ou degradadas? • Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas? • Em que medida o projeto contribuiu para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+	• Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como o projeto os abordou? Existe uma estratégia de monitoria contínua desses resultados?
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas	• Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações do projeto para outras áreas?

3. METODOLOGIA

A metodologia a ser aplicada na avaliação deve ser baseada nos critérios e objetivos contidos no documento "Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia - Marco Conceitual" e seu respectivo Adendo.

Espera-se que sejam gerados os seguintes produtos: *o Relatório de Desenho da Avaliação* e o *Relatório de Avaliação de Efetividade dos projetos* "Capacitar para Conservar" da Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) e "Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia" do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). E ainda, em uma etapa intermediária, um *Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade*, produto a ser utilizado na Rodada de Consulta.

Abaixo, segue a metodologia proposta para cada fase e suas respectivas etapas:

3.1. FASE DE PREPARAÇÃO

Nessa fase, deve-se definir os objetivos e realizar o planejamento da avaliação dos projetos. Após a elaboração do TdR e a contratação da equipe de avaliadores, deverão ser organizados os documentos-chave. Para tanto, deverão ser identificados, junto ao BNDES e a organização responsável pela execução do projeto, os documentos, dados e relatórios que serão utilizados para a realização da avaliação. A equipe de avaliação realizará, de forma sistemática, uma coleta de dados de fontes secundárias, que tem como objetivo compor um "memorandum" que servirá de fonte de referência, nivelamento e ajuda-memória de todas as informações relativas aos projetos a serem avaliados.

Em sequência, deverá ser aprofundada uma proposta metodológica para a avaliação conjunta dos dois projetos, pois trata-se da primeira avaliação no âmbito da componente 3 do Fundo Amazônia (Ordenamento Fundiário e Territorial). A metodologia deve estar baseada no documento "Avaliação

27. Decisão 1/CP 16: Redução de emissões do desmatamento; redução de emissões da degradação florestal; conservação de estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono.

de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual", incluindo métodos de levantamento que contribuam ao entendimento da efetividade dos projetos conforme realidade de cada um deles; indicações para opções dos melhores locais para missões de campo (considerando os locais com mais alta e mais baixa efetividade); análise prévia do diálogo e riscos entre indicadores de efetividade dos projetos e os da componente 3 do Fundo e lista de atores a serem entrevistados, todos esses elementos metodológicos deverão estar detalhados no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade, detalhado no próximo tópico (3.2).

3.2. FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

Desenho da avaliação e ferramentas. O Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade a ser elaborado pela equipe de avaliadores deverá apresentar o roteiro do trabalho de avaliação, a metodologia detalhada, a escolha das áreas de campo a serem visitadas e as ferramentas que serão utilizadas durante o trabalho de avaliação. Esse relatório deverá ter o seguinte roteiro:

a. Dados básicos dos projetos;
b. Introdução;
c. Análise do TdR;
d. Divisão de tarefas, Plano de Trabalho e Logística;
e. Desenho/Metodologia. Aqui, devem ser consideradas especificidades sobre as áreas geográficas de atuação dos projetos.
f. Anexos. As especificidades dos projetos devem ser levadas em consideração, eventualmente com perguntas orientadoras e métodos de levantamento específicos.

3.2.1. COLETA E ANÁLISE DE DADOS:

A metodologia a ser desenvolvida deve ser de formato diversificado, utilizando dois formas de coleta de dados: i) Não-reativa (fontes secundárias: documentação dos projetos, dados públicos e científicos disponíveis na área de atuação dos projetos, além dos documentos-chave já organizados na fase de preparação); ii) Enquete (pesquisa de campo: aplicação de questionários quantitativos/qualitativos padronizados, condução de entrevistas qualitativas com indivíduos ou grupos, uso de ferramentas de análise situacional); e iii) Observação (durante as visitas, participativa ou individual; poderá ser utilizada uma abordagem contrafactual, ou seja, comparando com casos semelhantes fora dos projetos).

Essa é a primeira fase de análise dos dados, que tem como objetivo analisar a lógica da intervenção, os produtos e serviços realizados pelos projetos e os resultados alcançados. Nessa fase, é importante levantar as dúvidas e questões que precisam ser respondidas pelos(as) executores(as) e beneficiários(as), pois isso servirá de insumo para a próxima etapa, a missão de campo.

Caso seja realizada uma análise contrafactual, a ser definida em conjunto com avaliadores, na elaboração do relatório de desenho, deverá ser considerada a observação de áreas que não contaram com o apoio do Fundo e que não passaram por intervenções ou apoio de outras iniciativas de grande porte. Com essa análise espera-se determinar as diferenças entre casos semelhantes fora dos projetos.

3.2.2. MISSÃO DE CAMPO.

Tem como objetivo realizar parte da coleta de dados, de forma presencial, em uma amostra representativa do universo de atuação dos projetos, em visita à sua região de atuação e seus entornos. A missão ocorrerá por meio de visitas em campo, por parte da equipe de avaliação, pelo tempo julgado necessário (deverá ser detalhado no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade), até o limite de 22 dias. Nessas visitas, além da observação dos resultados e benefícios físicos dos projetos, também poderão ser entrevistados(as) técnicos(as) que atuaram diretamente com os projetos no período de referência da avaliação.

3.2.3. RELATÓRIO PRELIMINAR.

Após a missão de campo, a equipe de avaliação deverá complementar a análise dos dados coletados. Para tanto, deverá ser gerado um Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade dos projetos. Esse relatório deverá incluir ainda uma análise dos resultados alcançados, assim como dos impactos agregados atingidos pelos dois projetos à luz dos indicadores da componente 3, de forma a gerar recomendações. A divisão de atribuições e tarefas de cada membro da equipe de avaliação deverá ser detalhada no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.

3.2.4. RODADA DE CONSULTA.

Nessa etapa será realizado uma oficina, provavelmente em Brasília, com a participação da equipe de avaliadores(as), de representantes do Ministério do Meio Ambiente, de pessoas chave dos projetos e representantes das instituições avaliadas, além de alguns pares, que são os especialistas que detêm responsabilidades sob temas correlatos aos dos projetos avaliados. A metodologia da oficina deverá ser descrita no Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.

3.3. FASE DE ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO

Consolidação da análise de dados. Junto aos insumos complementares da Rodada de Consulta haverá uma nova análise baseada nos comentários e justificativas apresentados pelos participantes.

Relatório final. A metodologia e a composição do Relatório de Avaliação de Efetividade dos projetos "Capacitar para Conservar" da Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) e "Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia" do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), estão especificadas no documento "Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual", nos itens 5.3 e 5.4.

Divulgação dos resultados. Apresentação dos resultados e do relatório final junto aos(às) beneficiários(as) dos projetos. O Relatório de Avaliação de Efetividade dos projetos e seu resumo executivo serão publicados no website[28] do Fundo Amazônia

28. www.fundoamazonia.gov.br

4. ATIVIDADES, PRODUTOS E PRAZOS

O cronograma a seguir apresenta o roteiro básico para realização da avaliação dos projetos. A tabela contém as atividades, os serviços e produtos assim como os prazos do processo. Os produtos a serem entregues pela consultoria bem como seu formato, prazo de entrega e qualificações exigidas para execução das atividades constam no anexo deste TdR. sendo o anexo 1 dirigido ao consultor sênior e o anexo 2 dirigido ao consultor pleno.

	Atividades	Responsável	Dias úteis	Prazos	Produtos
1	Divulgação do TdR nas plataformas digitais RBMA e LinkedIn e, recepção de propostas.	GIZ (responsável pela contratação)	10	14/09/2022 – 25/09/2022	Propostas de consultores/as recebidas organizadas.
2	Organização das propostas de consultoras/es, contratação de selecionados/as (formação da equipe de avaliação)	GIZ	31	26/10/2022	Consultores/as contratados/as e equipe formada.
3	• Preparação do encontro inicial da equipe com o Fundo Amazônia; • Contatação das instituições responsáveis pelos projetos a serem avaliados; • Análise de documentos relevantes dos projetos; • **Consolidação da proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade;** • Entrega do Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade ao BNDES; • Apresentação do Relatório ao BNDES.	GIZ	20	30/11/2022	Proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.
4	Comentários sobre a proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.	GEMAV/BNDES DEMAF/ BNDES	3	05/12/2022	Proposta de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade com comentários.
5	Revisão do Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.	Equipe de avaliação	3	08/12/2022	Relatório de Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade revisado.
6	Aprovação do relatório revisado.	GEMAV/BNDES DEMAF/ BNDES	3	13/12/2022	Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade (final).
7	Implementação da avaliação: • Levantamento e análise de dados secundários; e • Realização da missão de campo.	Equipe de avaliação	55	14/02/2023	Dados dos projetos coletados e analisados.

8	Preparação, escrita e entrega do Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.	Equipe de avaliação	10	24/02/2023	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.
9	Apresentação dos resultados (Rodada de Consultas).	Equipe de avaliação	1	27/02/2023	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade com considerações relatadas na Rodada de Consultas.
10	Comentários sobre o Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.	GEMAV/BNDES DEMAF/ BNDES Organizações responsáveis por cada projeto	5	06/03/2023	Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade com comentários enviados posteriormente a Rodada de Consultas.
11	Preparação do relatório final de avaliação	Equipe de avaliação	5	13/03/2023	Relatório de Avaliação de Efetividade.
12	Incorporação de conteúdos complementares de apresentação, prefácio e revisão final ao Relatório de Avaliação de Efetividade	Equipe de avaliação	3	16/03/2023	Relatório da Avaliação de Efetividade (final).
13	Entrega do Relatório Final de Avaliação de Efetividade.	Equipe de avaliação	1	17/03/2023	Relatório de Avaliação de Efetividade.
14	Diagramação do Relatório Final de Avaliação de Efetividade e seus anexos (versão 1: português)	Diagramador/ Equipe de avaliação	15	03/04/2023	Relatório da Avaliação de Efetividade diagramado em formato para divulgação (português).
15	Divulgar e distribuir o Relatório da Avaliação de Efetividade.	Equipe do Fundo Amazônia	-	-	*Upload* no *website* do Fundo Amazônia/BNDES
16	Tradução, diagramação e divulgação do Relatório Final de Avaliação de Efetividade e seus anexos (versão 2: inglês).	Tradutor/ Diagramador/ Equipe de avaliação	40	17/05/2023	Relatório da Avaliação de Efetividade diagramado em formato para divulgação (inglês). *Upload* no *website* do Fundo Amazônia/BNDES

5. EQUIPE DE AVALIADORES

A avaliação será realizada por uma equipe composta por duas pessoas, sendo dois/duas (2) consultores/as externos/as a serem contratados/as pela GIZ após chamada de contratação divulgada na Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação e no canal do LinkedIn da GIZ Brasil.

Além disso, haverá o acompanhamento de dois/duas assessores/as técnicos/as da GIZ para a verificação da aderência da avaliação ao definido no TdR e nos demais documentos publicados que regem as avaliações de efetividade de projetos do Fundo Amazônia.

Os(as) consultores(as) externos(as) deverão ter o seguinte perfil:

- um(a) (1) consultor(a) sênior ou pleno(a), com conhecimentos em políticas nacionais e estaduais de prevenção e combate ao desmatamento, no contexto da Amazônia Legal. É necessária a experiência em monitoramento e avaliação de políticas em programas e projetos; e
- um(a) (1) consultor(a) sênior ou pleno(a), com conhecimentos em políticas ligadas a sustentabilidade ambiental e da atuação de órgãos públicos estaduais e municipais voltados na gestão ambiental e territorial, incluindo experiencia em temas como Cadastro Ambiental Rural, regularização fundiária e unidades de conservação.

Em relação às qualificações da equipe de avaliadores, incluem as seguintes exigências:

- **Conhecimento técnico**. A equipe de avaliadores, de forma multidisciplinar, deverá ter conhecimento sobre políticas de em políticas nacionais e estaduais de combate ao desmatamento, políticas ambientais e de sustentabilidade no contexto da Amazônia Legal, além de ter experiência em monitoramento e avaliação dessas políticas e projetos nos temas tratados.
- **Conhecimento metodológico**. A equipe de avaliadores deverá ter conhecimento nas metodologias que serão utilizadas para monitoramento e avaliação de programas e projetos socioambientais, em especial, às relacionadas à coleta e análise de dados, à medição do alcance de resultados e qualificação dos efeitos alcançados. Além disso, é importante conhecer instrumentos que permitam a combinação de métodos para triangular a coleta dos dados, de forma a aumentar a confiabilidade dos resultados.
- **Conhecimento regional**. A equipe de avaliadores deverá ter conhecimento sobre as questões regionais da Amazônia que são tratadas no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, como dinâmica social, econômica, questões legislativas e jurídicas, logística etc. É desejável que tenham experiência profissional na Amazônia.

Os(as) consultores(as) contratados(as) não podem ter nenhum envolvimento anterior ou vínculo particular com os projetos a serem avaliados. A equipe de avaliação trabalhará sem interferência externa, terá acesso aos dados dos projetos a serem avaliados e obterá apoio para levantar todas as informações necessárias. Os(as) peritos(as) da GIZ e os(as) consultores(as) devem tratar toda a documentação do Fundo Amazônia e dos projetos a serem avaliados com confidencialidade e sigilo, ressalvadas as informações que deverão constar do Relatório de Avaliação de Efetividade.

6. RELATORIA, COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Serão produzidos dois relatórios durante o processo de avaliação: o Relatório de Desenho da Avaliação e o Relatório de Avaliação de Efetividade dos projetos. O conteúdo desses relatórios seguirá o estabelecido no tópico 8.1.7 do documento "Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual", assim como, do seu Adendo.

A avaliação de efetividade dos projetos será acompanhada por um Grupo de Referência dos projetos, com a seguinte composição:

a. Representantes da Gerência de Monitoramento e Avaliação da Área de Planejamento do BNDES;
b. Representantes do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia do BNDES;
c. Representantes da GIZ, no âmbito do projeto de cooperação em vigor;
d. Representantes dos projetos e parceiros, responsáveis pela execução dos projetos a serem avaliados; e
e. Integrantes da equipe de avaliação.

A coordenação do trabalho de avaliação será realizada pela GIZ. As responsabilidades de cada parte que compõem o Grupo de Referência estão definidas no tópico 5.1 do documento "Avaliação de Efetividade dos Projetos Apoiados pelo Fundo Amazônia – Marco Conceitual".

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

a. Direitos autorais

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto desse contrato terão os direitos autorais revertidos para a GIZ. A reprodução total ou parcial requer expressa autorização, reconhecendo-se a propriedade intelectual. Serão dados os devidos créditos de autoria de mapas, fotos, filmes e demais registros que venham a ser usado para fornecer informações sobre o estudo, a critério da instituição contratante.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização para a GIZ.

b. Código de conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regrado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o(a) consultor(a) ou empresa selecionado(a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com

efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

Postura pessoal

- Escute e dê crédito a ideias de suas(eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada(o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como "atividades femininas";

Ao prestar o serviço

- Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas(os) para suas(seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;
- Procure estar sempre informada(o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;

Orientações corporativas

- Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

8. ANEXOS

Este TdR possui dois anexos referentes à contratação de dois(duas) consultores(as) para avaliação:

- Anexo 1 – Consultoria pessoa física ou jurídica – Consultor(a) 1
- Anexo 2 – Consultoria pessoa física ou jurídica – Consultor(a) 2

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2022.

Cooperação com o Fundo Amazônia/BNDES
Programa Biosfera
Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

ANEXO 1 — CONSULTOR(A) 1: TERMO DE REFERÊNCIA DE CONSULTORIA DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA

Chamada de contratação referente ao TdR para Avaliação de Efetividade de projetos de gestão territorial no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

1. OBJETIVO

Contratação de um(a) (1) consultor(a) sênior ou pleno(a), com conhecimentos em políticas nacionais e estaduais de prevenção e combate ao desmatamento, no contexto da Amazônia Legal. É necessária a experiência em monitoramento e avaliação de políticas em programas e projetos.

2. ATIVIDADES DO(A) CONSULTOR(A) 1

O(a) consultor(a) deverá integrar a equipe de avaliadores(as) dos projetos em questão, tendo como atividades:

Atividade	Descrição
Relatório de Desenho	Contribuir, em conjunto com a equipe de avaliadores(as), o relatório de desenho, consolidando a redação de acordo com o Termo de Referência.
Coleta de dados e análise	Realizar coleta, análise e interpretação de dados dos resultados, efeitos e impactos dos projetos nos temas relacionados à política ambiental e sustentabilidade e, em especial, na área de Medição de Impactos Socioeconômicos e Ambientais, assim como da legislação ambiental
Entrevistas	Realizar as entrevistas de campo de avaliação dos projetos e, caso possível, oficinas em campo de análise FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), em conjunto com a equipe de avaliadores(as)
Relatório Preliminar	Elaborar, com apoio da equipe de avaliadores(as), o relatório preliminar, consolidando a redação de acordo com o Termo de Referência. Aqui estão inclusos os capítulos relacionados aos temas sob sua responsabilidade. Revisar, com apoio da equipe de avaliadores(as), os relatórios individuais dos projetos, seguindo o adendo do marco conceitual (item J. + J.1). Revisar o questionário REDD+ que será anexado ao relatório da avaliação preliminar.
Rodada de consulta	Apoiar a organização e participar da rodada de consultas para apresentação do Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade
Relatório de Avaliação de Efetividade dos projetos	Contribuir, em conjunto com a equipe de avaliadores(as), a versão final

3. PERÍODO DO TRABALHO E CONTRATO

As atividades deverão ser realizadas entre 17/11/2022 e 29/09/2023. O período para a missão de campo está previsto para o segundo semestre de 2022 e primeiro de 2023.

4. PRODUTOS DO(A) CONSULTOR(A) 1

Produtos	Dias de trabalho	Prazo	Formatos/ especificações técnicas
Produto 1 – Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.	07	29/11/2022	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 2 – Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.	33	24/02/2023	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 3 – Relatório de Avaliação de Efetividade.	10	17/03/2023	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
TOTAL	**50 dias**		

5. LOCAL DE TRABALHO E VIAGENS

O trabalho será desenvolvido em Brasília e cidades dos projetos a serem avaliados. Para tal estão previstas:

Destino	Previsão de data	Dias de viagem	Dias de hospedagem (pernoites)	Diárias de alimentação
Macapá/AP	Nov/2022	04 dias	03 pernoites	04 diárias
Belém/PA	Nov/2022	05 dias	04 pernoites	03 diárias
Cuiabá/MT	Nov/2022	04 dias	03 noites	04 diárias
Porto Velho/RO	Nov/2022	04 dias	03 noites	04 diárias
Brasília/DF	Fev/2023	02 dias	01 pernoite	02 diárias
TOTAL		**19 dias**	**14 pernoites**	**diárias**

6. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O(a) consultor(a) contratado(a) deverá cumprir as seguintes condições:

- Assinatura de confidencialidade dos dados dispostos para análise contratualmente;
- Aceite do termo de compromisso de não publicação de informações acerca do objeto de análise;
- Acesso e recepção de material prévio disponibilizado pelo setor responsável;
- Desenvolvimento e acompanhamento do trabalho em coordenação com a GIZ e Fundo Amazônia, inclusive no que diz respeito à aprovação ou solicitação de retificação de produtos.

7. QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL

- Consultor(a) sênior ou pleno(a), com 5 anos ou mais de experiência em monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e projetos socioambientais
- Conhecimento sobre gestão de políticas públicas na área de desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e meio ambiente;
- Conhecimentos em políticas nacionais e estaduais de prevenção e combate ao desmatamento no contexto da Amazônia Legal;

- Conhecimento sobre as questões regionais da Amazônia que são tratadas no âmbito dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.
- Desejável experiência em monitoramento e avaliação de programas e projetos socioambientais na Amazônia Legal
- Desejável experiência com planos de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas (PPCDQs).

8. PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados após a assinatura do contrato, aprovação dos produtos e apresentação de Nota Fiscal ou Fatura.

Os custos de viagem serão reembolsados contra a apresentação dos comprovantes de despesas, conforme diretrizes da GIZ a serem informadas no contrato.

O processo de revisão e aprovação técnica dos produtos inclui a avaliação do(a) assessor(a) técnica(a) da GIZ.

A aprovação final dos produtos e a autorização para pagamento estão a cargo do(a) AV/DV do projeto.

ANEXO 2 — CONSULTOR(A) 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE CONSULTORIA DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA

Chamada de contratação referente ao TdR para Avaliação de Efetividade de projetos de gestão territorial no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES

1. OBJETIVO

Contratação de um(a) (1) consultor(a) sênior ou pleno(a), com conhecimentos em políticas ligadas a sustentabilidade ambiental e da atuação de órgãos públicos estaduais e municipais voltados na gestão ambiental e territorial, incluindo experiencia em temas como: Cadastro Ambiental Rural, regularização fundiária e unidades de conservação.

2. ATIVIDADES DO(A) CONSULTOR(A) 2

O(a) consultor(a) deverá integrar a equipe de avaliadores(as) dos projetos em questão, tendo como atividades:

Atividade	Descrição
Relatório de Desenho	Elaborar, com apoio da equipe de avaliadores(as), o relatório de desenho, consolidando a redação de acordo com o Termo de Referência.
Coleta de dados e análise	Realizar coleta, análise e interpretação de dados dos resultados, efeitos e impactos dos projetos nos temas relacionados à política ambiental e sustentabilidade e, em especial, na área de Medição de Impactos Socioeconômicos e Ambientais, assim como da legislação ambiental
Entrevistas	Realizar as entrevistas de campo de avaliação dos projetos e, caso possível, oficinas em campo de análise FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), em conjunto com a equipe de avaliadores(as)
Relatório Preliminar	Contribuir na elaboração como um todo, inclusive os capítulos relacionados aos temas sob sua responsabilidade Elaborar, com apoio da equipe de avaliadores(as), os relatórios individuais dos projetos, seguindo o adendo do marco conceitual (item J. + J.1). Responder o questionário REDD+ que será anexado ao relatório da avaliação preliminar.
Rodada de consulta	Apoiar a organização e participar da rodada de consultas para apresentação do Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade
Relatório de Avaliação de Efetividade dos projetos	Consolidar, em conjunto com a equipe de avaliadores(as), a versão final

3. PERÍODO DO TRABALHO

As atividades deverão ser realizadas entre 17/11/2022 e 29/09/2023. O período para a missão de campo está previsto para o segundo semestre de 2022 e primeiro de 2023.

4. PRODUTOS DO(A) CONSULTOR(A) 2

Produtos	Dias de trabalho	Prazo	Formatos/ especificações técnicas
Produto 1 – Relatório de Desenho de Avaliação de Efetividade.	10	29/11/2022	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 2 – Relatório Preliminar de Avaliação de Efetividade.	33	24/02/2023	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
Produto 3 – Relatório de Avaliação de Efetividade.	7	17/03/2023	Documento Word, Fonte Arial 12, espaço 1,5 e em formato digital.
TOTAL	**50 dias**		

5. LOCAL DE TRABALHO E VIAGENS

O trabalho será desenvolvido em Brasília e cidades dos projetos a serem avaliados. Para tal estão previstas:

Destino	Previsão de data	Dias de viagem	Dias de hospedagem (pernoites)	Diárias de alimentação
Macapá/AP	Nov/2022	04 dias	03 pernoites	04 diárias
Belém/PA	Nov/2022	05 dias	04 pernoites	03 diárias
Cuiabá/MT	Nov/2022	04 dias	03 noites	04 diárias
Porto Velho/RO	Nov/2022	04 dias	03 noites	04 diárias
Brasília/DF	Fev/2023	02 dias	01 pernoite	02 diárias
TOTAL		19 dias	14 pernoites	17 diárias

6. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O(a) consultor(a) contratado(a) deverá cumprir as seguintes condições:

- Assinatura de confidencialidade dos dados dispostos para análise contratualmente;
- Aceite do termo de compromisso de não publicação de informações acerca do objeto de análise;
- Acesso e recepção de material prévio disponibilizado pelo setor responsável;
- Desenvolvimento e acompanhamento do trabalho em coordenação com a GIZ e Fundo Amazônia, inclusive no que diz respeito à aprovação ou solicitação de retificação de produtos.

7. QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL

- Consultor(a) sênior ou pleno(a), com 5 anos ou mais de experiência em monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e projetos socioambientais;
- Experiência em monitoramento e avaliação de programas e projetos socioambientais na Amazônia Legal;
- Experiência com planos de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas (PPCDQs);
- Conhecimentos em políticas ligadas a sustentabilidade ambiental e da atuação de órgãos públicos estaduais e municipais voltados na gestão ambiental e territorial, incluindo temas como: Cadastro Ambiental Rural, regularização fundiária e unidades de conservação
- Desejável conhecimento sobre políticas públicas na área de desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e meio ambiente.

8. PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados após a assinatura do contrato, aprovação dos produtos e apresentação de Nota Fiscal ou Fatura.

Os custos de viagem serão reembolsados contra a apresentação dos comprovantes de despesas, conforme diretrizes da GIZ a serem informadas no contrato.

O processo de revisão e aprovação técnica dos produtos inclui a avaliação do(a) assessor(a) técnica(a) da GIZ.

A aprovação final dos produtos e a autorização para pagamento estão a cargo do(a) AV/DV do projeto.

cooperação alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Por meio da:

giz Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

BNDES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO